



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

MARIA LAÍS MACIEL TABOSA

**UM NOVO OLHAR PARA O RECONHECIMENTO DOS BENS INDUSTRIAIS:
o caso da Fábrica Peixe**

Recife
2018

MARIA LAÍS MACIEL TABOSA

**UM NOVO OLHAR PARA O RECONHECIMENTO DOS BENS INDUSTRIAIS:
o caso da Fábrica Peixe**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Conservação Integrada.

Orientadora: Profa. Dra. Virginia Pitta Pontual.

Coorientadora: Profa. Dra. Flaviana Barreto Lira.

Recife

2018

Catálogo na fonte

Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

T114n	<p>Tabosa, Maria Laís Maciel</p> <p>Um novo olhar para o reconhecimento dos bens industriais: o caso da Fábrica Peixe / Maria Laís Maciel Tabosa. – Recife, 2018.</p> <p>180f.: il.</p> <p>Orientadora: Virginia Pitta Pontual.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2018.</p> <p>Inclui referências.</p> <p>1. Patrimônio industrial. 2. Reconhecimento. 3. Valores. 4. Fábrica Peixe. I. Pontual, Virginia Pitta (Orientadora). II. Título.</p> <p>711.4 CDD (22. ed.)</p>	UFPE (CAC 2019-75)
-------	---	--------------------

MARIA LAÍS MACIEL TABOSA

**UM NOVO OLHAR PARA O RECONHECIMENTO DOS BENS INDUSTRIAIS:
o caso da Fábrica Peixe**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em desenvolvimento urbano.

Aprovada em: 07/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Virginia Pitta Pontual (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Natália Miranda Vieira de Araújo (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Ana Paula Mota de Bitencourt da Costa Lins (Examinadora Externa)
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

AGRADECIMENTOS

À orientadora deste trabalho, Profa. Dra. Virgínia Pontal, pela sua dedicação e paciência, nesses anos de estudo, pesquisa e diálogo. Sou grata pelo seu profissionalismo e compreensão.

Agradeço a importante contribuição da professora Profa. Dra. Flaviana Lira, minha coorientadora. Agradeço, sobretudo, por sua generosidade, confiança e paciência nos momentos mais difíceis no decorrer do desenvolvimento deste trabalho.

À minha irmã, Alice, pelo auxílio à distância e colaboração na realização de todos os gráficos.

À minha mãe, Sandra, por todas as leituras e revisões.

Ao meu pai, Yrageu, pelo suporte dado.

À minhas amigas, Carol e Maysa, pelas inestimáveis colaborações na realização e organização deste trabalho.

A Arthur e Gabi, com quem sempre pude contar, pela ajuda constante e calorosa torcida.

A Filipe, por toda a motivação e pela aula do dia 11 de outubro de 2017.

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo identificar quais são os valores que guiam a proteção dos bens remanescentes da industrialização. Para tanto, será apresentada primeiramente uma abordagem teórica, na qual são tratados os temas do patrimônio industrial e da noção do valor. Em seguida, serão indicados estudos sobre a preservação do patrimônio industrial no contexto nacional e internacional; bem como um entendimento de como este patrimônio vem sendo reconhecido. Quanto a noção do valor, ela é abordada à luz da Teoria dos Valores e da Teoria da Conservação; neste ponto também são analisadas propostas de categorização e significação dos valores com base nos teóricos da conservação. Fundamentado na abordagem teórica trazida são identificados valores em potencial do patrimônio industrial e, a partir dessa identificação, é proposto um quadro de valores e significados a serem analisados em caso de valoração dos bens industriais. Esta proposta considera as particularidades dos conjuntos industriais e será analisada no objeto empírico: o conjunto fabril da Fábrica Peixe, localizado no município de Pesqueira – PE. Para tanto, foi construída uma ferramenta de consulta da significância, que utilizou de recursos verbais e imagéticos para captar como os atores sociais se expressam quanto à identificação e à valoração dos atributos do objeto empírico. O método selecionado para a análise dos dados coletados é a Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin, aplicada aos gráficos e tabelas gerados a partir das consultas. Com isso, a pesquisa busca tornar a questão da preservação do patrimônio industrial mais precisa quanto aos seus critérios de reconhecimento.

Palavras-chave: Patrimônio industrial. Reconhecimento. Valores. Fábrica Peixe.

ABSTRACT

This dissertation had as a main objective to identify which are the values that guide the protection of the remaining cultural asset of industrialization. For this, a theoretical approach is presented first, in which the themes of industrial patrimony and the notion of value are evaluated. Subsequently, studies on the preservation of industrial heritage in the national and international context are indicated, as well as an understanding of how this heritage has been recognised. As the importance of the Values and Conservation Theory was analysed, at this point a proposed categorization and meaning of theoretical values based on conservation were also explored. Based on the theoretical approach taken, values related to industrial patrimony are identified and, based on this identification, a table of values and potential meanings are proposed to be analysed in case of valuation of cultural asset of industrialization. This proposal considers the particularities of the industrial complexes and will be analysed in the empirical object: the factory complex of the 'Fábrica Peixe', located in Pesqueira - PE. For that, a tool is used to consult the significance, which used verbal and pictorial resources to capture how social actors express themselves in the identification and valuation of the attributes of the empirical object. The selected method for the analysis of the collected data is Laurence Bardin's Content Analysis, applied to the graphs and tables generated from the queries. With this, the research seeks to make the question of the preservation of the industrial patrimony more precise as to its criteria of recognition.

Keywords: Industrial patrimony. Recognition. Values. Fábrica Peixe.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Minas de Wieliczka e Bochnia na Polândia.	40
Imagem 3 - Parque Industrial da Hydro em Notodden.	43
Imagem 4 - Usina Sâheim.	43
Imagem 5 - Mapa de Pernambuco, detalhe para a área correspondente ao município de Pesqueira em vermelho.	73
Imagem 6 - Ilustração do núcleo inicial de Pesqueira.	74
Imagem 7 - Praça Buarque de Macedo, atual Dom José Lopes, 1928.	75
Imagem 8 - Vista parcial de Pesqueira, 1913. Destaque para a Catedral de Santa Águeda ao fundo.	76
Imagem 9 - Fotografia panorâmica do eixo principal onde se iniciou a ocupação de Pesqueira na década de 1920. Detalhe para a Catedral de Santa Águeda (seta vermelha).	77
Imagem 10 - O casal Maria e Carlos de Britto, sem datação.	82
Imagem 11 - Chalé da família Britto. A foto data do período entre 1910-20.	83
Imagem 12 - Vista área de Pesqueira após a década de 1950. Na imagem percebe-se a presença marcante do edifício da Peixe e de sua chaminé.	84
Imagem 13 - Bonde puxado à tração animal no transporte de mercadorias. Em destaque a linha de bonde dentro do pátio da Fábrica Peixe, sem datação.	86
Imagem 14 - Operários em frente aos fornos, que auxiliavam o cozimento nos tachos a vapor. .	87
Imagem 15 - Cândido Cavalcanti de Britto – Diretor Superintendente da Fábrica Peixe, sem datação.	89
Imagem 16 - Manoel Caetano de Britto – Diretor Superintendente Geral da Fábrica Peixe, sem datação.	89
Imagem 17 - Mulheres trabalhando na colheita do tomate.	90
Imagem 18 - Palacete da família Britto. A foto data do período entre 1920-40.	92
Imagem 19 - Fábrica Peixe na década de 1930, ainda seguindo um estilo neoclássico simples. .	94
Imagem 20 - Fábrica Peixe na década de 1940. Observa-se a adição de novos volumes e do portal de entrada.	94
Imagem 21 - Peixe em 1935 – observa-se a transição do estilo neoclássico para o déco.	95
Imagem 22 - Peixe na década de 1950 – observa-se ao fundo o pontilhão de ferro ligando os dois galpões e o letreiro em art-déco.	95

Imagem 23 - Avião da Peixe em voo sobre as plantações de tomate.	97
Imagem 24 - Mulheres trabalhando na colheita do tomate, sem datação.	99
Imagem 25 - Caminhões transportando o tomate no trajeto campo – fábrica, sem datação.....	99
Imagem 26 - Carga de tomate chegando à fábrica, sem datação.	99
Imagem 27 - Tomate sendo descarregado nas esteiras, sem datação.	99
Imagem 28 - Tomates em processo de lavagem e seleção nas esteiras, sem datação.....	100
Imagem 29 - No fundo da imagem é possível ver dois titânios, onde o produto era concentrado, sem datação.....	100
Imagem 30 - Cozimento nas caldeiras à vapor, sem datação.	100
Imagem 31 - No primeiro plano o produto sendo enlatado na enchadeira e no segundo plano as embalagens sendo fechados na reclavadeira, sem datação.....	100
Imagem 32 - Embalagens sendo lacras na reclavadeira (modelo ainda manual), sem datação..	101
Imagem 33 - Embalagens sendo postas em uma máquina de resfriamento. Processo conhecido por “banho maria”, sem datação.....	101
Imagem 34 - Produtos sendo encaixotados para o transporte final, sem datação.....	101
Imagem 35 - Produtos Peixe chegando ao Porto do Recife, sem datação.	101
Imagem 36 - Latas fabricadas no andar superior chegando nas enchadeiras,	102
Imagem 37 - Alunos na Escola Rural “Peixe” – Unidade de Roçadinho (1967).	108
Imagem 38 - Moradias operárias localizadas na zona rual, sem datação.....	108
Imagem 39 - Moradias operárias localizadas na zona rural, sem datação.	108
Imagem 40 - Faixa dando as boas-vindas à Festa do Tomate, sem datação.	112
Imagem 41 - Campo de aviação da Peixe em dia de visitação, sem datação.	112
Imagem 42 - Dr. Moacyr de Britto mostrando as mudas de tomate ao Governador Agamenon Magalhães, sem datação.....	112
Imagem 43 - O então prefeito Arruda Marinho junto ao Deputado Gileno de Carli. Ao fundo, Dr. Moacyr, sem datação.	112
Imagem 44 - Desfile em passeio público dos novos caminhões e equipamentos da Peixe, sem datação.	113
Imagem 45 - Desfile em passeio público, sem datação.	113
Imagem 46 - Fábrica Peixe atualmente. Detalhe para abertura na fachada e esquadrias danificadas.	119

Imagem 47 - Operárias da Fábrica Peixe trabalhando na colheita do tomate.....	127
Imagem 48 - Fruto do tomate em caixotes, sendo transportados por caminhões no trajeto: campos de plantação - Fábrica Peixe.	128
Imagem 49 - Processo de produção dos produtos Peixe: ao fundo (lado direito) as enchedeiras. No centro, as reclavadeiras. E do lado esquerdo, resfriamento das embalagens e encaixotamento.	129
Imagem 50 - Pilha de latas de suco de tomate da marca Peixe.....	130
Imagem 51 - Proprietários e funcionários do alto escalão da Fábrica Peixe em viagem de avião e operários sendo transportados nas carrocerias dos caminhões. Sem datação.	131
Imagem 52 - Dr. Moacyr (proprietário da Fábrica Peixe) junto ao Governador Geral de Pernambuco, Cordeiro de Farias, em visita aos campos de tomate em meados da década de 1950.	132
Imagem 53 - Operárias da Peixe participando de desfile cívico nas ruas de Pesqueira, sem datação.	133
Imagem 54 - Av. Carlos de Britto (onde está localizada a fábrica) e a sua continuação, a Rua 15 de Novembro - principal ligação entre o centro de Pesqueira e a FábricaPeixe. Na imagem, a Peixe aparece antes das reformas sofridas na década de 1940. Detalhe para o para o casario, a presença de iluminação pública e calçadas.	134
Imagem 55 - Vista panorâmica do conjunto arquitetônico fabril da Fábrica Peixe, sem datação.	134
Imagem 56 - Moradia dos operários da Fábrica Peixe, localizadas em Roçadinho (zona rural de Pesqueira), sem datação.	135
Imagem 57 - Chalé e palacete que serviram de moradia para alguns dos proprietários da Fábrica Peixe, sem datação.	136
Imagem 58 - Campo de futebol doado pelos proprietários da Peixe para a realização de jogos de futebol. Posteriormente, o campo deu origem ao Estádio Joaquim de Britto. Detalhe para a vila operária. Sem datação.	137
Imagem 59 - População recepcionando voo no campo de aviação da Fábrica Peixe. Ao fundo o hangar. Sem datação.	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estrutura de valoração do objeto.	49
Gráfico 2 - Gráfico do sistema seguido para identificação dos atributos dos bens industriais.	68
Gráfico 3 - Gráfico do sistema seguido para identificação dos atributos.	122
Gráfico 4 - Processo de construção da ferramenta de consulta.	148
Gráfico 5 - Gráfico indicando o ranking do grau de identificação dos atributos. Em preto, os atributos relacionados à dimensão de análise tecnológica; em cinza à dimensão de análise ambiental; e em vermelho à dimensão de análise social.	150
Gráfico 6 - Número de vezes que cada valor foi atribuído.	154
Gráfico 7 - Número de vezes que cada valor foi atribuído para cada grupo de atores sociais. ..	155
Gráfico 8 - Ranqueamento do somatório dos valores atribuídos a cada atributo. Em preto, os atributos relacionados aos atributos da dimensão de análise tecnológica; em cinza aos atributos da dimensão de análise ambiental; e em vermelho aos atributos da dimensão de análise social.	156
Gráfico 9 - Valoração do atributo produção e colheita do tomate.	158
Gráfico 10 - Valoração do atributo transporte do tomate.	160
Gráfico 11 - Valoração do atributo modo de produção.	161
Gráfico 12 - Valoração do atributo Conjunto Arquitetônico Fabril.	163
Gráfico 13 - Valoração do atributo Moradia do Proprietário.	165

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Ilustração indicando o núcleo inicial de Pesqueira, com destaque para o Largo da Feira, os seis caminhos e as primeiras habitações. Em destaque na cor vermelha a linha de força de desenvolvimento matriz (leste-oeste) e em azul a linha de força secundária (norte-sul).....	77
Mapa 2 - Planta funcional de Pesqueira (1956) com destaque em amarelo para as fábricas Peixe e Rosa (hachura da autora).....	78
Mapa 3 - Cronologia das intervenções na Fábrica Peixe.....	96
Mapa 4 - Mapa de novos usos nas instalações da antiga Fábrica Peixe.	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estruturação da relação entre dimensões de análise e fontes consultadas.	22
Tabela 2 - Patrimônio cultural protegido pela UNESCO.	38
Tabela 3 - Categorização dos valores apresentados pela bibliografia.	60
Tabela 4 - Valores industriais segundo a literatura consultada.....	65
Tabela 5 - Indústrias de doces de Pernambuco.	88
Tabela 6 - Arrecadação das coletorias federais do estado de Pernambuco (1927-1931).....	105
Tabela 7 - Arrecadação das coletorias federais do estado de Pernambuco (1932-1936).....	106
Tabela 8 - Dimensões de análise e atributos relacionados.....	120
Tabela 9 - Segunda etapa do instrumento de consulta aplicados junto aos agentes sociais.	139
Tabela 10 - Terceira etapa do instrumento de consulta aplicados junto aos agentes sociais.....	140
Tabela 11 - Quarta etapa do instrumento de consulta aplicados junto aos agentes sociais.	140
Tabela 12 - Valores Industriais.	141
Tabela 13 - Atores sociais selecionados.	144
Tabela 14 - Ranqueamento do grau de identificação dos atributos para cada grupo de ator social.....	152
Tabela 15 - Valores atribuídos por cada grupo social ao atributo produção e colheita do tomate.	158
Tabela 16 - Valores aferidos por cada grupo social ao atributo transporte do tomate.....	159
Tabela 17 - Valores aferidos por cada grupo social ao atributo modo de produção.....	161
Tabela 18 - Valores aferidos por cada grupo social ao atributo conjunto arquitetônico fabril...	163
Tabela 19 - Valores aferidos por cada grupo social ao atributo moradia do proprietário.	164
Tabela 20 - Valores e significados pertinentes ao patrimônio industrial.	173

LISTA DE SIGLAS

UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
ICOMOS	<i>International Council on Monuments and Sites</i>
Fundarpe	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
TICCIH	<i>The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage</i>
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: ENTENDIMENTOS E INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA.....	25
2.1 O patrimônio industrial e suas particularidades.....	29
2.2 Considerações parciais	46
3 A SIGNIFICÂNCIA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL.....	48
3.1 O valor e a valoração	48
3.2 Categorizações e significados dos valores	53
3.3 Os valores do patrimônio industrial.....	61
3.4 Conclusões parciais	70
4 O CONJUNTO INDUSTRIAL DA FÁBRICA PEIXE.....	72
4.1 Situando Pesqueira	72
4.2 A Pesqueira industrial e o contexto econômico nacional.....	79
4.3 A trajetória do núcleo fabril da Fábrica Peixe.....	82
4.4 Considerações parciais	121
5 METODOLOGIA DA SIGNIFICÂNCIA	123
5.1 A ferramenta de consulta aos atores envolvidos: concepção	123
5.2 Os atores sociais	141
5.3 Método de análise.....	145
5.4 Considerações parciais	147
6 APLICAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	149
6.1 A identificação e os valores dos atributos	149
6.2 Recorte analítico: os atributos mais reconhecidos	157
6.3 Considerações parciais	166
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS.....	177

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a preservação dos testemunhos da industrialização é relativamente recente, se comparada a outras manifestações de patrimônio cultural, e está inserida dentro do contexto de expansão daquilo que é considerado um bem passível de salvaguarda. É diante desta expansão que têm-se início os debates que questionam os critérios de escolhas os quais orientam o reconhecimento dos bens de interesse da conservação. Dentro do contexto específico dos bens industriais, para esses critérios serem estabelecidos, é necessário compreender que os princípios da industrialização estão refletidos neles, assim uma das características particulares do patrimônio industrial é a sua falta de singularidade, guardadas as devidas exceções. Muitas vezes, os componentes da estrutura do edifício fabril, assim como seus bens móveis, são produtos seriados, enquanto a sua organização espacial é pensada para otimizar a produtividade. É diante dessas particularidades que a atenção é voltada às questões imateriais dos bens industriais, ou seja, os saberes desenvolvidos e os impactos causados na sociedade pela industrialização.

É com base na percepção desses argumentos que os teóricos da conservação do patrimônio industrial iluminam a questão do imaterial que cerca esse patrimônio, chamando a atenção para a relevância da compreensão do cenário social e econômico provocado pela industrialização. Nesse sentido, Casanelles (2007), em consonância com Bergeron (2003) apontam o patrimônio industrial como sendo um patrimônio didático, defendendo que o propósito da conservação dos bens industriais não seria, *a priori*, a contemplação da plástica, mas a compreensão da história social e econômica ocasionada pela industrialização. Com isso, procura-se chamar a atenção para o fato de que as relações de trabalho extrapolam o espaço físico fabril, o que não quer dizer que a plástica dos edifícios deva ser desconsiderada. Cabe afirmar aqui que a arquitetura industrial é dotada de inteligência, técnicas específicas e caracterizadas pela padronização e velocidade de construção (MENEGUELLO, 2011).

Junto à atuação dos teóricos da conservação e instituições de salvaguarda, vale ressaltar a importância das pesquisas acadêmicas, nas quais percebe-se um crescente interesse pela temática industrial por meio do desenvolvimento de significativos estudos. As produções se voltam às mais variadas linhas de investigações vinculadas ao tema, entretanto, percebe-se uma maior profusão daquelas voltadas ao campo do restauro relativo à arquitetura e ao urbanismo. Em nível nacional, destacam-se as pesquisas desenvolvidas na FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de São Paulo) e na Unicamp (Universidade Federal de Campinas), tendo como as principais referências os nomes de Beatriz Kühl, Manoela Rufinoni, Cristina Meneguello e Telma de Barros Correia. Há, ainda, as pesquisas realizadas pelo Programa de Desenvolvimento Urbano (Universidade Federal de Pernambuco), destacando-se os trabalhos voltados principalmente ao patrimônio ferroviário, quanto ao seu reconhecimento e valoração. Ressalta-se os nomes de Maria Emília Freire (2015, 2018), Claudiana Cruz (2018), Ana Paula Lins (2015), Breno Borges (2014), Márcio Martins (2011) e Paula Souza (2013)¹.

Beatriz Kühl (2009), em “Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas teóricos de Restauro”, procura evidenciar a aplicabilidade dos instrumentos teóricos do restauro nas intervenções dos bens industriais. A autora discute os preceitos teóricos que deveriam reger as intervenções na arquitetura industrial, voltando-se para uma análise “fundamentada dos princípios teóricos da restauração, entendida como ato de cultura, e à sua aplicação para o patrimônio industrial” (Kühl, 2009, p. 32). Para isso, as propostas apresentadas pela autora são fundamentadas em uma releitura da teoria de Cesare Brandi e dos princípios do restauro crítico e da Carta de Veneza. Por fim, são realizadas análises de obras restauradas em São Paulo.

Seguindo uma linha muito próxima a Kühl, Manoela Rufinoni (2013) ao longo de sua tese², analisa a teoria e a prática da preservação e do restauro urbano. O enfoque da autora é dado para as especificidades teórico-operacionais ligadas ao tratamento de sítios urbanos industriais. Ela se apropria da Operação Urbana Diagonal Sul³, em São Paulo, como estudo de caso. Dessa forma, a autora tem por objetivo verificar a aplicabilidade dos princípios de restauro urbano em intervenções práticas em arquitetura industrial, observando o distanciamento entre teoria e prática.

Meneguello (2011) faz uma reflexão sobre os diferentes campos de investigação que o patrimônio industrial abrange. Em primeiro lugar, ela levanta a importância de considerar a preservação da memória do trabalho e dos trabalhadores; a segunda linha de investigação se refere

¹ Patrimônio ferroviário: a preservação para além das estações (FREIRE, 2018); Patrimônio Ferroviário: por uma compreensão da sua lógica funcional (FREIRE, 2015); A proteção do patrimônio cultural ferroviário no Brasil entre 2000 e 2015: do tombamento à inscrição, um caminho de distanciamento das especificidades do objeto a preservar (CRUZ, 2018); As Ferrovias Patrimônio Cultural Mundial: Os Estados-partes, a UNESCO e o Valor Universal Excepcional (LINS, 2015); Patrimônio Ferroviário e autenticidade (BORGES, 2014); Considerações sobre o Patrimônio Industrial: Estudo da Fábrica Peixe, município de Pesqueira-PE (MARTINS, 2011); Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris (SOUZA, 2013).

² O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos.

³ Área detentora de diversos edifícios e sítios industriais pela qual o poder público municipal demonstrou interesse em implementar projetos de revitalização urbana (RUFINONI, 2013).

à preservação dos acervos ligados ao patrimônio industrial (documentos, maquinários, manuais e revistas técnicas, etc); e a terceira, está ligada à dimensão arquitetural dos bens. Meneguello (2011) afirma que o desmantelamento dos conjuntos industriais, por falta de critérios de valorização ou pela força imobiliária, faz do patrimônio industrial um problema urbano em larga escala, o que “nos obrigam a pensar sobre como incluir as preocupações com o patrimônio industrial dentro de políticas de requalificação urbana” (MENEGUELLO, 2011, p. 1820).

Correia (2008), em seu artigo “*Art déco* e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940” faz uma análise das características arquitetônicas do estilo *art déco* incorporadas nas fábricas erguidas no Brasil, no período de 1930 e 1940. A autora examina não só os edifícios fabris, mas também as igrejas, escolas, clubes e moradias ligados à indústria. Os exemplos tratados pela autora são parte integrante de uma pesquisa mais ampla que buscou investigar nos diversos estados e regiões do país a forma e o significado das vilas operárias situadas em áreas urbanas e suburbanas. Com isso, os exemplos trazidos pela autora de fábricas que trazem a expressão do *art déco* são restritos àquelas dotadas de vilas operárias e formam um universo de 29 conjuntos fabris, dentre eles, é pontuada a Fábrica Peixe.

A partir do seu universo de pesquisa, Correia (2008) observa que o *déco* se introduziu nas fábricas brasileiras por meio de volumes, platibandas e ornatos de formas escalonadas, estilo conhecido como *zigzag modern*. Casos mais raros remetem ao *streamlined*, que consiste em formas arredondadas. Segundo a autora, o estilo *art-déco* é evidenciado especialmente nos detalhes ornamentais das fachadas de forma bastante parcimoniosa. A autora atrela a grande difusão do *art-déco* ao seu vínculo com o mundo industrial e com o ideal de modernização, a partir de sua linguagem com ornamentos geometrizados, que remete à indústria e às formas das máquinas. Além disso, outro fator que popularizou esse estilo arquitetônico junto aos industriais foi o seu baixo custo de construção em razão da simplificação dos ornamentos. Somando-se a isso, houve ainda a divulgação em revistas especializadas de experiências internacionais que apresentavam construções atreladas à indústria seguindo um vocabulário *déco*.

Frente ao exposto, percebe-se que apesar da preocupação relativa ao processo de reconhecimento dos bens industriais ser uma questão significativa, os estudos voltados para o campo da conservação do patrimônio industrial pouco se aprofundam nessa questão. Dessa forma,

a presente pesquisa se propôs a abordar a temática industrial adotando como foco principal os critérios que guiam o reconhecimento destes bens.

Na busca desse entendimento, a pesquisa exigiu um recuo teórico na pretensão de compreender a noção do patrimônio industrial. Assim, foi realizada investigação bibliográfica, que culminou no encontro de documentos balizadores para essa construção como: a Carta de Nizhny Tagil, documento do TICCHI (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*), de 2003, e, o Princípio de Dublin, documento do ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) e TICCHI, de 2011. Para além das contribuições institucionais, foram consultados os especialistas da conservação do patrimônio industrial, a saber: Bergeron (2003), Casanelles (2007), Kuhl (2009) e Meneguello (2011). Dessa maneira, com base na fundamentação teórica, a pesquisa entende que o patrimônio industrial compreende os vestígios materiais e imateriais da industrialização, que se complementam e permitem uma compreensão ampla dos seus significados culturais. Desse modo, a herança industrial não se limita às edificações, mas engloba toda uma rede de infraestrutura que tornava possível o funcionamento da indústria, além dos saberes e costumes desenvolvidos pela industrialização.

Portanto, vislumbrando entender quais os valores que guiam a proteção dos bens industriais, foram analisados estudos voltados à questão da significância cultural, sendo ela a etapa primária e fundamental no processo de conservação dos bens patrimoniais (ICOMOS, 1999). Assim, a significância remete aos valores e significados, inerentes ou adquiridos com o tempo, estando, portanto, passível de alterações de acordo com os novos contextos apresentados (HIDAKA, 2012). Enquanto que o valor exerce um papel informativo, que direciona o reconhecimento dos bens culturais como bens patrimoniais (LINS, 2015). Dentro desse contexto, a pesquisa entende o valor como sendo um conceito abstrato, que representa uma qualidade do objeto pelo qual ele é expressado e captado por um sujeito, que está inserido dentro de um determinado contexto⁴. Dessa forma, o sentido da palavra valor carrega múltiplos significados que sempre variam de sociedade para sociedade. Identificar os valores atribuídos pelos atores envolvidos e o contexto no qual estas atribuições se inserem possibilita a escolha da melhor estratégia para a preservação do patrimônio cultural.

⁴ Mason (2012), Lacerda (2012), Zancheti (2014) e Lins (2015).

Sendo assim, o processo de reconhecimento se dá a partir de uma interação entre sujeito e objeto e resultam em interpretações subjetivas, sujeitas às características do contexto em que se insere, sendo, portanto, passível de resultar em uma grande variedade de valores, que indicam quais bens devem ser preservados (VIÑAS, 2003). Diante desse cenário complexo, surgiu a necessidade de se tratar a questão dos significados dos valores de forma mais eficaz. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica quanto às categorizações dos valores, que teve como fontes basiladoras os estudos propostos por Riegl (2003), pela Carta de Burra (1999), por Mason (2012) e por Lacerda (2012), o resultado foi um ponto de partida para a construção dos entendimentos adotados pela pesquisa quanto aos valores industriais. Este estudo se articulou com as propostas trazidas pelos teóricos da conservação do patrimônio industrial e pelos documentos doutrinatórios a respeito de quais são os valores pertinentes ao patrimônio industrial, quais sejam: Bergeron (2003), Casanelles (2007) e Carta de Nizhny Tagil (2007). Essa articulação resultou em um quadro indicando quais são os valores em potencial⁵, que são expressados pelos bens industriais e quais são os seus respectivos significados.

Nesse ponto, a problemática que se estabelece é como reconhecer esses valores em um bem industrial. Casanelles (2007) aponta que o patrimônio industrial possui três dimensões de análise que facilitam a identificação dos seus atributos, sendo elas: a dimensão de análise social, a ambiental e a tecnológica. Cada uma dessas dimensões se volta para um aspecto específico do objeto industrial, assim a dimensão de análise ambiental se relaciona com os impactos físicos provocados pela industrial no seu ambiente; enquanto a dimensão de análise social, está voltada aos conflitos sociais entre patrão e operário, bem como as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, além da figura do industrial; já a dimensão tecnológica, remete aos saberes desenvolvidos na indústria. Voltando o olhar para esses aspectos, torna-se possível compreender os testemunhos da industrialização em sua completude. Assim, a proposição defendida por Casanelles (2007) é aplicada com o objetivo de identificar os atributos e significados, utilizando como objeto empírico a Fábrica Peixe.

A Fábrica Peixe foi escolhida como objeto de estudo deste trabalho por ser um importante exemplar de um complexo industrial do início do século XX, localizado em Pesqueira, município

⁵ A pesquisa entende como sendo valores em potencial aqueles valores que são previamente indicados em um processo de valoração. Só após uma validação os valores em potencial podem ser entendidos como valores patrimoniais.

do Agreste de Pernambuco. Para caracterizar o estudo relativo ao objeto empírico, foram feitas consultas a acervos públicos e particulares⁶, a saber:

- Biblioteca Joaquim Cardozo (CAC-UFPE);
- Biblioteca Professor Roberto Amorim (CFCH-UFPE);
- Acervo da Fundação Zeferino Galvão;
- Acervo do Museu Luís de Oliveira Neves;
- Acervo do Museu do Doce – Severino Elias Paixão;
- Acervo particular da Família Britto;
- Acervo particular da Família Martins.

Além disso, por meio da elaboração do estado da arte da Fábrica Peixe, notou-se que há trabalhos voltados para os diferentes aspectos do complexo fabril. Cavalcanti (2005) traz os reflexos da indústria na sociedade local, enquanto Galindo (2007) se debruça nas ressonâncias econômicas da industrialização. Martins (2011) toma como objeto central dos seus estudos a trajetória da Fábrica Peixe, desde o período manufatureiro, passando pela industrialização, seu declínio e encerramento das atividades. Ao passo que Duarte (2014) fornece todo o levantamento arquitetônico do conjunto fabril, incluindo mapeamento histórico das ampliações do complexo e um mapa atual de danos.

Detendo-se sobre a história de Pesqueira no período de 1930 a 1950, Cavalcanti (2005) disserta sobre a ascensão e o declínio das indústrias alimentícias do município. Em sua análise, o autor procura penetrar nos métodos usados pela indústria para sufocar as lutas de classes e os conflitos sociais no processo de determinação das necessidades da sociedade local e na construção das diretrizes de suas prioridades. O autor mostra que a implementação das indústrias em Pesqueira, no início do século XX, transformou a localidade em um centro industrial. A industrialização acabou exercendo fortes influências junto ao poder público e teve reflexos significativos na urbanização e no cotidiano dos munícipes. Cavalcanti (2005) revela a dominação ideológica imposta pelos industriais, especialmente daqueles que comandavam a Fábrica Peixe, sendo este o mais importante complexo industrial da localidade.

⁶ Junto à pesquisa nos acervos citados, também foi feita uma vasta busca na rede mundial de computadores, que muito contribuiu no processo dessa pesquisa.

Em prol do desenvolvimento do município, houve, por parte dos industriais, uma apropriação do território, dos imóveis da cidade, tomando decisões que determinavam seus usos. Nas palavras de Cavalcanti (2005): “Daí, terem se constituído em verdadeiros ‘donos da cidade’” (CAVALCANTI, p. 16). Essa dominação ocorria devido ao estabelecimento de um consenso social, o qual consistia em que quase a totalidade da população aceitava sem questionamentos as diretrizes estabelecidas por eles. Assim, a indústria deu a Pesqueira um traço produtivo e a transformou em um centro de gestão e controle da economia, fato esse que modificou o caráter do município.

O declínio da Peixe e demais indústrias alimentícias de Pesqueira teve início na década de 1950, quando a desregionalização da economia nacional impactou na localidade. Esse processo teve início na década de 1930 e determinou uma nova divisão inter-regional do trabalho, na qual cabia ao Nordeste o papel de exportador de matéria-prima, produtos agrícolas de subsistência e mão-de-obra barata, ao passo que importava produtos industrializados do Centro-Sul⁷. Aliado a esse cenário nacional, estava a realidade local na qual o mercado interno não se desenvolveu em função da baixa remuneração da força de trabalho do operariado e a existência de um latifúndio exportador que mantinha relações de trabalho pré-capitalistas.

Galindo (2007) traz a história da industrialização de Pesqueira à luz dos fatos econômicos. A autora investiga a origem, o apogeu e a decadência da industrialização pesqueirense por meio de registros históricos e dados econômicos. Assim, é exposto como a atividade industrial influenciou no desenvolvimento local, bem como o seu encerramento ocasionou o declínio econômico do município.

Martins (2011) realizou um significativo trabalho de resgate histórico da Peixe. O autor apresenta questões relativas ao surgimento e desenvolvimento do município de Pesqueira, a instalação da fábrica e de estruturas atreladas ao seu processo produtivo e sua relação com o espaço urbano. O autor mostra os aspectos que levaram a Peixe a passar de uma pequena fabricação de doces caseiros a um complexo industrial de alcance nacional. A dissertação percorre os aspectos históricos, socioeconômicos, políticos, as decisões de gestão, passando pelas ações de publicidade e propaganda.

⁷ Cavalcanti, 2005.

Outra abordagem é feita por Duarte (2014). A autora elabora um Plano de Intervenção, tendo por finalidade a definição de diretrizes para futuras intervenções no conjunto fabril, que garantam a sua salvaguarda. Para tanto, foram realizadas pesquisas históricas sobre a Fábrica e um levantamento da situação atual do complexo, apresentado detalhadamente em fotografias e mapas.

Assim, cada autor trouxe um olhar voltado para aspectos diferentes da Fábrica Peixe e articulando esses estudos com as dimensões de análise propostas por Casanelles (2007), foi possível reconstruir o universo da fábrica em seus aspectos sociais, tecnológicos e ambientais. A Tabela 1 mostra como os autores contribuíram para a identificação dos aspectos previstos nas dimensões de análise.

Tabela 1 - Estruturação da relação entre dimensões de análise e fontes consultadas

Objeto	Dimensões de análise	Fontes consultadas
Fábrica Peixe	Tecnológica	Martins (2011)
		Cavalcanti (2005)
		Galindo (2007)
	Ambiental	Duarte (2014)
		Martins (2011)
	Social	Cavalcanti (2005)
		Galindo (2007)

Fonte: Elaboração própria, 2018

O resultado dessa articulação foi a descrição da dinâmica fabril desenvolvida na Peixe, assim como os reflexos dessa atividade industrial no seu território, interferindo nas práticas sociais e político-econômicas. Também foi possível entender as disposições dos espaços físicos e como eles foram surgindo de acordo com a trajetória da fábrica.

Logo, a pesquisa supõe que a compreensão do conjunto industrial da Fábrica Peixe em suas dimensões tecnológica, social e ambiental possibilita uma análise completa do que representou o bem em sua totalidade. Assim, busca-se responder a partir da Fábrica Peixe às seguintes questões: Quais os atributos que expressam os valores que compreendem a significância do conjunto industrial da Fábrica Peixe? Qual caminho percorrer para o reconhecimento desses significados?

Para tanto, os estudos foram feitos na perspectiva de construir uma ferramenta de consulta capaz de captar os valores e o significados do patrimônio industrial, constituída por quatro etapas, a saber: exposição do universo da pesquisa; ordenamento dos atributos a partir do nível de identificação; fala livre sobre os cinco atributos com os quais o respondente explicitou ter maior identificação; e atribuição dos valores aos atributos. Esse modelo está baseado na metodologia que vem sendo desenvolvida pelas professoras Flaviana Lira e Virginia Pontual na disciplina de Planejamento Urbano e Regional do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE e nos princípios

de Bauer e Gaskell (2015). Quanto a sua aplicação, ela foi estruturada a partir de recursos verbais e imagéticos, entendendo que a articulação dessas duas linguagens aumenta a eficácia da pesquisa (MEDINA FILHO, 2003). A escolha desses recursos teve por base todo o aporte teórico que será apresentado e um banco de dados iconográficos constituído por 174 fotos, colhidas nos acervos consultados. Enquanto que a identificação e categorização dos respondentes foi guiada pelas recomendações de Gaskell (2015) e Hidaka (2012).

Como pode-se constatar, há muito por fazer no sentido de tornar a questão da preservação do patrimônio industrial mais precisa quanto aos seus critérios de reconhecimento. É nesse sentido que o presente trabalho se propôs a contribuir.

Em face do exposto, o **objetivo geral** desta pesquisa foi compreender por meio da aplicação de uma ferramenta de consulta quais são os valores e significados do conjunto fabril da Fábrica Peixe que compreendem a sua significância cultural.

Como forma de atender a esse objetivo, a dissertação está estruturada em cinco capítulos e Considerações Finais, conforme descritos a seguir. No capítulo introdutório intitulado **“Patrimônio industrial: entendimentos e instituições de salvaguarda”** explicita-se o processo de ampliação do reconhecimento dos bens passíveis de salvaguarda, fato que possibilitou a inclusão dos bens industriais como sendo bens detentores de significado cultural. Ainda são expostas as práticas presevarcionistas em âmbito nacional e internacional voltadas para o patrimônio industrial, ilustrando essas questões com alguns exemplos de bens valorados. Com isso, o capítulo presente traça um quadro sintético a respeito de como o patrimônio industrial vem sendo reconhecido e valorado.

No segundo capítulo, intitulado **“A significância do patrimônio industrial”**, é apresentado o entendimento teórico acerca da noção de valor, do processo de valoração e da significância cultural. Dentro desse contexto, a partir dos teóricos da conservação, são apresentadas algumas propostas de tipologias de valores e seus significados. Em seguida, com base das discussões sobre as particularidades do patrimônio industrial, é constituído um quadro dos valores em potencial expressados por esses objetos e os seus respectivos entendimentos.

O terceiro capítulo – **“O conjunto industrial da Fábrica Peixe”** – traz o contexto histórico em que a Fábrica Peixe se instalou, a partir desse ponto é exposta a trajetória da Fábrica, na qual são abordados os seus aspectos físicos, sociais, políticos e econômicos. Dentro desse contexto, foi possível identificar os atributos do conjunto industrial da Fábrica Peixe.

O quarto capítulo denominado “**Metodologia da significância**” apresenta-se o caminho metodológico para a construção de uma ferramenta de consulta da significância cultural, sob o objetivo de gerar informações a respeito do processo de significação do bem. Ainda é apresentado o método para identificação dos atores sociais a serem consultados pela pesquisa e a metodologia de análise de conteúdo utilizada na interpretação das informações colhidas.

Na sequência, o quinto capítulo “**Aplicação e análise dos resultados**”, são expostos os resultados obtidos com a aplicação da ferramenta de consulta da significância cultural, divididos em duas etapas: resultados globais e recortes analíticos. Para tanto, são utilizados quadros e gráficos, além de falas que qualificam os resultados quantitativos.

Nas Considerações Finais são apresentados os resultados da pesquisa e reflexões acerca do problema colocado. Portanto, irá buscar-se analisar como a ferramenta de consulta proposta, em suas dimensões teórico-metodológica e operacional, pode responder aos questionamentos inicialmente identificados a respeito do reconhecimento do patrimônio industrial dentro de suas especificidades. Este documento ainda apresenta as referências bibliográficas.

2 PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: ENTENDIMENTOS E INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA

O presente capítulo estrutura-se em duas partes. Na primeira, examina-se os entendimentos que levaram a uma ampliação do reconhecimento de bens passíveis de salvaguarda, possibilitando a inclusão do patrimônio industrial como bens detentores de significado cultural. No interior desse processo é realizada uma discussão acerca da normatização do entendimento do patrimônio industrial, a partir da produção técnico-científica e acadêmica a nível nacional e internacional. Na segunda parte, apresentam-se as ações efetivas das instituições de salvaguarda voltadas para o patrimônio industrial. Com isso, objetiva-se compreender como o patrimônio industrial vem sendo reconhecido enquanto bem cultural e quais as ações voltadas para a sua proteção.

Sabe-se que existem bens culturais que são reconhecidos com mais facilidade, outros cuja identificação e reconhecimento de seu interesse cultural é mais difícil; este é o caso dos conjuntos industriais do século XX. Apesar de existir um entendimento da importância do patrimônio industrial e uma grande difusão das discussões e ações de proteção desses bens, ainda há dificuldade quanto ao seu reconhecimento como elementos passíveis de salvaguarda.

A palavra patrimônio pode ser entendida enquanto herança transmitida por gerações. Entretanto, nem todos os legados que herdamos passam para o futuro, alguns vão se perdendo no tempo, outros são preservados. Os bens que são preservados são frutos de uma seleção que segue os critérios definidos por uma determinada sociedade. Para Ramos (2011), são os critérios de seleção que revelam o que as sociedades pensam e valorizam em relação ao que lhes fora legado, sendo, portanto, a síntese simbólica dos valores de uma sociedade que lhes reconhece como próprios.

A ideia de patrimônio cultural surge com o desenvolvimento da razão crítica moderna, quando se estabelece uma relação reflexiva com o passado e a tradição (CASTRIOTA, 2010). Como observa Choay (2001), é no Renascimento europeu que o passado passa a ser visto no âmbito do conceito moderno do tempo, ou seja, ele não pode mais ser revivido, mas compreendido por meio da erudição histórica ou desfrutado pela sensibilidade artística. Inicialmente, o discurso patrimonial era baseado na ideia de monumentos histórico e artístico, restringindo-se quase que totalmente aos bens remanescentes da Antiguidade e aos edifícios religiosos. Posteriormente, o

entendimento de bens culturais foi se ampliando e os edifícios denominados como “arquitetura menor” passaram a ser também de interesse da conservação⁸.

Foi nesse contexto que surgiu a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), trazendo novas perspectivas para a questão da expansão do patrimônio cultural. Em seu Artigo 1º, ao definir o termo “monumento histórico”, a Carta passa a compreender as obras modestas detentoras de significado cultural. Assim, a Carta de Veneza (1964) rompe com o pensamento predominante do século XIX e passa a entender que a obra não precisa ter um valor excepcional, mas um significado cultural mais amplo.

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (Carta de Veneza, 1964)

Para Kühn (2010), as definições trazidas pela Carta de Veneza (1964) voltam-se para os aspectos memoriais e simbólicos dos bens e, ao não estabelecer limites cronológicos, a Carta compreende o patrimônio construído de qualquer época, inclusive a mais recente. Com isso, a Carta de Veneza (1964) permitiu o reconhecimento e inclusão dos testemunhos arquitetônicos não-excepcionais como categoria de bem patrimonial, dentre esses testemunhos estão os do processo de industrialização.

Dessa forma, esse processo de alargamento do termo ‘monumento histórico’ promoveu a inserção de novos bens. Entre as razões que levaram a ampliação desse conceito, está uma nova concepção da história, que nas palavras de Campagnol “passa a ressaltar os feitos ‘menores’ da humanidade” (CAMPAGNOL, 2008, p. 427). Assim, todas as formas da arte de construir referentes às diversas identidades coletivas passaram a ser entendidas como bens culturais, dentre elas: as construções privadas não monumentais, as construções vernaculares e a arquitetura industrial⁹. Com isso, o patrimônio cultural define-se como sendo a consequência de uma seleção de bens, determinados por uma sociedade que atribui a esses objetos valores diversos.

⁸ Termo proveniente da Itália para designar as construções privadas não monumentais (Choay, 2001).

⁹ Choay, 2001.

Como já analisado por Campagnol (2008), as práticas de conservação só se tornaram tema de interesse público após concretas ameaças à perda dos monumentos, com destaque para a França revolucionária e a Inglaterra industrial. No Brasil, a temática do patrimônio surge marcada pelo Movimento Moderno e pela instauração do Estado Novo, estando as práticas de conservação refletidas naquelas exercidas pelo Ocidente europeu. Diante disso, a constituição do patrimônio nacional tomou força com o projeto político-ideológico de nacionalização do Estado na década de 1930. O projeto tinha como objetivo designar os parâmetros para a construção da nacionalidade por meio de referências simbólicas.¹⁰ A institucionalização destas práticas ocorreu mediante a publicação do Decreto-Lei nº 25/1937 e da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Esta última promoveu uma nova organização no Ministério da Educação e Saúde Pública e criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), responsável em promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico.

Art. 46. Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. (Lei nº 378/1937)

O Decreto-Lei nº 25 de 1937 estabelece que o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país constitui o patrimônio histórico e artístico nacional. De acordo com suas normas, a conservação é de interesse público, já que os bens estão relacionados a fatos memoráveis da história do país, ou por seu memorável valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico e, ainda é estabelecido o instrumento de tombamento da proteção dos bens culturais.

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto-Lei nº 25/1937)

Vale salientar que importantes medidas de proteção foram tomadas anteriormente a 1937, como o tombamento de Ouro Preto, em 1933. No ano seguinte, foi publicado o Decreto Federal nº

¹⁰ Dezen-Kempter, 2011.

24.735/1934, que confiava ao Museu Histórico Nacional a proteção, catalogação e fiscalização dos monumentos históricos e obras de arte. Também foi estabelecido no artigo 148 da Constituição Federal de 1934 a proteção dos objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico¹¹.

Após um longo período, desde 1937, quando foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, a Constituição Federal de 1988 ampliou o conceito de patrimônio cultural, em seu artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Constituição Federal de 1988)

Ao incorporar novos cenários passíveis de salvaguarda e a valorização das mais diversas manifestações culturais, materiais e imateriais, o Brasil incorpora a tendência mundial de expansão do conceito de patrimônio cultural. Assim, não só os monumentos já consagrados são vistos como bens culturais, mas também diversas formas de paisagens, tradições, expressões de arte, saberes populares e documentos. O Texto Constitucional define estes bens como sendo:

[...] as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Constituição Brasileira, 1988).

Dessa forma, ao longo do tempo, a expressão “patrimônio cultural” começa a substituir a de “monumentos históricos”. Inicialmente, o entendimento do que seria um patrimônio histórico foi baseado naquilo que era esteticamente belo. A Carta de Atenas (1931) abordava basicamente os grandes monumentos. Posteriormente, a Carta de Veneza (1964) ampliou esse entendimento e

¹¹ Dazen-Kempton, 2011.

passou a reconhecer como bens passíveis de salvaguarda todos os objetos que adquirissem significado cultural.

As noções apresentadas pela Carta de Veneza (1964) quanto ao entendimento do que seria um bem cultural passível de salvaguarda acabaram refletindo na legislação brasileira e na sua percepção em relação ao que seria ali entendido como sendo o patrimônio cultural nacional. Essa ampliação deu início ao debate sobre os critérios que deveriam orientar as escolhas dos bens de interesse para a preservação, já que até então os discursos estavam consolidados na percepção dos valores histórico e artístico, características dos monumentos antigos (FREIRE, 2018).

Ante o exposto, o capítulo irá buscar compreender o que vem sendo entendido por patrimônio industrial e quais as diretrizes apresentadas pelas produções técnico-científicas e acadêmicas com o fito de alcançar um reconhecimento adequado desse patrimônio, possibilitando ações de salvaguarda mais eficientes.

2.1 O patrimônio industrial e suas particularidades

Ainda que tenha sido amplamente discutido, o conceito de patrimônio cultural é relativamente recente e vem se transformando. O período pós-industrial trouxe para o debate a necessidade de se repensar alguns conceitos que regiam o reconhecimento e a proteção dos bens culturais, como o conceito de antiguidade. Para Casanelles (2003), esse conceito surgiu no início do século XX como uma consequência da industrialização. Segundo o autor, o período industrial definiu o surgimento de uma nova era da humanidade, que substituiu aquela que tinha como base econômica a agricultura e que ainda vivia de forma muito parecida com a sociedade romana.

Nos séculos XVII e início do XVIII a vida para a maioria da população européia não era muito diferente da que havia na época romana, tampouco as infraestruturas que existiam nos países eram melhores (e, em certos lugares, eram piores) que o daquela época. Já a vida no século XIX, em muitos países e regiões da Europa e América, recebeu uma mudança radical no campo técnico, político e social. Entrou-se em uma nova era da humanidade, e a anterior tornou-se algo antigo. (CASANELLES, p. 01, 2003)¹²

¹² Citação no idioma original: “En el S. XVII y principios del XVIII la vida para la mayoría de la población europea no era muy diferente que la que había en la época romana, ni tampoco las infraestructuras que existían en los países eran mejores (y en ciertos lugares eran peores) que los de aquella época. En cambio la vida en el S. XIX, en muchos

Assim, antes da industrialização havia objetos de outras épocas da sociedade, mas não existia o entendimento que se tratavam de bens antigos, tendo em vista que até então não havia ocorrido uma ruptura que ocasionasse mudanças drásticas no modo de vida da população. Essa ruptura radical veio existir com a Revolução Industrial, assim, os testemunhos de antes dessa Revolução passaram a ser vistos como de fato antigos. Casanelles (2003) afirma que o mesmo que ocorreu com a Revolução Industrial, ocorre agora. Assim, alguns bens devem ser considerados antigos, ainda que temporalmente não sejam, pelo fato de pertencerem a outra época da história da sociedade.

Outra característica particular ao patrimônio industrial é a falta de singularidade quanto a sua dimensão arquitetônica, com as suas naturais exceções. Ao contrário dos bens dotados de valor artístico, os industriais não são primordialmente únicos em sua concepção. A arquitetura industrial segue os princípios da industrialização, assim, os seus desenhos são pensados para otimizar a funcionalidade e os componentes da sua estrutura são produtos seriados. Com isso, a importância do patrimônio industrial é mais presente nos aspectos da sua implantação, dos saberes desenvolvidos e dos consequentes impactos causados em determinada sociedade. Portanto, a sua preservação tem por finalidade fortalecer a memória coletiva da história local, ao mesmo tempo em que pode subsidiar estudos que levem a um conhecimento mais detalhado da vida cotidiana e do trabalho da sociedade industrial¹³.

Baseado nos argumentos expostos, Casanelles (2003) entende o patrimônio industrial como sendo um patrimônio didático. Para o autor, a sua conservação não tem como finalidade a contemplação, mas a compreensão de parte da história social e econômica de uma época. Para tanto, Casanelles (2003) ressalta a necessidade de propagar-se o conhecimento das dimensões técnica e social inerentes ao bem, sendo que a simples exposição dos objetos pode acarretar num resultado pouco interessante.

Meneguello (2011) compreende que a memória social é uma dimensão constitutiva do patrimônio industrial, o que faz com que a incompreensão das atividades desenvolvidas nos edifícios fabris faz desses espaços apenas invólucros. Dessa maneira, a autora entende que as relações de trabalho extrapolam o espaço físico da fábrica. Nessa perspectiva, ao falar da

países y regiones de Europa y América, había hecho un cambio radical em el campo técnico, político y social. Se entró en una nueva era de la humanidad, y lo anterior quedó como antiguo.” (Casanelles, p. 01, 2003)

¹³ Casanelles, 2003.

relevância da questão social dentro do patrimônio industrial, Meneguello (2011) cita Mello e Silva (2006):

Um aspecto pouco considerado do patrimônio industrial é que ele é um campo de investigação vivo, e não passadista ou morto. Isso porque não se limita apenas a um conjunto de bens arquitetônicos ou sítios cheios de objetos e partes de objetos interessantes. (...). Nesse sentido, o patrimônio industrial permite a elucidação da transmissão de um saber técnico. Ele permite estabelecer, hoje, um elo entre as formas de produzir – o que envolve homens/mulheres – e a cultura. (MELLO E SILVA, 2006: 01 *Apud* MENEGUELLO, 2011).

É nesse contexto que novas características ou atributos aparecem e são potencialmente relevantes do ponto de vista cultural. Especificamente no caso industrial, podem ser citados os seus valores etnológicos, antropológicos e arqueológicos, que servem como suporte para compreender a sociedade industrial¹⁴. Entretanto, as especificidades do patrimônio industrial não se restringem apenas à sua dimensão intangível. A arquitetura industrial procura atender a uma lógica produtiva em busca da máxima eficiência da produção e dos fluxos internos. Para Meneguello (2011), essa arquitetura é dotada de inteligência, técnicas específicas e caracterizadas pela estandartização e velocidade de construção. No Brasil do século XIX essas construções seguiam padrões existentes na Inglaterra e Bélgica. A cópia das plantas dessas estruturas se dava não em razão das deficiências da arquitetura local, mas pela própria essência das construções industriais, que eram naturalmente padronizadas.

Diante das especificidades do patrimônio industrial, as práticas de proteção passaram a encontrar dificuldades quanto ao seu reconhecimento. Deste modo, as medidas de proteção começaram a se organizar timidamente no âmbito internacional em meados do século XIX. Martins (2011) traz uma série de experiências pontuais voltadas para a memória industrial datadas desse período, como a abertura do Museu Industrial e Comercial do Porto, em 1886; e o Museu Industrial e Comercial de Lisboa, em 1887. Ambos foram desativados em 1899. Além da criação do Museu dos Tecidos e Artes Decorativa de Lyon, em 1864; do Museu de Arte e Indústria de Saint-Etienne, em 1889; e do Skansen Museu, em 1891, na Suécia.

Entretanto, apesar dessas ações, o interesse pela proteção do patrimônio industrial é considerado recente e teve início em meados do século XX. A devastação causada pela II Guerra Mundial e a desindustrialização ocorrida na Europa culminaram no desmantelamento desse

¹⁴ Casanelles, 2003.

patrimônio. Ao mesmo tempo em que contribuiu para o início das discussões relativas a esses bens, reconhecendo a sua importância cultural como “lugares de memória representativos de valor identitário dos grupos sociais que os vivenciaram” (FREIRE, 2015).

Foi dentro desse contexto de discussões e conscientização em relação à conservação dos bens industriais que é formulada a já citada Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) e com ela a ampliação do entendimento do termo monumento histórico. O documento de 1964 compreende timidamente o patrimônio industrial quando afirma que as marcas e ofícios comuns poderiam vir a ganhar significado ao longo do tempo. Assim, os novos bens culturais passaram a exigir também novos critérios de escolha para a sua conservação. A Inglaterra foi o primeiro país a assumir a necessidade de se criar um inventário do patrimônio industrial, o que resultou na criação do *Industrial Monuments Survey*, em 1962. Esta iniciativa resultou em 30 mil fichas de registros dos bens industriais, o que levou a criação do *National Record of Industrial Monuments*, em 1965.¹⁵

Portanto, as pesquisas voltadas para o patrimônio industrial começaram a surgir. Em 1965, instalou-se na Universidade de Bath (Reino Unido) uma seção de arqueologia industrial, conduzida por Angus Buchanan. Dois anos depois, em 1967, a Universidade promoveu uma conferência para debater o tema. Ainda em 1967, foi inaugurado o *Iron Bridge Gorge Museum*, localizado onde foi construída a primeira ponte de ferro do mundo sobre o rio Severn. Destaca-se, por oportuno, que nele foi realizado o Primeiro Congresso Internacional para a Conservação de Monumentos Industriais. Dois anos depois foi realizado o segundo encontro, dessa vez em Bochum, na Alemanha¹⁶. Ainda na década de 1960, os Estados Unidos também começaram a realizar pesquisas relacionadas a desindustrialização na intenção de catalogar o seu patrimônio industrial, ocorrendo, em 1969, o recenseamento dos sítios industriais. Em 1972 foi criada a *Society for Industrial Archaeology*, responsável por publicar, a partir de 1975, o periódico *Industrial Archaeology*.¹⁷

Meneguello (2011) ressalta que a maioria dos trabalhos realizados na Europa no período de 1960 e 1970 destacaram os aspectos descritivos em detrimento dos analíticos. Por isso, o que houve nesse período foi uma grande elaboração de inventários dos sítios industriais contendo descrições dos edifícios e equipamentos. Dessa forma, num primeiro momento, as estratégias de

¹⁵ Meneguello, 2011.

¹⁶ Martins, 2011.

¹⁷ Martins, 2011.

preservação não procuraram estabelecer as conexões necessárias para a compreensão do sistema em que estavam inseridos os bens que vinham sendo inventariados.

Nessa perspectiva, os debates referentes ao patrimônio industrial foram sendo amplia, impulsionados pela criação, em 1978, de uma organização internacional, *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), em Estocolmo, na Suécia. A finalidade da instituição seria a de abordar a história da técnica, da sociedade e da arquitetura industrial como um novo campo do patrimônio cultural.¹⁸ O TICCIH trabalha em parceria com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)¹⁹ que, juntamente com a UNESCO, como responsável pela definição da política internacional de preservação do patrimônio histórico e cultural da humanidade, têm sido os principais líderes na condução desses debates. Atualmente, contando com mais de 40 países membros, o TICCIH realiza periodicamente reuniões científicas voltadas ao tema do patrimônio industrial, tendo como resultado as publicações das cartas patrimoniais.

No cenário nacional, as discussões referentes à proteção dos bens industriais tiveram o início marcado pelo I Seminário Nacional de História e Energia, em 1986. O seminário foi organizado pela Companhia de Força Elétrica de São Paulo (Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo) e participaram e palestraram nomes como José Manoel Lopes Cordeiro e Ulpiano Bezerra de Menezes. Mais tarde, em 1999, o Grupo de Estudos de História da Técnica – GEHT lançou a Carta de Campinas, na qual foram criticados os critérios estéticos utilizados pelos Conselhos dos órgãos de tombamento, o que eles afirmavam ser o fator que conduzia a desaparecimento sistemática dos bens industriais.²⁰

Em uma análise bastante atual, a Carta de Campinas reivindicava que os remanescentes da industrialização deveriam receber dos órgãos de tombamento a mesma atenção dada aos demais bens culturais, como as igrejas, solares e fortalezas.

Os testemunhos materiais das atividades produtivas (máquinas, ferramentas, instalações agrícolas e industriais, edificações pertinentes, oficinas e respectivos documentos) devem obter dos Conselhos de Tombamento, dos arquivos, dos museus e das bibliotecas a mesma atenção normalmente devida a outros bens culturais (como solares, igrejas e fortalezas) (GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA TÉCNICA, 1998).

¹⁸ Dazen-Kempton, 2011.

¹⁹ Do inglês International Council of Monuments and Sites.

²⁰ Meneguello, 2011.

Em 2003 foi formado o Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial vinculado ao TICCIH, com o objetivo de atuar como uma rede de intercâmbio de experiências, servindo também como um órgão de estudos e pesquisas da temática industrial²¹. O Comitê era formado por professores universitários, profissionais e instituições e teve como resultado a publicação de uma Carta Manifesto, que convocava a todos os interessados na preservação do patrimônio industrial brasileiro a se reunirem em torno do Comitê. A Carta ainda alertava quanto à postura adotada pelos órgãos de preservação ao tratarem do patrimônio industrial quando comparado aos demais bens culturais:

Muitas dessas fábricas possuem importante valor arquitetônico, representando diversas fases do desenvolvimento industrial brasileiro, e também profundas relações históricas e culturais com as comunidades que as circundam. No entanto, até mesmo os responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural do país, em seus três níveis de atuação – municipal, estadual e federal, freqüentemente subestimam o patrimônio industrial, considerando-o pouco relevante no conjunto do patrimônio a ser preservado. Além disso, os próprios proprietários encaram esses antigos espaços fabris apenas como fonte de recursos, abrindo espaço para a voracidade da especulação imobiliária (CARTA MANIFESTO, 2003, *apud* DEZEN-KEMPTER, 2011)

Foi no mesmo ano da formação do Comitê que o entendimento do patrimônio industrial passou a ser delineado. Essa ação nasceu de uma evidente sinalização da necessidade de se definir diretrizes gerais a serem seguidas no âmbito internacional para a preservação do patrimônio industrial. Diante desse cenário, o TICCIH promoveu na Rússia o XII Congresso Internacional, o qual teve como documento resultante a Carta de Nizhny Tagil. A Carta se tornou referência ao evidenciar a importância do patrimônio industrial, além de apresentar diretrizes para a sua preservação. O documento consolida o conceito de arqueologia industrial ao afirmar que se trata de:

[...] um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial. (Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, 2003, p. 3).

²¹ Freire, 2015.

Para Kühl (2009), o termo “arqueologia industrial” e “patrimônio industrial” são usualmente empregados como sinônimos. Entretanto, Kühl (2009) esclarece que a arqueologia industrial se debruça no estudo, análise, registro e preservação de todo o legado da industrialização; enquanto que o patrimônio industrial se refere aos bens já identificados como possuidores de elementos passíveis de salvaguarda a partir de estudos multidisciplinares conduzidos pela arqueologia industrial. Com isso, a arqueologia industrial é definida como sendo uma área de interesse das humanidades em geral:

[...] estando ligada à antropologia, à sociologia, à geografia à história – social, do trabalho, econômica, das ciências, da técnica, da engenharia, da arte, da arquitetura, das cidades etc. Pode ser entendida como o esforço multidisciplinar – de inventários, de registro, de entrevistas, de pesquisas histórico-documentais, iconográficas, de levantamento métrico e análise de artefatos, de edifícios e de conjuntos arquitetônicos (de sua formação no decorrer do tempo, de seus materiais, de suas estruturas, de suas atuais patologias, de sua inserção na cidade ou território), que, sendo reconhecidos como bens materiais, devem dar origem a ações de preservação e projetos de restauração – para estudar as manifestações físicas, sociais e culturais de formas de industrialização do passado, com o intuito de registrá-las, revelá-las e preservá-las (KÜHL, 2008, p.47).

Voltando para Carta de Nizhny Tagil, uma das principais contribuições do documento é a definição da compreensão daquilo que se vinha sendo considerando como um bem industrial. A Carta ainda incluiu novas categorias, como sítios, conjuntos e paisagens. Então, a Carta de Nizhny Tagil (2003) ainda estabelece que os vestígios da industrialização vão além dos espaços físicos que davam suporte à produção, abarcando também os espaços das atividades sociais relacionadas com a indústria.

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (Carta de Nizhny Tagil, TICCHI, 2003)

Apesar da grande contribuição, a Carta de Nizhny Tagil (2003) não traz diretrizes para a prática da conservação dos bens industriais. Além disso, apesar da Carta defender que as

manifestações tangíveis e intangíveis desses bens devem ser estudadas, sua história ensinada e seus significados conhecidos, ela deixa de fora a definição da dimensão intangível. São esses aspectos relacionados à produção, às técnicas e aos costumes da sociedade industrial que trazem informações essenciais para o entendimento do bem em sua totalidade, como ressalta Freire (2018):

São dados que certamente contribuem para explicar a função anterior, a forma espacial e os processos realizados nas estruturas, nos elementos e nos equipamentos industriais ainda presentes na espacialidade atual. (FREIRE, 2018, p. 28)

As discussões foram avançando e, em 2011, foi publicado os Princípios de Dublin (Icomos-TICCHI, 2011), tratando da conservação do patrimônio industrial, das suas estruturas, áreas e paisagens. Ao trazer as definições das dimensões intangíveis do patrimônio industrial, o referido documento preenche a lacuna conceitual deixada pela Carta de Nizhny Tagil (2003). Dessa forma, o documento traz como bens intangíveis os legados sociais e culturais que influenciaram na vida das comunidades:

O patrimônio industrial compreende os sítios, as construções (estruturas), os complexos, os territórios e as paisagens, assim como a maquinaria, objetos e documentos associados a eles, que proporcionam evidências dos processos industriais antigos ou atuais relacionados com a produção, a extração de materiais brutos, sua transformação em bens de consumo e as infraestruturas energéticas e de transportes associadas a eles. O patrimônio industrial reflete a profunda relação existente entre o entorno cultural e natural já que os procedimentos industriais – sejam antigos ou modernos – dependem das fontes naturais de matérias primas brutas e das redes de energia e de transporte para produzir e distribuir produtos pros mercados mais amplos. Esse patrimônio inclui tanto bens materiais – móveis ou estáticos – como os intangíveis, como os conhecimentos técnicos, a organização do trabalho e dos trabalhadores e os legados sociais e culturais que tenham modelado a vida das comunidades e conduzido as grandes mudanças organizacionais de sociedades completas e do mundo em geral. (Princípios de Dublin, 2011)

Ao propor a compreensão do patrimônio industrial a partir das suas dimensões materiais e imateriais, os Princípios de Dublin apontam para uma apreensão mais abrangente desses bens culturais. Por esse ângulo parece oportuna a definição do patrimônio industrial formulada por Ulpiano Bezerra de Menezes e apresentada por Dazen-Kempter (2011):

Para o autor, o patrimônio industrial como coisas físicas integra a cultura material socialmente apropriada pelo homem, dando a tais coisas forma e/ou função e sentido. Na cultura material, os artefatos constituem os produtos e vetores de relações sociais e trazem embutidos em sua materialidade os atributos e propriedades decorrentes da forma como os homens organizam-se em sociedade. Nessa perspectiva, os artefatos que constituem o patrimônio industrial englobam as edificações, as estruturas e os bens móveis (equipamentos e objetos diversos). Além dos artefatos, denominados por Meneses (1988) como monumentos, fazem parte do campo do patrimônio industrial os conhecimentos e as técnicas, assim como os sítios industriais. Esses últimos constituem os espaços resultantes do fenômeno industrial, socialmente produzido como um conjunto de objetos solidariamente inter-relacionados e espacialmente dependentes (DAZEN-KEMPTER, 2011, p. 133).

Kühl (2010) ressalta que, ainda que as definições referentes ao que se entende por patrimônio industrial tenham encontrado maior clareza, o mesmo não ocorreu quanto ao aprofundamento dos aspectos específicos desse patrimônio. A autora defende análises mais abrangentes e interdisciplinares.

[...] aprofundem tanto aspectos específicos da questão (arquitetura ferroviária, por exemplo), quanto análises mais abrangentes, envolvendo de maneira articulada campos como a história (econômica, social, da arquitetura etc.), a sociologia, a antropologia e o restauro, de modo que se torne possível uma compreensão mais efetiva dos vários aspectos vinculados ao processo de industrialização e de seu legado de interesse para a preservação. O problema é que a tão decantada interdisciplinaridade não aparece com frequência na produção científica: temos assistido a “monodisciplinaridades”, no plural, e não a verdadeiros estudos interdisciplinares (KÜHL, 2010, p. 27).

Diante do exposto até aqui, entende-se que o patrimônio industrial compreende os remanescentes tangíveis e intangíveis do período industrial. Ou seja, as edificações e bens móveis, como também os saberes e costumes dos vestígios do período da industrialização. Entende-se ainda que os vestígios materiais e imateriais se completam de forma a permitir a leitura completa do bem. Por conseguinte, o legado do patrimônio industrial vai além dos locais de produção e engloba toda uma rede que tornava possível o funcionamento das indústrias, como as fontes de energia; as tecnologias utilizadas no processo de produção; os caminhos percorridos pelos produtos até o destino final, fosse por caminhões, trens ou navios; as relações sociais; as formas de moradia e de lazer; os impactos econômicos na sociedade.

Para Martins (2011), há ainda a inclusão dos edifícios pré-fabricados, especialmente os ligados à arquitetura do ferro e a ferroviária. O autor entende que essa tipologia se tornou símbolo de um novo momento do processo de produção industrial e representou novas possibilidades no modo de construir.

É diante dessa complexidade que faz-se necessário um aprofundamento em questões que possibilitem entender a inserção da industrialização no espaço e seus reflexos no território, nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. A partir desse entendimento, torna-se possível a identificação e compreensão completa dos seus significados culturais.

Frente ao exposto, o legado da industrialização e a necessidade de sua valorização partem de um entendimento universal. Nos últimos anos, a UNESCO vem contribuindo nas discussões quanto ao reconhecimento, proteção e gestão do patrimônio industrial. Efetivamente, houve a nomeação de mais de 50 áreas industriais como Patrimônio da Humanidade, listados na Tabela 2:

Tabela 2 - Patrimônio cultural protegido pela UNESCO

PAÍS	BEM PROTEGIDO	ANO
Alemanha	Minas de Rammelsberg e Cidade Histórica de Goslar	1992
	Complexo Siderúrgico de Völklingen	1994
	Bauhaus e seus sítios em Weimar e Dessau	1996
	Complexo Industrial da Mina de Carvão de Zollverein em Essen	2001
Áustria	Paisagem Cultural de Hallstatt-Dachstein, Salzkammergut	1997
	Linha do Caminho de Ferro de Semmering	1998
Bélgica	Quatro Ascensores do Canal du Centre e respectivo Sítio, La Louvière e Le Roeulx (Hainault)	1998
	Complexo Museológico, Oficinas e Casa de Plantin-Moretus	2005
	Principais locais de mineração da Valônia	2012
Bolívia	Cidade Mineira de Potosi	1987
Chile	Fábricas de Nitrato do Chile de Humberstone e Santa Laura	2005
	Cidade mineira de Sewell	2006
Cuba	Trinidad e Vale dos Engenhos	1998
Eslováquia	Cidade Histórica de Banská Štiavnica e os Monumentos Técnicos da sua Vizinhança	1993
Espanha	Las Medulas	1997
	Ponte suspensa de Vizcaya	2006
Finlândia	Fábrica de Madeira e de Cartão de Verla	1996
França	Salinas Reais de Arc-et-Senans	1982
	Canal do Midi	1996
	Le Havre, a cidade reconstruída por Auguste Perret	2005
Índia	Caminho-de-Ferro Himalaio de Darjeeling	1999
Itália	Complexo têxtil e operário de Crespi d'Adda (Bergamo)	1995
	Ivrea, cidade industrial do século XX	2018
México	Cidade Histórica de Guanajuato e Minas Adjacentes	1988
	Centro Histórico de Zacatecas	1993
	Paisagem de Agave e Antigas Instalações Industriais de Tequila	2006
	Sistema hidráulico do aqueduto do Padre Tembleque	2015
Noruega	Cidade Mineira de Røros	1980
	Patrimônio industrial de Rjukan-Notodden	2015
Países Baixos	Rede de Moinhos de Kinderdijk-Elshout	1997
	Ir. D. F. Woudagemaal (Estação Elevatória a Vapor D. F. Wouda)	1998
Polônia	Minas de Sal de Wieliczka	1978
	Salão do Centenário em Wrocław	2006

	Tarnowskie Góry Mina de chumbo-prata-zinco e seu sistema de gerenciamento de águas subterrâneas	2017
Portugal	Centro Histórico do Porto	1996
	Região Vitivinícola do Alto Douro	2001
Reino Unido	Garganta de Ironbridge	1986
	Paisagem Industrial de Blaenavon	2000
	Fábricas Têxteis do Vale de Derwent	2001
	New Lanark	2001
	Saltaire	2001
	Cidade Mercantil Marítima de Liverpool	2004
	Paisagem Mineira da Cornualha e de Devon Ocidental	2006
	Ponte sobre o rio Forth	2015
Suécia	Fábrica Metalúrgica de Engelsberg	1993
	Área Mineira da Grande Montanha de Cobre de Falun	2001
	Estação de Rádio de Varberg	2004
	Arco Geodésico de Struve	2005
Suíça	Ferrovia Rhaetian*	2008
Uruguai	Paisagem cultural industrial de Fray Bentos	2015

*A Ferrovia de Rhaetian corta a Suíça e a Itália.

Fonte: Associação Portuguesa para o Património Industrial (APPI); UNESCO, 2018.

O reconhecimento dos bens patrimoniais parte dos critérios apresentados pelas Diretrizes Operacionais “*Operational Guidelines*”, cujo objetivo é facilitar a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, sendo periodicamente revisadas de modo a refletir conceitos, procedimentos e metodologias atuais (LIRA, 2009). As primeiras Diretrizes Operacionais, foram formuladas na 1ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (*World Heritage Committee*)²², em Paris, em 1977 e estabeleceram 10 (dez) critérios para o patrimônio cultural, sendo 6 (seis) direcionados para o patrimônio material, a saber:

- i) representar uma realização artística ou estética única, uma obra-prima criativa do gênio humano; ou
- ii) ter exercido considerável influência, durante um período de tempo ou em uma área cultural do mundo, sobre o desenvolvimento da arquitetura, escultura monumental, jardim e projeto paisagístico, artes, ou assentamentos humanos; ou iii) ser único, extremamente raro, ou de grande antiguidade; ou iv) estar entre os exemplos mais característicos de um determinado tipo de estrutura que represente desenvolvimento sociocultural, artístico, científico, tecnológico ou industrial; ou v) ser um exemplo característico de um estilo expressivo, tradicional da arquitetura, do método de construção ou ocupação humana, que é frágil por natureza ou se tornou vulnerável sob o irreversível impacto da mudança sociocultural ou econômica; ou vi) estar associado a ideias ou crenças, com eventos ou com pessoas, de excepcional importância histórica ou significado. (UNESCO, 1977, § 7º (i) a (vi))

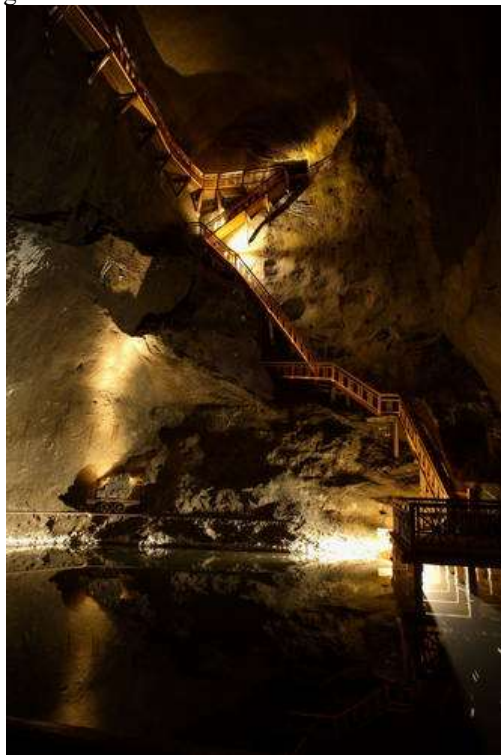
Partindo do critério (iv) das Diretrizes Operacionais de 1977, a Mina de Sal de Wieliczka, localizada na Polônia, foi o primeiro bem industrial a ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, em 1978. O critério utilizado ilustra o desenvolvimento econômico e social, trazendo como

²² Órgão responsável pela inscrição dos bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial ou na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo.

justificativa que a Mina representa os estágios históricos do desenvolvimento de técnicas de mineração na Europa:

Critério (iv): As Minas de Wieliczka e Bochnia ilustram os estágios históricos do desenvolvimento de técnicas de mineração na Europa, do século XIII ao XX. As galerias, as câmaras subterrâneas dispostas e decoradas de maneira a refletir as tradições sociais e religiosas dos mineiros, as ferramentas e maquinário e o Castelo de Saltworks, que administrou o estabelecimento por séculos, fornecem um testemunho notável sobre o sistema sociotécnico envolvido no subsolo. mineração de sal grosso (UNESCO, 1978).

Imagem 1: Minas de Wieliczka e Bochnia na Polândia.



Fonte: Arquivo de nomeação, UNESCO, 2009.

Em 1980, atendendo à necessidade de tornar os critérios para a inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Cultural mais claros, a UNESCO publicou novas Diretrizes Operacionais. Nesse novo documento o critério (iv) passou por uma reformulação na qual foi subtraída a expressão “desenvolvimento tecnológico e industrial”²³, passando a ser definido como “um exemplo excepcional de um tipo de estrutura que ilustra um estágio significativo da história” (Diretrizes Operacionais, 1980).

²³ Lins, 2015.

Para Lins (2015), a modificação estabelecida no critério (iv) acabou prejudicando o reconhecimento dos bens industriais, privilegiando a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial do patrimônio europeu e religioso, o que para autora revela a supremacia da atribuição dos valores artísticos e arquitetônicos em relação aos valores sociais. A prova disso é que durante toda a década de 1980 apenas 7 (sete) bens industriais foram inscritos na Lista do Patrimônio Mundial.

A partir da década de 1990, o Comitê do Patrimônio Mundial passou a elaborar estudos visando à revisão dos critérios e requisitos do VUE (Valor Universal Excepcional). Em 1992, um estudo revelou que a Lista do Patrimônio Mundial apresentava um desequilíbrio regional e de temáticas dos bens inscritos, evidenciando a pouca representatividade dos setores da arquitetura moderna, dos sítios industriais, das paisagens rurais e dos canais²⁴. Diante desse cenário, em 1994 o Comitê do Patrimônio Mundial desenvolveu a Estratégia Global, no intuito de reformular os critérios de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, possibilitando que esta se tornasse mais representativa e equilibrada. Lins (2015) ressalta que como prioridade da Estratégia Global estavam a temática da arquitetura moderna e do patrimônio industrial. Com isso, em 1996, as Diretrizes Operacionais foram mais uma vez reformuladas no sentido de incluir as categorias sub-representadas na Lista. Na versão de 1996 das Diretrizes Operacionais, a expressão “tecnologia” foi reincorporada ao critério (iv) e incorporada ao critério (ii), estando vigente até hoje:

ii) “ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens”;

iv) “representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana”. (UNESCO, 1996)

Diante disso, percebe-se uma evidente preocupação na inclusão do patrimônio industrial na Lista do Patrimônio Mundial. O resultado foi a inscrição de 37 (trinta e sete) bens industriais no período de 1996 a 2018. Compreende-se ainda que essa instituição, ao longo do tempo, passou a incorporar novos elementos do patrimônio industrial, envolvendo além do edifício industrial, as habitações operárias, armazéns, equipamentos de transportes e produção de energia, além das paisagens industriais.

²⁴ Lins, 2015.

Um exemplo que sintetiza bem esse olhar mais abrangente que a UNESCO adotou com o passar dos anos é o caso do Patrimônio Industrial Rjukan-Notodden (Noruega). O conjunto de usinas hidroelétricas foi criado no início do século XX pela Norsk-Hydro para fabricar fertilizantes artificiais a partir do nitrogênio. O complexo compreendia as usinas hidroelétricas, linhas de transmissão de energia, fábricas, sistema de transporte (trem e balsa) interligando as cidades de Rjukan e Notodden, moradias de funcionários e instituições sociais. O Patrimônio Industrial Rjukan-Notodden foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em 2015, seguindo os critérios (ii) e (iv):²⁵

Critério (ii): Patrimônio Industrial Rjukan-Notodden manifesta uma combinação excepcional de temas industriais e ativos ligados à paisagem, que exibem uma importante troca de desenvolvimento tecnológico no início do século XX.

Critério (iv): O conjunto tecnológico de Rjukan-Notodden compreendendo barragens, túneis, tubulações, usinas, linhas de energia, áreas fabris e equipamentos, cidades da empresa, linhas ferroviárias e serviço de balsas, localizado em uma paisagem onde a topografia natural permitiu a hidreletricidade para ser gerado nas grandes quantidades necessárias se destaca como um exemplo de nova indústria global no início do século XX. (UNESCO, 2015)

Assim, os critérios estabelecidos reconhecem o Patrimônio Industrial Rjukan-Notodden como sendo um exemplo notável de uma paisagem industrial. O empreendimento foi fruto de um desenvolvimento tecnológico estabelecido no início do século XX, que deixou marcas no seu entorno por meio de uma complexa infraestrutura que visava atender a produção industrial, representando também inovações sociais.

²⁵ UNESCO, 2012.

Imagem 2 - Parque Industrial da Hydro em Notodden



Fonte: Arquivo de nomeação, UNESCO, 2013.

Imagem 3 - Usina Sâheim



Fonte: Arquivo de nomeação, UNESCO, 2012.

No Brasil, apesar de um relativo atraso no início das discussões no campo teórico, na prática foi diferente. Em 1938, a Fábrica de Ferro Patriótica, localizada em Ouro Preto – MG, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), sendo inscrita no Livro do Tombo Histórico sob o nº 72. O Instituto reconheceu a fábrica fundada pelo Barão de Eschwege, em 1812, como sendo um testemunho histórico da indústria siderúrgica no país. Posteriormente, em 1964, foi tombada pela mesma instituição a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Iperó – SP²⁶. A fábrica foi responsável pela exploração e fabricação do ferro no morro de Araçoiaba desde o final do século XVI até o século XVIII.

Ainda em relação aos tombamentos realizados pelo IPHAN em prol do patrimônio industrial, houve o caso da Fábrica de Vinho Tito, localizada em João Pessoa-PB, fundada por Tito Henrique da Silva, em 1982. Esse tombamento se tornou significativo por representar uma inovação na preservação dos remanescentes industriais ao estabelecer não só a preservação do edifício e da maquinaria, como também a técnica industrial de manufatura do vinho, cuja base era o caju.²⁷

Outra importante ação, essa mais recente, foi a promulgação da Lei nº 11.483/2007, determinando que o IPHAN adotasse medidas para preservar a Memória Ferroviária. A Lei dispõe sobre a revitalizaçãore do setor ferroviário e designa ao Instituto a realização de inventários dos bens ferroviário pertencente a extinta Rede Ferroviária Federal S. A (RFFSA). Dessa forma,

²⁶ Canoagnol, 2008.

²⁷ Dezen-Kempter, 2011.

durante os anos de 2008 e 2009 o IPHAN realizou o Inventário do Patrimônio Ferroviário²⁸. Apesar do passo dado em relação ao patrimônio ferroviário, parte integrante do universo maior do patrimônio industrial, não há no Brasil um inventário nacional do patrimônio industrial. A preocupação é ainda mais significativa quanto aos acervos relativos às indústrias, esses muitas vezes desaparecem antes mesmo dos espaços físicos.

Posteriormente a Portaria 407/2010 que “Dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, visando à proteção da memória ferroviária” foi instituída em conformidade com o art. 9º da Lei n.º 11.483/2007.

Para Meneguello (2011), esse fato ocorre devido aos acervos relacionados ao patrimônio industrial, tais como maquinários, utensílios, fichas cadastrais dos operários e demais documentações que ajudam a compreender o universo de funcionamento da fábrica se encontrarem separados fisicamente dos espaços aos quais estão associados. A autora constata que parte desse material é enviada a diferentes locais após a falência, concordata ou demolição das fábricas; e parte pertence a particulares. A autora ainda traz a definição do que ela entende por esses acervos e como eles influenciam na compreensão dos significados do patrimônio industrial:

Ressalte-se que, ao mencionarmos os acervos, no caso do patrimônio industrial não estamos apenas lidando com documentação, papéis, *blueprints* ou fotografias. Todos os artefatos, maquinários, ferramentas, utensílios, peças de reposição que definem os usos da indústria padecem de duplo mal: de um lado, ao serem retirados dos locais de trabalho, tornam-se sucata – uma sucata sem lugar, sem armazenamento e sem utilidade possível num país que não possui tradição, por exemplo, em museus de técnica e tecnologia. De outro lado, privam os locais de trabalho de sentido e de lógica, deixando-os como imensos galpões vazios, prontos para serem “ressignificados” de forma geralmente apartada dos usos industriais. (MENEGUELLO, p. 1830, 2011)

Sendo assim, o desaparecimento desses acervos reflete na perda dos vestígios de técnicas desaparecidas, processos de trabalho e memórias pertinentes ao patrimônio industrial que permitem uma compreensão mais completa desses bens. Essa questão se torna ainda mais preocupante ao ser constatado que esses remanescentes, ao contrário de outros bens culturais que

²⁸ O Inventário catalogou 50 mil bens imóveis e mais de 15 mil itens de bens móveis e ainda identificou os bens imateriais vinculados à técnica, aos modos de produção e a vida social da classe ferroviária (Freire, 2015).

também são retirados dos seus locais de origem, não vão parar em museus ou outros espaços dedicados a salvaguardas dos seus significados, sendo bastante recorrente a sua degradação.

À vista disso, torna-se ainda mais evidente a necessidade de se promover ações efetivas de proteção dos bens industriais. Ainda que o IPHAN venha promovendo tombamentos dos remanescentes industriais, ao analisar a Lista dos Bens Materiais Tombados (1938 – 2016)²⁹ observa-se uma predominância na proteção dos conjuntos urbanos e edificações isoladas, especialmente de natureza religiosa. Já na esfera estadual, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), órgão responsável pela preservação dos bens culturais no estado, adota o tombamento isolado e o temático como medidas de preservação dos bens, por meio da Lei nº 7919/79.

Dentro da temática industrial, há quatro processos de tombamento realizados pela Fundarpe. O primeiro deles foi realizado na década de 1980, quando a Estação Ferroviária de Petrolina foi tombada por meio do Decreto nº. 10.075/85; posteriormente, com o Decreto nº. 11.238/86, foi a vez da Estrada de Ferro – Recife/Gravatá. Na década seguinte foram tombados por meio do Decreto nº. 18.229/94 o Edifício da antiga Refinaria que deu origem ao “Conjunto Fabril da Tacaruna”, localizada em Recife; e do Decreto nº. 1.126/95 a Antiga Estação Ferroviária – Centro Cultural Alfredo Leite Cavalcanti, em Garanhuns, em 1995; e as chaminés das Fábricas Aurora e Artur de Paulista, em 2012.³⁰

Além disso, nos anos de 2001 e 2006, a Fundarpe deferiu a abertura do Tombamento Temático do Patrimônio Ferroviário Edificado no Território do Estado de Pernambuco, patrimônio este que constitui um Complexo Ferroviário composto de estações, armazéns, pátios, casa e/ou vilas dos funcionários, escritórios, pontes, pontilhões, túneis, viadutos e outros bens. A abertura do processo em si já consolida a proteção, em nível estadual, deste Patrimônio Ferroviário.

Estão ainda em processo de tombamento estadual o Conjunto arquitetônico da antiga Fábrica Caroá, inclusive o Bloco B, em Caruaru; a antiga Fábrica Rosa, em Pesqueira; a antiga Fábrica de Tecidos de Camaragibe; as edificações remanescentes do antigo conjunto fabril da Torre, em Recife; a Estação Central do Recife; e a Estação do Brum, em Recife³¹.

²⁹ <http://portal.iphan.gov.br>. Acessado em 20/03/2017.

³⁰ <http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/material/tombamento/>. Acessado em: 20/03/2017.

³¹ <http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/material/tombamento/>. Acessado em: 20/03/2017.

Apesar dessas iniciativas de preservação do patrimônio industrial que vêm sendo tomadas em âmbito internacional, nacional e local, ainda há desafios técnicos intrínsecos ao patrimônio industrial quanto ao seu reconhecimento e preservação.

Frente ao exposto, a expansão do conceito de monumento histórico possibilitou o avanço das ações de proteção dos bens industriais. Entretanto, esses bens apresentam características específicas, que vão além dos parâmetros tradicionais compreendidos pela sociedade e órgãos de proteção. Seriam esses os fatores que dificultam o reconhecimento dos bens industriais como patrimônio cultural e que serão objeto de estudo e discussão no capítulo seguinte.

2.2 Considerações parciais

A análise realizada neste capítulo possibilitou constatar que a compreensão do patrimônio industrial é dada pela apreensão dos significados dos seus vestígios materiais e imateriais. O que significa que a herança industrial não se limita às edificações, mas engloba toda uma rede de infraestrutura que tornava possível o funcionamento da indústria, além dos saberes, costumes e o mundo do trabalho verificados com a industrialização. Nesse sentido, as discussões em torno da preservação do patrimônio industrial resultaram na ideia de que a compreensão desse patrimônio é dada de forma sistêmica, conformado pelos elementos tecnológicos, arquitetônicos, sociais e culturais, integrados entre si e com o seu entorno circundante.

O reconhecimento dos remanescentes da industrialização como bens culturais ganhou espaço a partir da década de 1960 com a publicação da Carta de Veneza (1964), que passa a reconhecer como bens passíveis de salvaguarda “não só as grandes criações, mas as obras mais modestas, que tenham adquirido com o tempo significação cultural” (ICOMOS, 1964). Essa ampliação da noção do patrimônio cultural abriu espaço para as discussões em torno na preservação do patrimônio industrial, que passaram a tentar compreender quais as características particulares a esses bens e quais os critérios de escolha que orientam a sua salvaguarda.

Desde a década de 1970, os critérios apresentados pelas Diretrizes Operacionais, documento que rege a implementação da conservação do patrimônio mundial pela UNESCO, preveem a inclusão dos bens industriais como bens passíveis de reconhecimento mundial. Entretanto, as Diretrizes Operacionais de 1980 excluiu de seus critérios a expressão “tecnológica”, o que prejudicou a inscrição dos bens industriais na Lista do Patrimônio Mundial. Somente com a

reformulação realizada em 1996, as Diretrizes Operacionais voltaram a incluir a expressão “tecnologia” nos seus critérios, permanecendo inalterada até hoje.

Em 1978, a criação *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), ligado a UNESCO, impulsionou as discussões relativas ao reconhecimento, proteção e gestão do patrimônio industrial. Nesse sentido, no cenário mundial, a UNESCO vem contribuindo para a ampliação dos debates referentes ao patrimônio industrial. Efetivamente houve a inclusão de mais de 50 (cinquenta) bens industriais na Lista do Patrimônio Mundial.

No Brasil, áreas industriais vêm sendo reconhecidas desde 1938, quando a Fábrica de Ferro Patriótica foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), no entanto a Lista dos Bens Materiais Tombados por esse Instituto ainda mostra uma maior inclusão dos conjuntos urbanos e edificações isoladas, especialmente as religiosas. A mesma deficiência se reflete a nível estadual, apesar de terem sido tomadas importantes medidas voltadas a proteção do patrimônio ferroviário do Estado, como a abertura do Tombamento Temático do Patrimônio Ferroviário Edificado no Território do Estado de Pernambuco.

Apesar das contínuas ações voltadas para a preservação do patrimônio industrial, tanto no âmbito internacional como no nacional, percebe-se uma lacuna na identificação e compreensão dos bens industriais. Acredita-se que este menor reconhecimento dos bens industriais comparado às demais categorias, como os bens religiosos, por exemplo, é reflexo das suas características peculiares, que não se ajustem com precisão aos parâmetros tradicionais de reconhecimento compreendidos pela sociedade e órgãos de proteção.

Os temas abordados neste capítulo mostraram como os testemunhos da industrialização vêm sendo compreendidos no campo da conservação do patrimônio cultural e quais são as ações efetivas de salvaguarda desse patrimônio. Por conseguinte, os entendimentos trazidos neste capítulo possibilitaram as compreensões acerca das dificuldades enfrentadas pelos objetos industriais no seu reconhecimento como bens detentores de significados culturais.

3 A SIGNIFICÂNCIA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Este capítulo apresenta uma revisão teórica sobre a teoria dos valores com o propósito de atender ao objetivo da pesquisa: identificar quais são os valores que devem guiar a proteção dos bens industriais. Para tanto, no primeiro momento o termo valor é abordado por meio da Teoria dos Valores (Axiologia) e da Teoria da Conservação, buscando compreender como esse conceito vem sendo entendido, concentrando-se na sua definição e no processo de valoração. Dentro desse contexto, é realizada uma explanação a respeito do conceito de significância cultural. Em seguida, é realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de auxiliar a elaboração dos entendimentos dos valores expressados pelo patrimônio industrial.

Ao estabelecer esses entendimentos, parte-se para se compreender como o valor é expressado no campo específico dos bens remanescentes da industrialização, tendo como norte as particularidades apresentadas pelos teóricos da conservação do patrimônio industrial. Essa etapa serviu para responder a um dos questionamentos do problema central da pesquisa, qual seja: quais são os valores que legitimam o patrimônio industrial? Por fim, como resultado dessas duas etapas, são apresentados quais os valores expressados pelo patrimônio industrial e os seus respectivos entendimentos.

3.1 O valor e a valoração

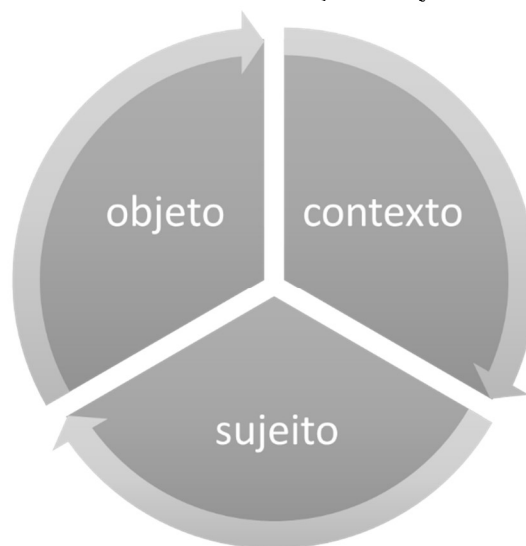
A questão do valor é analisada e investigada pela Teoria dos Valores, campo teórico também conhecido na Filosofia por Axiologia. Essa corrente de pensamento nasceu entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, dentro de um espaço social baseado nos imperativos do mercado e da lei da oferta e da procura. Porém, teria sido a partir da década de 1970 que a Teoria dos Valores havia começado a deixar de lado a preocupação apenas pelo julgamento, e começado a se concentrar na questão do conhecimento, da compreensão, da decodificação e da interpretação³². De acordo com Lins (2015), na reflexão atual, o valor resulta de uma relação entre sujeito e objeto, exercendo um papel de comunicador. Dessa forma, o valor é o que comunica as necessidades, as prioridades e os desejos dos sujeitos em relação às coisas.

³² Lins, 2015.

Esse papel informativo do valor do campo filosófico se repete no campo da Teoria da Conservação, aqui o valor comunica quais bens culturais devem ser reconhecidos como bens patrimoniais, direcionando as medidas de conservação e ações de monitoramento dos bens. Lacerda (2012) afirma que cada vez mais o sentido da palavra valor se insere em diferentes tempos e espaços, variando de indivíduo para indivíduo, de sociedade para sociedade. Dessa forma, a autora ressalta a quantidade de significados que o conceito de valor admite, o que torna a sua “análise cada vez mais complexa e incompleta, exigindo continua reflexão” (LACERDA, 2012, p. 44). Assim, pode-se afirmar que o valor possui um conceito polifônico, que carrega múltiplos significados.

Compreende-se ainda que os valores não existem de forma autônoma, para que se materializem, eles necessitam da existência de um objeto e de um sujeito que atribua a ele significados. Dessa forma, o valor é um conceito abstrato, que representa uma qualidade do objeto pelo qual ele é expressado e captado por um sujeito³³. Com isso, o valor abstrato se torna perceptível sob a forma de qualidades, características e atributos de algum objeto, que para se materializar necessita da existência de um sujeito inserido em um âmbito de relações sociais, culturais e econômicas.³⁴ Assim, pode-se representar a valoração de um objeto pelo gráfico:

Gráfico 1 - Estrutura de valoração do objeto



Fonte: Elaboração própria, 2018

³³ Mason (2012), Lacerda (2012), Zancheti (2014) e Lins (2015).

³⁴ Zancheti, 2014.

Zancheti e Hidaka (2014) compreendem que os valores não podem ser considerados definitivos. Eles afirmam que os valores culturais que ganham importância em uma sociedade são aqueles que “são criados por processos intersubjetivos, realizados em períodos relativamente longos” (ZANCHETI E HIDAKA, 2014, p. 05). Os autores ainda afirmam que as modernas concepções de análise entendem que o processo de valoração se caracteriza como um processo de negociação entre os atores sociais. Assim, a apreensão de um sistema múltiplo de valores atribuídos ao bem corresponde ao processo valoração dos objetos.

Existem duas correntes filosóficas que abordam esse processo, sendo elas: a corrente do Relativismo Axiológico e a do Absolutismo dos Valores. Zancheti (2014) afirma que no Relativismo, o valor é considerado extrínseco ao objeto e depende do sujeito que o percebe; enquanto que o Absolutismo corresponde a uma posição oposta, compreendendo que valor é intrínseco, ou seja, é uma característica própria e exclusiva dos objetos e independe da relação com o sujeito. Zancheti (2014) ainda afirma que as duas visões são baseadas em sólidas posições epistemológicas, porém não deve-se aderir de forma irrestrita a nenhuma delas, pois uma não consegue opor-se a outra. Connor (1994) acrescenta a esse entendimento a necessidade de se pensar essas duas correntes, a do absolutismo e a do relativismo, de forma associada, “sob o argumento de que várias versões da tese absolutista e relativista, ao mesmo tempo em que se contradizem, confirmam e regeneram a outra.” (LINS, 2015, p. 78).

Sabe-se que, ao longo dos anos, a forma como os valores foram sendo atribuídos foi se modificando, bem como as relações sujeito e objeto. Contudo, a compreensão dos valores de um bem sempre se apresentou como sendo o norte a ser seguido nas decisões de restauro e conservação do bem. Trazendo para a atualidade, a Teoria Contemporânea da Restauração de Muñoz Viñas (2003) compreende que diferentes entendimentos a respeito do objeto em questão devem ser levados em consideração. Dessa forma, o autor levanta a questão sobre a inclusão da opinião de não-especialistas na identificação dos valores de um bem. O autor entende que o usuário habitual do bem possui não só o direito, mas também motivos e autoridade para opinar a respeito e que limitar esse entendimento aos argumentos acadêmicos e técnico-científicos resulta em informações elitistas e restritivas:

Os argumentos de tipo acadêmico técnico-científico não devem converte-se em únicos em uma atividade cujo objetivo último é de tipo simbólico ou comunicativa: esta forma de enfocar a questão é elitista e restritiva. (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 162)³⁵

Assim, na Teoria Contemporânea da Restauração é postulada uma relação entre o que pensam os atores responsáveis pela Restauração³⁶ e o conjunto de pessoas afetado por ela. Diante disso, o autor entende que uma Restauração se torna mais eficaz quando satisfaz desde quem toma as decisões de projeto até os seus usuários. Assim, para Muñoz Viñas (2003), o valor é atribuído ao objeto por um sujeito, que identifica nele significados, o autor entende que estes significados podem ser de diferentes naturezas, seja de “intelectualidade” (percepção dos aspectos históricos, artísticos, científicos), seja de “identidade coletiva” (percepção dos elementos que caracterizam a cultura dos povos, raça, modos, costumes, língua), “ideológicos” (percepção dos fatores políticos, morais) ou sentimental, que remetem a memórias e sentimentos.

Dessa forma, depreende-se que um objeto qualquer passa a ser um objeto de conservação³⁷ a partir do momento em que um sujeito reconhece nele os seus significados intelectuais, de identidade, ideológico e/ou sentimentais, e devido a isso, atribuem valores a ele. Como cada sujeito pertence a um contexto diferente, a sua percepção de valor sob o mesmo objeto também será variável. Assim, Muñoz Viñas (2003) entende que a enorme variedade de naturezas dos objetos de conservação faz com que a tradicional visão histórica-artística de reconhecimento deles seja uma visão limitada.³⁸ O autor ainda ressalta que o conceito de patrimônio não depende mais de valores predeterminados, mas de valores que mudam de caso a caso. Dessa forma, o patrimônio deixa de ser algo inerente a seletos grupos de técnicos e especialistas e passa a ser uma construção intelectual das pessoas. Dessa forma, essa teoria destaca novos valores, como: simbólico, religioso, identitários, econômicos, turísticos, pessoais e sentimentais.³⁹

³⁵ Citação no idioma original: Los argumentos de tipo académico o tecnocientífico no deben convertirse en únicos en una actividad en la que el objetivo último es de tipo simbólico o comunicativo: esta forma de enfocar la cuestión es elitista y restrictiva. (MUÑOZ VIÑAS, 2003, p. 162)

³⁶ Na teoria Contemporânea da Restauração, a expressão *Restauración* é entendida no sentido amplo da palavra, ou seja, como sendo sinônimo de restauração e conservação.

³⁷ Zancheti (2014) entende o objeto de conservação como sendo artefatos materiais que adquirem valores reconhecidos por uma determinada sociedade e considerados importantes se serem transmitidos para gerações futuras (ZANCHETI, 2014, p. 2)

³⁸ Segundo Muñoz Viñas (2003), desde os teóricos clássicos até a Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964), os valores históricos e artísticos eram encarados como sendo valores fundamentais e capazes de revelar a verdade do objeto. Entretanto, para o autor, essa prevalência dos “valores de verdade” está sendo questionada na atualidade.

³⁹ Muñoz Viñas (2003).

Dentro desse contexto, a significância cultural aparece como sendo um processo de valoração, tendo essa expressão sido definida pela primeira vez pela Carta de Burra (ICOMOS, 1999). O documento apresenta a significância cultural como sendo algo inerente ou adquirido pelos bens culturais com o tempo e, portanto, pode mudar com a chegada de novas informações e com a mudança de atores sociais envolvidos com o local. Dessa forma, a significância cultural está sujeita a transformações contínuas, além de destacar a relação dos atores envolvidos com o patrimônio no processo de reconhecimento dos valores patrimoniais. A Carta de Burra (ICOMOS, 1999) ainda apresenta a significância cultural como sendo uma etapa primária e fundamental no processo de conservação dos bens patrimoniais, contribuindo na gestão desses bens. Assim, a significância deve servir como informação balizadora das ações de conservação dos bens dotados de valores culturais.

Em conformidade com a Carta de Burra (ICOMOS, 1999), Hidaka (2012) define a significância como sendo “algo que remete às qualidades dos monumentos históricos, inerentes ou adquiridos com o tempo a partir das relações destes objetos com o seu contexto social” (HIDAKA, 2012, p. 120). A autora ressalta que a coexistência de valores faz parte da construção da significância cultural e que essa construção é feita a partir da interação dos significados do presente e do passado. Dessa forma, a significância cultural não se trata de um entendimento fixo, podendo novos valores serem reconhecidos ou retirados de acordo com o contexto.

Dentro desse entendimento, Silva (2012) ressalta que a significância se refere a todos os elementos que contribuem para os significados, não se restringindo aos aspectos materiais do objeto. Assim, alguns elementos aparecem como portadores de significados, como por exemplo: o contexto, a história, o uso e valores sociais e espirituais em que cada objeto está inserido. Quanto ao processo de avaliação dos significados transmitidos, a autora afirma que a avaliação é mais eficaz quando envolve uma gama de pessoas e competências, sendo uma oportunidade para abarcar diferentes grupos de pessoas da discussão sobre a valoração de um bem cultural. Para tanto, faz-se necessário analisar um objeto, compreender a sua história e o seu contexto e identificar o seu valor para as comunidades.

Diante do exposto até aqui, a pesquisa compreende que valorar um objeto corresponde a um processo de apreensão de um sistema múltiplo de valores expressados por ele e captado por um sujeito dentro de um contexto. Dessa forma, a valoração é algo estritamente pessoal, o que resulta em uma grande variedade de valores, que indicam quais bens devem ser preservados.

Portanto, é necessário entender quais são esses valores e quais são os seus significados. Assim, o próximo item irá apresentar as categorizações de tipos dos valores trazidas pelos teóricos da conservação e pelas cartas patrimoniais.

3.2 Categorizações e significados dos valores

Diante da existência de uma série de valores patrimoniais e de uma complexa interação entre eles, surge a necessidade de se tratar essa questão de uma maneira mais eficaz, de forma a caracterizar os diferentes tipos de valores de maneira clara e efetivamente neutra. No entanto, para Mason (2002) qualquer esforço para desmembrar e descrever os valores associados a um determinado patrimônio encontra imediatamente dificuldades conceituais e práticas, isto se deve ao fato da existência de diferentes articulações em torno do valor, por exemplo: há divergências em como um determinado tipo de valor é atribuído por diferentes partes interessadas, ou seja, para um artista, o valor estético de uma igreja barroca terá um significado, enquanto que para um visitante, terá outro. Com isso, a categorização dos valores surge como sendo uma ferramenta que se propõe a uniformizar os entendimentos em cima dos valores, possibilitando uma comparabilidade entre os processos de avaliação dos bens patrimoniais. Evidentemente, há várias categorizações de valores distintas, todavia, acredita-se que há uma sobreposição nos esquemas propostos pelos teóricos da conservação. Dessa forma, esse tópico irá expor estudos relativos à temática, que mais adiante irá subsidiar a elaboração de um entendimento único quanto aos valores do patrimônio industrial.

Ao longo dos anos, alguns autores abordaram a questão dos valores patrimoniais. Entre os estudos realizados, destaca-se “O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem” (1903), de Alois Riegl. Esse trabalho foi fruto de uma solicitação por parte da Comissão Central de Arte e de Monumento Históricos para realização de um plano que objetivou reorganizar a conservação pública dos monumentos na Áustria. O ensaio resulta em uma reflexão a respeito da noção de monumento histórico, definindo estes monumentos a partir de valores adquiridos ao longo do tempo. Riegl divide o ensaio em três etapas. Na primeira, o autor se debruça sobre a problemática de como a atribuição de valores se modifica de acordo com os períodos históricos. Em seguida, ele estrutura a sua análise dos valores em duas partes: os valores de rememoração

(ligados ao passado) e os valores de contemporaneidade (ligados ao presente). Na segunda etapa do texto, é apresentada a relação dos valores de memória com o culto dos monumentos, esta categoria foi representada pelo valor de antiguidade, valor histórico e valor volutivo da memória ou de comemoração. Já na terceira etapa, Riegl (2014) dedica aos valores de atualidade, estando esses valores reportados ao uso e à arte.

Para Riegl (2014), o valor de antiguidade seria o ponto de saída para a discussão dos valores de memória. Isso se daria pelo fato de esse valor abranger um grande número de monumentos. A primeira característica do valor de antiguidade seria o seu aspecto inatural, sendo esse valor expressado pelo efeito ótico da decomposição da superfície, ou seja, pelo desgaste provocado pelo tempo e pela ação da natureza. Enquanto o valor histórico do monumento aparece como testemunho de uma época, representando um estágio de uma atividade humana que pertenceu ao passado, sendo, portanto, um documento, que deve ser o mais fiel possível ao seu aspecto original. Já o valor volutivo da memória ou de comemoração, traz uma ligação com o presente. Neste caso, o monumento já nasce com o intuito de permanecer na consciência das gerações futuras.

O valor utilitário ou de uso, como o próprio nome já diz, compreende os aspectos funcionais e os usos estabelecidos para o monumento, ou seja, é a utilização prática do monumento. O autor ressalta os conflitos que podem existir entre o valor de uso e o valor de antiguidade. Para ele, a solução está no reconhecimento de que o bem-estar físico das pessoas é superior às necessidades ideais da herança do passado, não sendo algo benéfico para o monumento a privação do uso pelas pessoas. Dessa forma, para Riegl o valor de uso é essencial para qualquer monumento histórico, independente de eles terem conservado suas funções originais ou tenham recebido novos usos.

Quanto aos valores de arte, Riegl (2014) entende que, se os monumentos atendem às exigências do *Kunstwollen*⁴⁰, todos eles possuirão este valor. Ou seja, se o bem for íntegro em “suas propriedades de concepção, forma e cor, e que responda ao ‘querer da arte’ vigente à época de sua composição” (RIEGL, 2014, p. 70), ele deterá o valor de arte. O autor divide o valor de arte em duas categorias: o valor de novidade e o valor de arte relativo. O valor de novidade valoriza a integridade formal do monumento, que deve aparentar uma obra moderna. Para Riegl, este é mais um valor que se contradiz ao valor de antiguidade, entretanto, vincula-se ao valor de uso. O autor ressalta ainda que o valor de novidade é o preferido do grande público.

⁴⁰ O “querer da arte”, que alguns traduzem como “vontade artística”.

Apenas o novo e o íntegro é belo, segundo a visão da multidão; aquilo que está velho, fragmentado, descolorido é feio. Essa atitude milenar empresta à juventude uma superioridade incontestável sobre o que é velho, e ficou tão profundamente enraizada que é impossível derrota-la em algumas décadas. (RIEGL, 2014, p. 71)

O valor de arte relativo é um valor que remete a uma apreciação estética do monumento, baseada na sensibilidade moderna. Assim, este valor compreende as obras artísticas antigas que ainda são acessíveis a sensibilidade moderna. A percepção desse valor seria um privilégio de um público dotado de uma cultura estética. O autor afirma que neste valor as obras de gerações passadas podem ser apreciadas em relação aos aspectos de sua concepção (composição, forma e cor). Dessa forma, percebe-se que aqui o *Kunstwollen* estabelece o elo entre a sensibilidade moderna e os aspectos das obras do passado.

Riegl também faz menção que, do ponto de vista moderno, é natural que determinado monumento não tenha valor de arte, baseado em antipatias quanto a algumas formas de arte do passado. Nesse aspecto, o autor ressalta que as obras mais antigas são mais valorizadas que as modernas. Ressalta, ainda, que algumas obras que não despertaram interesse ou pesadas críticas na época de sua concepção, posteriormente podem ser apresentadas como grandes manifestações artísticas. A justificativa para este fenômeno, segundo o autor, é interessante:

Há três décadas esse fenômeno tinha uma explicação simples: acreditava-se ainda na existência de um valor de arte absoluto, embora fosse difícil formular com precisão os seus critérios. A avaliação superior dos monumentos mais antigos era justificada por estarem, naqueles tempos, os artistas e suas obras mais próximos do valor de arte absoluto do que os artistas modernos, apesar de todos os seus esforços. (RIEGL, 2014, p. 80)

Aqui fica evidente que, para Riegl (2014), os valores não são intrínsecos aos monumentos. Assim, os significados transmitidos por eles se modificam de acordo com o sujeito, com a relação dele com o objeto e com o contexto histórico e social em que ele está inserido.

Na Carta de Burra (ICOMOS, 1999) os valores aparecem classificados em: valor estético, valor histórico, valor científico e valor social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras. Segundo esta Carta, a um único bem pode ser atribuído inúmeros valores por diferentes pessoas e grupos sociais e estes valores podem mudar de acordo com o tempo:

Significância cultural significa valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, actual ou futuras. A significância cultural está incorporado no próprio sítio, na sua fábrica, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus

registros nos sítios relacionados e nos objetos relacionados. Os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes. (Carta de Burra, 1999, p.05).

De acordo com a Carta, o valor histórico embasa todos os valores. Sendo essa categoria de valor aquela que engloba a história da estética, da ciência e da sociedade. Logo, um determinado lugar pode expressar valor histórico quando ele possui relação com uma figura, evento, fase ou atividade histórica. A Carta ainda preconiza que a significância se torna maior onde a evidência da associação ou evento sobrevive *in loco* ou quando as configurações estão intactas. Ainda assim, há alguns casos em que o local mantém seus significados, independente dos tratamentos sofridos. O valor social ou espiritual envolve as qualidades que tornaram um determinado lugar um foco de sentimento cultural (seja ele espiritual, político, nacional, etc) para os grupos sociais que nele vivem. O valor estético é apresentado pela Carta como sendo o valor que conecta os aspectos materiais e imateriais de um sítio. Assim, este valor está relacionado com a forma, dimensão, cor, textura, material, bem como com cheiros e sons. Quanto ao valor científico, a Carta de Burra (ICOMOS, 1999) diz que este vai depender da importância dos dados envolvidos, da sua singularidade, qualidade e representatividade, e até que nível o local pode contribuir com mais informações relevantes.

Mais recentemente, em seu artigo intitulado “Valores dos Bens Patrimoniais”, Norma Lacerda (2012) dispôs que os valores são as “heranças daqueles que nos precederam” (LACERDA, 2012, p. 45) e que um sistema de valores é formado por uma multiplicidade de valores, que remetem a diversos significados. Percebe-se que o texto de Lacerda (2012) sofre grande influência da abordagem trazida por Alois Riegl (2014). Entretanto, a autora apresenta a inserção de novos valores, demonstrando que este é um campo em constante mutação.

Por valor de antiguidade, Lacerda (2012) adota o mesmo entendimento de Riegl (2014). Ou seja, que este valor representa o caráter de antigo percebido nas imperfeições do bem, nas palavras da autora: “é a clara percepção do passar do tempo, do ciclo necessário da criação e das próprias marcas de destruição que agradam ao homem moderno” (LACERDA, 2012, p. 46)

O valor artístico é, de acordo com Lacerda (2012), impregnado de subjetividade, referindo-se sempre a um determinado estilo estético. Nesse ponto, a autora, mais uma vez, entra em consenso com Alois Riegl (2014) destacando a extrema atualidade do entendimento de valor artístico relativo defendido pelo referido autor. Nesse caso, Lacerda (2012) “defende que não há nenhum conteúdo objetivo nem durável” (LACERDA, 2012, p. 46). Ou seja, não há um valor de arte eterno, sendo este um valor relativo e moderno.

Lacerda (2012) defende ainda o valor histórico como sendo o valor que faz referência ao passado culturalmente construído. Esse valor revela o tempo decorrido e reconhece a importância da sua existência enquanto obra de uma dada época e de uma determinada sociedade. Para a autora, este valor está intrinsecamente ligado ao valor cultural, já que o passado é culturalmente construído. O valor histórico reforça a identidade social, sendo reconhecido como a consciência do passado e, dessa forma, permitindo a criação de uma identidade comum entre passado, presente e futuro. “Trata-se de referências históricas relativas a uma determinada sociedade” (LACERDA, 2012, p. 47).

O valor simbólico é atrelado ao imaginário do ator social. Ou seja, a sua capacidade de ver além da matéria física do bem. Assim, Lacerda (2012) entende que o simbólico condensa a experiência total do homem, unindo o consciente e o inconsciente. Além disso, a autora ressalta que cada época e sociedade cria os seus próprios símbolos.

O valor cognitivo é associado aos valores histórico, artístico, cultural e simbólico, uma vez que este valor representa um suporte narrativo da memória de um bem. Dessa forma, Lacerda (2012) afirma que o valor cognitivo é um instrumento de formação nas áreas históricas, artísticas e culturais. Assim, o valor cognitivo representa o reconhecimento de um passado e dos valores de uma sociedade.

O valor econômico está relacionado com a demanda do uso de um bem cultural. Nas palavras de Lacerda: “O valor econômico de qualquer bem patrimonial reside na sua utilidade” (LACERDA, 2012, p. 49). Assim, este valor está diretamente ligado ao potencial do bem quanto fonte de crescimento econômico, estando associado ao valor de uso, que representa as atividades atribuídas ao bem patrimonial.

O valor de opção aparece como sendo o potencial de escolha de um uso futuro e, portanto, desconhecido para um bem patrimonial. Ou seja, é o reconhecimento de que, ainda que o bem não seja útil no presente, ele poderá ser no futuro. A última categoria de valor apontada por Lacerda (2012) é o valor de existência, sendo este um valor atribuído aos bens pelo simples fato de existir. Deste modo, ainda que um bem não possa ser vivenciado ou contemplado na atualidade, ele será valorizado em razão de sua existência.

Ao abordar os tipos dos valores, Mason (2002) adianta que frente ao entendimento que o valor se constitui em algo passível de mudanças ao longo do tempo, a sua proposição tem uma natureza provisória. O autor ainda afirma que a categorização dos valores apresentada por ele é

oferecida como um ponto de partida e deve ser ajustada e revisada para cada contexto. Em sua proposta, Mason (2012) apresenta os valores que para ele são os mais frequentemente associados aos bens patrimoniais, estando divididos em duas categorias principais: a sociocultural (histórico, cultural/simbólico, social, espiritual/religioso e estético) e a econômica (uso – mercado, não uso – não comercial, existência, opção e legado).

O autor entende os valores socioculturais como sendo aqueles que são associados a um objeto por expressarem significados para as pessoas ou grupos sociais, por meio da sua posição no tempo, da sua estética ou associação a alguma pessoa ou evento significativo. Dessa forma, os valores desta categoria se sobrepõem, ou seja, um mesmo bem pode expressar mais de um valor sociocultural. Nesse sentido, Mason (2012) ressalta que, ainda que os valores estejam intimamente relacionados, é importante entendê-los como valores distintos e que representam diferentes bases para se tomar decisões de gestão.

No tocante à conceituação do valor histórico, Mason (2012) apresenta um entendimento muito próximo ao trazido por Riegl (2014) e Lacerda (2012). Assim, o autor entende que este valor está na raiz da noção de patrimônio e seria a capacidade de um objeto de transmitir, incorporar ou estimular uma relação ou reação ao passado. Mason (2012) vai adiante ao afirmar que o valor histórico pode estar presente nos materiais construtivos, na associação com pessoas ou eventos, na sua raridade ou singularidade, nas suas qualidades tecnológicas ou no seu potencial documental. O autor ainda aponta para a existência do que ele entende como subtipos do valor histórico, sendo eles: o valor educacional/acadêmico, que seria o potencial das gerações futuras obterem informações sobre o passado, entendimento que muito se assemelha ao valor cognitivo trazido por Lacerda (2012) e ao valor científico trazido pela Carta de Burra (1999).

Com relação ao valor artístico, Mason (2012) acredita que estaria na singularidade de um objeto, na sua excelência e representatividade como obra de arte. Tais significados também estão em consonância com aqueles defendidos por Riegl (2014) e Lacerda (2012), em relação ao que eles denominam de valor de arte e valor artístico, respectivamente.

Quanto ao valor cultural/simbólico, Mason (2012) o entende como sendo parte da própria noção de patrimônio, já que a história e a herança são elementos centrais de todas as culturas. Dessa forma, não haveria a possibilidade de haver patrimônio sem o valor cultural, podendo ser dividido em valores sociais históricos, políticos, étnicos ou relacionados ao trabalho.

O valor social histórico seriam os significados compartilhados que estão associados às heranças de um local. O autor não define a qual tipo de herança o valor está associado, mas devido ao contexto em que está inserido, subentende-se que sejam as heranças culturais de uma sociedade. Enquanto o valor político ou valor civil resulta da associação da vida cívica, do ambiente físico e da capacidade dos lugares de estimular comportamentos políticos que ajudam a construir a sociedade civil, podendo ser interpretado como sendo um elemento essencial para o entendimento de determinada sociedade ou pode ser entendido como uma ferramenta política usada para reforçar a cultura nacional. Já os valores étnicos seriam aqueles valores que asseguram a identidade de grupos étnicos. Por fim, os valores relacionados ao trabalho estão refletidos nas técnicas usadas para projetar e construir um edifício.

Percebe-se aqui, uma afinação entre os discursos de Mason (2012) e de Lacerda (2012), entretanto, ao dividir o valor social em quatro outros valores (valores sociais históricos, políticos, étnicos ou relacionados ao trabalho), Mason (2012) apresenta uma análise mais abrangente dos significados transmitidos por esse valor.

Em relação ao valor social, ele estaria ligado ao uso de um lugar para encontros sociais a fim de promover celebrações, atividades de lazer ou até mesmo lugares onde se desenvolvem atividades mercantis. Dessa forma, este valor está diretamente conectado ao público, sendo assim, o valor social se refere a identidade da comunidade ou outros sentimentos de pertencimento e muito se assemelha ao valor histórico social.

Já o valor espiritual pode expressar princípios e ensinamentos religiosos, mas também pode abranger crenças seculares. Por fim, o valor estético, na maioria das vezes, se refere as qualidades visuais do objeto, como o *design* e a concepção de um edifício. Porém, assim como a Carta de Burra (1999), Mason (2012) aponta para significados mais amplos do valor estético, como as experiências sensoriais (olfato, visão, audição) e os sentimentos particulares de cada sujeito.

Em relação à categoria dos valores econômicos, de acordo com Mason (2012), na teoria econômica neoclássica estes valores são frequentemente expressos em termos de preços de mercado. Entretanto, o mesmo não ocorre no campo da conservação, no qual os valores econômicos são entendidos como um bem público, ou seja, eles refletem decisões coletivas em vez de decisões individuais de mercado. Dentro desse contexto, esta categoria apresenta cinco valores: valor de uso (valor de mercado), de não-uso (valor não comercial), de existência, de opção e de legado.

Mason (2012) entende o valor de uso como sendo os valores de mercado, que são facilmente atribuídos a um preço, ou seja, no tocante ao patrimônio cultural este valor se refere aos bens e serviços que estão ligados ao objeto e são comercializáveis. Já o valor de não-uso corresponde aos valores econômicos que não são negociáveis ou capturados pelo mercado e, portanto, não são expressos em termos de preços. Este valor estaria subdividido em três valores, a fim de especificar exatamente quais características do patrimônio motivam as decisões econômicas: de existência, de opção e de legado. O valor de existência é quando um indivíduo valoriza um bem por sua mera existência, ainda que eles não possam desfrutar dele. Enquanto o valor de opção se refere ao desejo de preservar a possibilidade de desfrutar do patrimônio em um momento futuro. Por fim, o valor de legado está relacionado à intenção de transmitir um bem às futuras gerações. Aqui, mais uma vez, os valores trazidos por Mason (2012) se comunicam com os apresentados por Lacerda (2012).

Diante do exposto, percebe-se que as tentativas de categorização dos valores tendem a se sobrepor, ao mesmo tempo em que cada autor apresenta novos valores aos seus quadros propositivos. Isto confirma a ideia de que o conceito de valor é algo que se modifica de indivíduo para indivíduo, fazendo com que haja uma grande quantidade de significados ligados a eles. Nesse sentido, as proposições aqui apresentadas servem como um ponto de partida para um processo contínuo de reflexões, que devem ir se adaptando aos diferentes contextos. A Tabela 3 a seguir traz a categorização dos valores de acordo com cada autor e documento aqui apresentados:

Tabela 3 - Categorização dos valores apresentados pela bibliografia

CATEGORIZAÇÃO DOS VALORES		
AUTOR / DOCUMENTO	VALORES APRESENTADOS	
Alois Riegl (1903)	Valores de rememoração (valores do passado)	Valores de contemporaneidade (valores do presente)
	Valor de antiguidade	Valor de uso
	Valor histórico	Valor de arte
	valor volutivo da memória ou de comemoração	<ul style="list-style-type: none"> • Valor de arte relativo • Valor de novidade
Carta de Burra (1999)	Valor histórico	
	Valor estético	
	Valor científico	
	Valor social ou espiritual	
Mason (2012)	Valores socioculturais	Valores econômicos
	Histórico <ul style="list-style-type: none"> • Artístico • Educacional/acadêmico 	Uso (de mercado)
	Cultural/simbólico <ul style="list-style-type: none"> • Político • Histórico social • de trabalho 	Não-uso (valor não comercial) <ul style="list-style-type: none"> • Valor de existência • Valor de opção • Valor de legado

	• Étnico	
	Social	
	Espiritual/religioso	
	Estético	
LACERDA (2012)	Valor de Antiguidade	
	Valor artístico	
	Valor histórico	
	Valor cultural	
	Valor simbólico	
	Valor cognitivo	
	Valor econômico	
	Valor de uso	
	Valor de opção	
	Valor de existência	

Fonte: Elaboração própria, 2018

O próximo item irá abordar os valores pertinentes aos objetos remanescentes da industrialização, seguindo os entendimentos apresentados pelos críticos e pelos documentos doutrinários do campo da conservação do patrimônio industrial. Dessa forma, a categorização de tipologias dos valores apresentados aqui servirá de base para a construção dos entendimentos dos valores identificados.

3.3 Os valores do patrimônio industrial

Frente ao exposto, pode-se dizer que os bens patrimoniais refletem o modo como as pessoas rememoram e se identificam com o seu passado. A correta identificação dos valores atribuídos a um determinado bem cultural permite uma melhor definição de diretrizes de estratégias de preservação. Ainda que o entendimento de monumento histórico tenha se expandido nos últimos anos, o pensamento formado no século XIX e XX ainda é bastante presente no tratamento aos bens patrimoniais.⁴¹ Nesse ponto, a problemática que se estabelece é a necessidade de um novo olhar para o reconhecimento dos bens industriais, objetivando entender quais os valores expressados por eles. Para tanto, aqui o patrimônio industrial é compreendido como sendo todos os remanescentes da cultura industrial de natureza material e imaterial. Entende-se ainda o valor como uma qualidade atribuída a um objeto por um sujeito, sendo eles variáveis.

Em consonância com a Teoria Contemporânea da Conservação de Muñoz Viñas (2003), que entende que as peculiaridades de cada objeto devem ser consideradas no processo de valoração, especialistas da conservação do patrimônio industrial vêm defendendo que os critérios

⁴¹ Carsalade (2011) *apud* Freire (2018).

que historicamente guiam a valoração de um bem cultural, ou seja, os valores histórico e artístico, não são exatamente aqueles expressados pelos remanescentes da industrialização. Em face dessas considerações, percebe-se que a compreensão das especificidades que envolvem o patrimônio industrial é de grande importância no processo de identificação e avaliação desses bens.

Preite (2003) ressalta a importância da singularidade do local onde está inserido o bem industrial, no sentido de que “se nos limitarmos às características técnicas, uma mina de carvão, por exemplo, pouco se diferirá de outra mina de carvão” (PREITE, 2003, p. 266). Complementando o pensamento de Preite, Eusebi Casanelles (2007)⁴² reafirma a importância da história e do testemunho que eles representam no processo de reconhecimento dos bens industriais. Para o autor, o conhecimento do lugar sempre agrega valor a qualquer patrimônio e que a singularidade de um setor produtivo não se deve somente à técnica, mas ao seu entorno natural e social.

A singularidade de diferentes lugares produtivos de um mesmo setor produtivo e sua importância universal não nos é dado pela técnica, mas pelo seu entorno natural e social. Frequentemente, as máquinas são idênticas ou similares em diferentes lugares, mas não a história e o testemunho que elas contêm. O conhecimento da história de um lugar, que sempre acrescenta um valor a todo lugar patrimonial, é de vital importância no patrimônio industrial enquanto se refere a sua valoração. (CASANELLES, 2007, p. 63)⁴³

Nesse sentido, as discussões relacionadas à valoração e aos significados dos bens industriais avançam, trazendo a questão imaterial para o foco dos debates. Ou seja, a questão dos saberes ali desenvolvidos passa a ser um critério de valoração intrínseco a este tipo de bem. Casanelles (2007) afirma que uma correta compreensão do que seria o patrimônio industrial requer a elaboração de um novo conceito de patrimônio. À vista disso, o autor propõe que este conceito seja repensado levando em consideração novos entendimentos, os quais ele pontua⁴⁴:

⁴² Presidente do TICCIH de 2000 – 2009.

⁴³ Citação no idioma original: La singularidad de diferentes lugares productivos de un mismo sector productivo y su importancia universal no los da la técnica, sino su entorno natural y social. Muy a menudo, las máquinas son idénticas o similares en diferentes sitios, pero la historia y el testimonio que ellas contienen no. El conocimiento de la historia del lugar, que siempre añade un valor a todo lugar patrimonial, es de vital importancia en el patrimonio industrial cuando se refiere a su valoración. (CASANELLES, 2007, p. 63)

⁴⁴ Na pesquisa compreendemos que o que o autor chama de *valor* é a importância de se olhar o objeto como testemunho de uma determinada época, bem como a importância de tratá-lo como um documento capaz de transmitir dados qualitativos que complementam aqueles obtidos por outras fontes.

1. Um novo conceito de antiguidade: esta é a primeira geração que valora bens culturais que ela mesma utilizou, sendo esta uma situação que impede parte da população de considerar alguns bens culturais como bens patrimoniais, caso dos bens da industrialização;

2. Valor de testemunho: os bens da industrialização são testemunho de uma época em que houve uma grande revolução social e econômica, portanto são detentores de valores etnológico ou antropológico;

3. Valor de documento: os bens da industrialização possuem um valor arqueológico, sendo objetos de estudo utilizados para compreender a sociedade industrial;

4. O caráter: A maioria dos bens industriais não é ‘obras de arte’, mas sim bens relacionados com a produção, suas funções e técnicas construtivas, que não são do nosso tempo.

Além disso, Casanelles (2007) entende que no caso específico do patrimônio industrial, a compreensão dos saberes do período da industrialização deve vir antes da contemplação da plástica do edifício. Dessa forma, ele entende o patrimônio industrial como sendo um “patrimônio didático”, ou seja, a atividade que ali se desenvolvia é o que tem que ser, antes de tudo, compreendida:

A preservação do patrimônio industrial não se realiza, como indicado anteriormente, para ser contemplado, mas para ser compreendido. Trata-se de um patrimônio didático, o que significa que é preciso entender a atividade que ali se desenvolvia. É um patrimônio didático. (CASANELLES, 2007, p. 67)⁴⁵

Para o autor, o valor didático está presente em três eixos, sendo eles essenciais para o processo de aprendizagem. O primeiro é o “tecnológico”, que deve mostrar como se pensou em executar determinada tarefa de forma mais eficaz. O segundo é o “social”, que deveria refletir as condições de trabalho e de vida, bem como os conflitos existentes no local. Já o terceiro é o “ambiental”, estando este relacionado ao impacto das ações produtivas humanas no seu ambiente⁴⁶.

Nessa perspectiva, Bergeron (2003) ressalta que os bens industriais continuam sendo abordados como patrimônio arquitetônico monumental, à medida que o que comanda a organização e configuração desses lugares é o princípio de produção e não regras arquitetônicas.

⁴⁵ Citação no idioma original: La preservación del patrimonio industrial no se realiza, como se ha indicado anteriormente, para ser contemplado sino para ser comprendido. Es un patrimonio didáctico que significa se ha de entender la actividad que allí se desarrollaba..

⁴⁶ Adiante, os entendimentos adotados por Casanelles (2007) para os eixos de análise serão aprofundados.

Para o autor, o bem industrial “[...] nos força uma mudança de olhar: Sua qualidade, seu valor cultural, requer uma apreciação de ordem técnica e marginalmente estética no sentido clássico do termo” (BERGERON, 2003, p. 20).

Estes autores sugerem um avanço nas discussões quanto a sua valoração e significados. Com isso, eles trazem para o centro da narrativa a questão intangível, ou seja, os saberes ali desenvolvidos, tendo em vista que todo programa industrial era pensado na otimização da produção e que esta não poderia ser esquecida. A configuração de acordo com a lógica de produção pode tornar complicada a compreensão desses ambientes industriais, principalmente quando já se perderam elementos que pudessem explicar os procedimentos de fabricação e o funcionamento dos lugares, entretanto não se pode negá-las.

Estas duas visões se colocam de acordo com as definições de patrimônio industrial trazidas pela Carta de Nizhny Tagil (2003), bem como os princípios de Dublin (2011), apresentadas no Capítulo 1, ao reconhecerem os valores tangíveis e intangíveis dos bens industriais. Com relação aos valores atribuídos ao patrimônio industrial, a Carta de Nizhny Tagil ressalta o valor social, o valor estético, o valor científico e tecnológico e o valor especial.

- i. O património industrial representa o testemunho de actividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões que justificam a protecção do património industrial decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais.
- ii. O património industrial reveste um valor social como parte do registo de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o património industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitectura, do seu design ou da sua concepção.
- iii. Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registos intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições.
- iv. A raridade, em termos de sobrevivência de processos específicos de produção, de tipologias de sítios ou de paisagens, acrescenta-lhes um valor particular e devem ser cuidadosamente avaliada. Os exemplos mais antigos, ou pioneiros, apresentam um valor especial. (Carta de Nizhny Tagil, 2003)

Dessa forma, a Carta entende como valor social “o registo de vida dos homens e mulheres”, enquanto o valor estético é reconhecido pela “qualidade da sua arquitectura, do seu design ou da sua concepção”. O valor especial é visto na raridade dos sítios industriais, na sua antiguidade e pioneirismo, ao passo que para o valor científico e tecnológico não é apresentada

uma definição, mas subentende-se que para a Carta de Nizhny Tagil este valor está relacionado (a) “a história da indústria, da engenharia, da construção”.

A análise elaborada pelos autores da conservação, bem como pelas Cartas patrimoniais tratadas neste item traz como valores em potencial do patrimônio industrial, a seguinte categorização exposta na Tabela 4:

Tabela 4 - Valores industriais segundo a literatura consultada

Valor / Autor	Bergeron (2003)	Casanelles (2007)	Nizhny Tagil (2007)
Valores pertinentes	Valor tecnológico Valor científico	Valor tecnológico Valor científico Valor social Valor histórico Valor arquitetônico	Valor tecnológico Valor científico Valor social Valor estético

Fonte: Autora, 2018

Interpretando a tabela acima, entende-se que os valores arquitetônico (Casanelles, 2007) e estético (Nizhny Tagil, 2007) apresentam o mesmo sentido. Isto é, ainda que hajam nomenclaturas distintas, ambos tratam da qualidade da arquitetura, do *design* e da concepção do edifício. Depreende-se ainda que os valores tecnológico e científico têm significados complementares, estando relacionados ao trabalho e a fatores técnicos e produtivos. Portanto, aqui serão tratados como um único valor, o técnico-científico.

Dessa forma, tomando como base esses valores identificados nos documentos aqui apresentados, entende-se que os valores em potencial nos casos de valoração dos remanescentes da industrialização são: o arquitetônico, o social, o técnico-científico e o histórico. Todavia, importa salientar que, por ser o valor o resultado de uma interação sujeito-objeto, estes não podem ser estabelecidos por uma regra inalterável. Ou melhor, a depender do bem, alguns valores entendidos como pertinentes aos remanescentes industriais podem não aparecer, assim como novos valores podem surgir.

Uma lacuna identificada nas três fontes adotadas, e que esta pesquisa se propõe a responder, é a ausência de uma conceituação mais precisa sobre o entendimento de cada um dos valores nelas identificados. Dessa forma, considerando também os aportes teóricos da conservação apresentados na sessão anterior e as cartas patrimoniais⁴⁷, foi possível conceituar de forma mais precisa cada um dos quatro valores passíveis de serem atribuídos ao patrimônio industrial, então:

⁴⁷ Riegl (2014), Carta de Burra (ICOMOS, 1999), Lacerda (2012), Mason (2012), Carta de Nizhny Tagil (2007), Casanelles (2007) e Bergeron (2003).

Valor histórico: Aqui entende-se o valor histórico como aquele valor que rememora as fases significativas da evolução humana, fazendo referência ao passado culturalmente construído. Dessa forma, o valor histórico existe nas obras de uma determinada época e de uma determinada sociedade e reforça a identidade social. Portanto, os bens industriais podem ser entendidos como documentos capazes de representar uma fase da atividade humana, sendo um marco de uma importante revolução social e econômica. Nesse sentido, os remanescentes da indústria expressam o valor histórico, a partir do momento em que estes locais estimulam uma relação entre o passado e o presente, caracterizando-se como sendo um elo material entre os dois tempos.

Valor social: O valor social faz referência aos sentimentos de pertencimento e é atribuído aos lugares que se tornaram centro de uma identidade cultural, seja ela espiritual, política ou histórica. Dessa forma, o valor social é expresso pelos bens industriais, entendendo que estes objetos carregam a memória de uma sociedade em que houve uma profunda revolução social e econômica, sendo este valor o responsável por transmitir para gerações futuras os aspectos da identidade social industrial. As vilas operárias, os locais de lazer (como igrejas, campos de futebol), as escolas dedicadas à educação dos filhos dos operários e os locais de trabalho são atributos que comunicam o valor social. Posto que esses objetos provocam um sentimento de filiação dos grupos sociais que estavam inseridos na cultura industrial. Em algumas situações, essa conexão pode vir em uma escala mais ampla, como os casos em que os núcleos fabris tiveram uma estreita relação com o desenvolvimento do local em que foi inserido. Ou seja, quando a presença da fábrica determina mudanças no dia-a-dia de uma cidade, por meio de fatores materiais, como obras de infraestrutura.

Valor técnico-científico: A palavra tecnologia vem do grego “*tekhne*”, que significa técnica, arte, e “*logia*”, que significa estudo. De acordo com o dicionário Aurélio, ‘tecnologia’ é a “ciência cujo objeto é a aplicação do conhecimento técnico e científico para fins industriais e comerciais”. O dicionário Michaelis traz como definição: “1. conjunto de processos, métodos, técnicas e ferramentas relativos a arte, indústria, educação; 2. conhecimento técnico e científico e suas aplicações a um campo particular”. Assim, entende-se tecnologia como sendo um conjunto de processos, métodos e técnicas que pretendem resolver um determinado problema, seguindo a aplicação prática de um conhecimento científico. Isto é, é a combinação de recursos para se

conseguir algo desejado. A pesquisa entende que o valor técnico-científico envolve as técnicas e os saberes desenvolvidos e a sua aplicação em um campo particular do conhecimento. Entende-se ainda que esta categoria de valor está intrinsecamente conectada ao valor cognitivo e é determinada pela singularidade e pela representatividade dos dados envolvidos, bem como eles podem contribuir com informações relevantes envolvendo recursos humanos, físicos e financeiros. Assim sendo, entende-se que um bem cultural industrial expressa um valor técnico-científico por ser um aporte para a compreensão do modo de produção de uma época e suas características de trabalho. Ou seja, a organização socioeconômica associada a um período específico do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Este valor pode ser comumente expressado pelos artefatos utilizados para produzir algo nos diversos períodos da industrialização, desde aqueles que se repetiam em série em diversos locais, mas especialmente os criados para uma atividade específica de uma determinada fábrica. Também podem ser relacionados aos atributos que possibilitavam o fluxo dos produtos, como o sistema ferroviário.

Valor arquitetônico: O valor arquitetônico está relacionado aos aspectos materiais e imateriais de um bem e faz referência ao estilo estético, a forma, ao tipo, a dimensão, aos materiais utilizados, a cor, a relação com o entorno natural e construído, as paisagens dos percursos, bem como as obras de artes e experiências sensoriais, como cheiros e sons. Dessa forma, o valor arquitetônico está intimamente ligado à subjetividade e pode ser entendido como um valor relativo, no qual a apreciação estética de um objeto pode mudar de pessoa para pessoas, de sociedade para sociedade. Como dito anteriormente, os bens remanescentes da industrialização tinham no seu programa arquitetônico uma preocupação em otimizar o sistema de produção, não havendo *a priori* uma preocupação estética com os edifícios. Entretanto, não pode-se ignorar que no cenário industrial houve uma vasta produção arquitetônica e urbanística, que muito contribuiu para uma difusão dos princípios de movimentos estéticos, em especial o moderno.

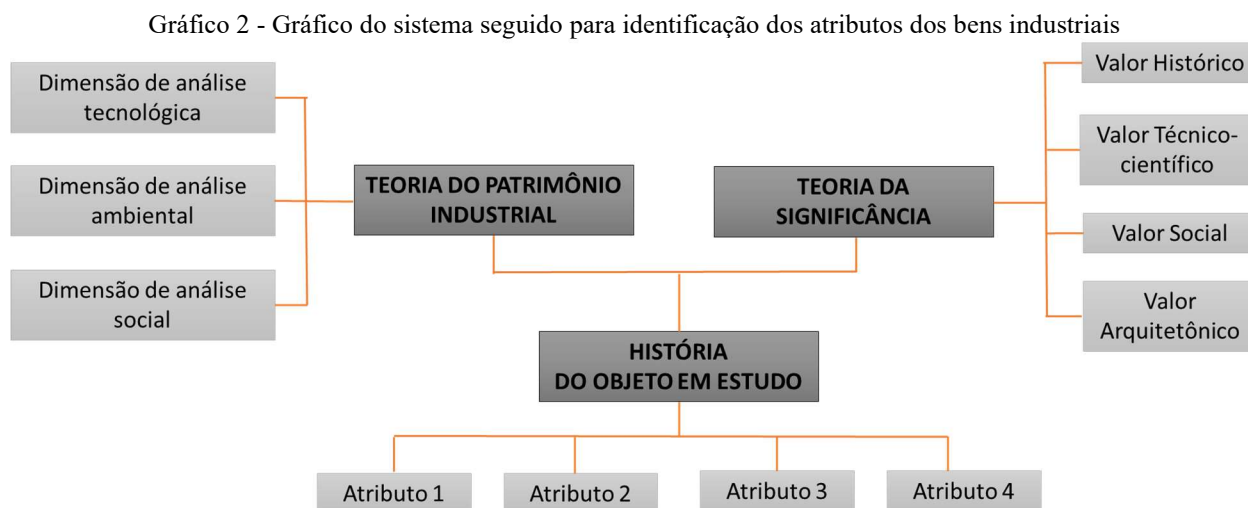
Esta proposta de valores a serem analisados em caso de valoração dos bens industriais foi feita considerando as particularidades destes bens. Os entendimentos adotados têm como aporte teórico a bibliografia aqui apresentada, com exceção do valor técnico-científico para o qual foi apresentada uma nova proposta.⁴⁸ Não obstante, entende-se que dependendo do sujeito e do

⁴⁸ Nenhum dos documentos analisados apresentou um entendimento concreto de como deveria ser olhado o valor tecnológico.

contexto em que ele está inserido, bem como as particularidades de cada bem industrial, esta proposta aqui apresentada pode sofrer modificações.

Neste ponto, faz-se necessário ressaltar que não se pode abordar a questão da valoração de um bem desconsiderando os seus atributos⁴⁹, compreendendo que os objetos não possuem valores por si só, são os seus atributos que os tornam valiosos em relação aos demais objetos e podem ser de natureza material ou imaterial⁵⁰. Dessa forma, os valores estão conectados aos atributos de um objeto patrimonial, pelos quais são expressados.

Sendo assim, tendo como base os entendimentos dos valores aqui estabelecidos, parte-se para a apreensão deles frente aos bens industriais. Casanelles (2007) entende que o valor de um bem industrial está presente em três eixos de análise, nos quais podem ser identificados os seus atributos. Ou seja, as características essenciais para a apreensão do bem remanescente da industrialização estariam presentes nos eixos tecnológico, social e ambiental. Os eixos de análise trazidos por Casanelles (2007) são interpretados aqui como sendo as dimensões de análise dos atributos do patrimônio industrial. Por isso, essas categorias de análise facilitam o processo de compreensão do bem industrial, interligando-se com os seus atributos. O Gráfico 2 demonstra o sistema de apreensão dos valores industriais descrito acima.



Fonte: Elaboração própria, 2018

⁴⁹ Aqui se entende a palavra *atributo* como sendo qualquer característica de um objeto ou bens patrimoniais.

⁵⁰ Essa separação é feita apenas para fins acadêmicos e analíticos, uma vez que nos processos de valoração ocorre a combinação das dimensões materiais e imateriais (HIDAKA, 2011).

Para Casanelles (2007), na dimensão tecnológica devem constar os atributos funcionais do complexo industrial, mais especificamente como a indústria caminhou em busca de tornar mais eficaz o seu processo produtivo. Dessa forma, esta dimensão deve remeter aos saberes desenvolvidos no ambiente industrial. Ou seja, como se deu o seu processo produtivo, as tecnologias adotadas para efficientização da produção e do seu fluxo, bem como a sua comercialização. Estes atributos da dimensão de análise tecnológica podem expressar os valores técnico-científico e histórico.

Na dimensão social irão aparecer os atributos que representam as condições de trabalho e de vida do operariado, bem como os conflitos existentes entre as classes trabalhadoras. Nessa dimensão são abordados os conflitos sociais existentes no ambiente da Fábrica, as condições de trabalho e de vida do operário, como o lazer regado, as assistências concedidas e o uso da moradia. Aqui também é vista a figura do industrial e suas influências no meio. Dessa forma, os significados expressos por esses atributos estão ligados aos entendimentos dos valores social e histórico.

Já no eixo ambiental, constam os atributos relacionados aos impactos provocados pela indústria no seu ambiente. Nessa categoria é analisada a parte física da indústria. Assim, a categoria se acerca da locação do edifício correspondente à unidade produtiva, dos espaços construídos, dos diferentes tipos construtivos, da presença ou não de estilos arquitetônicos. Ainda remete às relações visuais dos elementos edificados com o seu entorno, bem como os impactos das ações produtivas humanas no ambiente. Consequentemente, percebe-se a presença de elementos relacionados ao valor arquitetônico e histórico.

Diante do exposto até aqui em relação às dificuldades do reconhecimento do patrimônio industrial frente às suas particularidades, articulando isso ao desafio apresentado de compreender-se o conceito de valor e os seus significados, este capítulo apresentou uma proposta dos valores e dos significados pertinentes ao patrimônio industrial. Por conseguinte, o material aqui exposto servirá de aporte teórico para a parte prática da pesquisa, na qual é desenvolvida e aplicada uma ferramenta de consulta da significância cultural.

3.4 Conclusões parciais

As discussões realizadas neste capítulo demonstram que o entendimento dominante sobre a noção do valor denota que ele é algo abstrato que comunica as qualidades de um bem e está em constante modificação. Assim, para o valor se tornar perceptível, necessita da presença de um sujeito capaz de captar os significados expressados pelo objeto. Com base nas discussões apresentadas por Miñoz Viñas (2003), Lacerda (2012), Mason (2012), Hidaka (2012) e Zancheti (2014) foi possível apreender que essa relação entre sujeito e objeto pode resultar em uma diversidade de entendimentos a respeito do bem, esta diversidade aparece como sendo resultado dos diferentes contextos em que cada indivíduo está inserido. Isto é, a pluralidade de visões de mundo gera uma multiplicidade de valores a partir de um único bem, dessa forma estas relações são constantemente modificadas, o que acaba por permitir novas compreensões dos significados dos valores.

Diante disso, este capítulo buscou entender como os teóricos da conservação e as cartas patrimoniais categorizam os valores patrimoniais e constatou que os documentos analisados tendem a se sobrepor, ao mesmo tempo em que estão sempre abertos a novas análises, que devem seguir as particularidades de cada objeto e sociedade. Esse estudo se articulou com as contribuições dos teóricos da conservação do patrimônio industrial, as quais possibilitaram a apreensão de quais são os valores que são expressados pelos remanescentes da industrialização e que permitem a compreensão em sua complexidade. Dessa forma, a articulação dessas análises viabilizou a elaboração de um entendimento para cada um dos valores expressos pelo patrimônio industrial. Ressalta-se que essa proposição aqui apresentada corresponde a um ponto de partida para novas reflexões a partir de novos contextos e visões.

Após a elaboração dos entendimentos relativos aos valores do patrimônio industrial, a pesquisa buscou entender como eles se relacionam aos seus atributos. Foi constatado que as três dimensões de análise trazidas por Casanelles (2007) facilitam a identificação dos atributos essenciais para a compreensão dos bens industriais dentro das suas particularidades, compreendendo, portanto, os canais de comunicação dos valores desses bens, que permitem uma leitura completa da sua complexidade.

Assim, a proposta apresentada para a identificação dos atributos dos bens industriais será aplicada ao objeto de estudo desta pesquisa, a Fábrica Peixe, no próximo capítulo. Ademais, a

categorização dos valores industriais aqui proposta irá subsidiar a aplicação de uma ferramenta de consulta da significância cultural do objeto em estudo nesta pesquisa e será apresentada no capítulo 4.

4 O CONJUNTO INDUSTRIAL DA FÁBRICA PEIXE

No presente capítulo é apresentada a formação histórica do município de Pesqueira, localizado no Agreste de Pernambuco, a fim de identificar os primeiros momentos do desenvolvimento do núcleo urbano e os fatores que possibilitaram a existência de um surto industrial no início do século XX, no qual a Fábrica Peixe se destacou como principal indústria da localidade. Assim, a pesquisa se voltou ao objeto de estudo buscando explorar as informações contidas nos documentos relacionados à Fábrica Peixe, procurando compreender a trajetória do bem de acordo com as etapas de funcionamento do conjunto fabril, ou seja, sua instalação, consolidação, expansão e declínio.

O tratamento das fontes selecionadas culminou em uma narrativa histórica, que serviu como suporte para a identificação dos atributos relacionados à Fábrica Peixe, tendo como diretrizes as dimensões de análise defendidas por Casanelles (2007), quais sejam: dimensão de análise social, ambiental e tecnológica⁵¹. Dessa forma, foram identificados 13 (treze) atributos, ligados aos seus aspectos físicos, sociais, políticos e econômicos da Peixe, que serão expostos ao longo do capítulo.

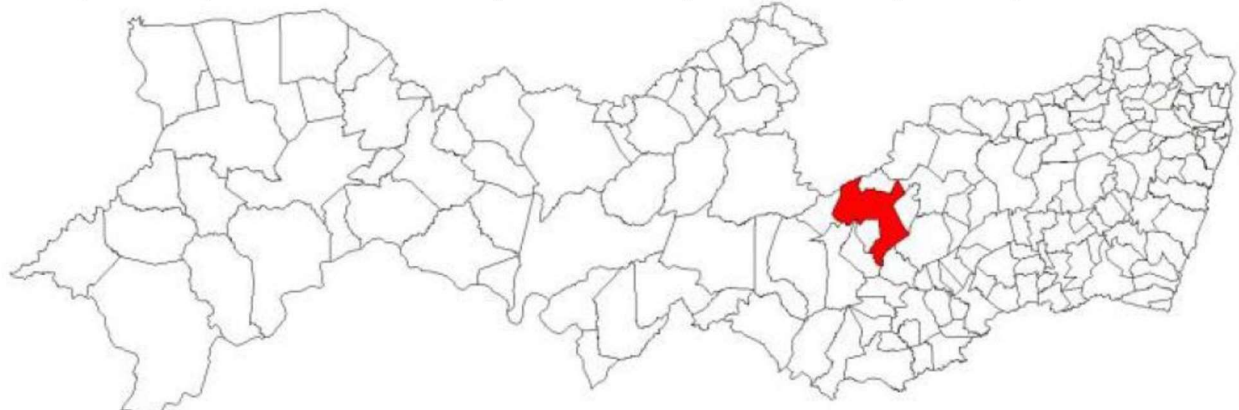
4.1 Situando Pesqueira

Pesqueira, cidade do Agreste pernambucano, está localizada ao Sopé meridional da Serra do Ororubá, distante 215 km do Recife. Com uma população estimada de 65.374 habitantes⁵², o município ocupa uma área de 995,536 Km² e é banhado principalmente pelos rios Ipanema e Ipojuca. Embora os eventos anteriores à fundação de Pesqueira não sejam objeto de estudo deste trabalho, faz-se necessário relacionar os fatos que condicionaram o surgimento e desenvolvimento do município. Para tanto, será feita uma breve exposição do momento de interiorização do território da então Capitania de Pernambuco.

⁵¹ Para melhor entendimento consultar o capítulo 2 desta pesquisa.

⁵² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2013.

Imagem 4 - Mapa de Pernambuco, detalhe para a área correspondente ao município de Pesqueira em vermelho



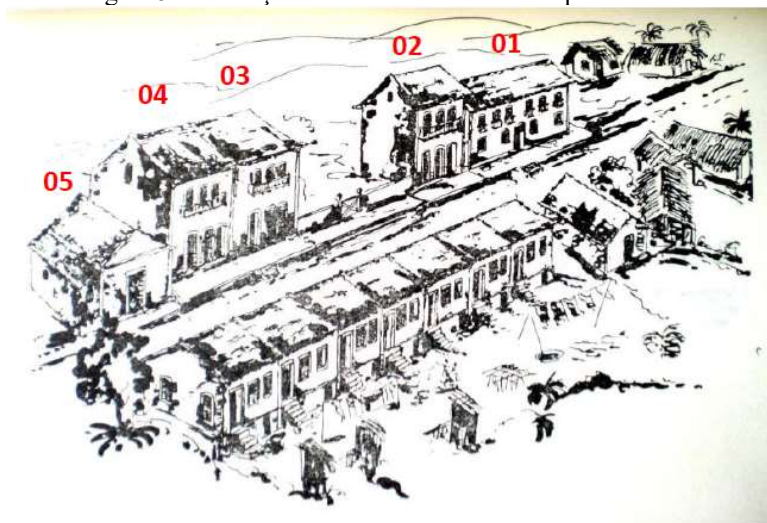
Fonte: SUDEN/ITEP, maio/2007.

Por volta do fim do século XVIII e início do XIX, houve em Pernambuco um processo de ocupação rural das regiões a oeste da capitania a partir da doação de sesmarias nas regiões hoje conhecidas como Agreste e Sertão. Essas sesmarias foram divididas em lotes menores onde funcionariam as fazendas de gado, cuja produção de carne e derivados daria origem ao Ciclo do Couro. Os estabelecimentos das sesmarias e das fazendas de gado originaram diversas vias de escoamento de produção, conhecidos como “os caminhos das boiadas”, ligando os sertões até Recife, Olinda e Salvador (NEVES, 2003). Dentre esses caminhos, dois cortavam as sedes de fazendas de gado no Agreste: o Caminho do Capibaribe e o Caminho do Ipojuca.

Os Caminhos das Boiadas eram uma rede de distribuição de gado e produtos derivados que geralmente acompanhavam os percursos de rios e cruzavam as sedes das fazendas, que serviam de rede de pouso para o descanso do gado e dos tangedores. Foi do Caminho do Ipojuca que teve origem ao sopé da Serra do Ororubá, o povoado Poço da Pesqueira, proveniente de uma fazenda de gado pertencente a Manuel José de Siqueira e datada simbolicamente de 1802.

O início da ocupação do território onde hoje está situada Pesqueira teve sua forma primordial definida pela própria estrada das boiadas, que cortava a localidade, tendo sido as primeiras casas erguidas à margem dessa estrada, dando a esse núcleo uma forma linear semelhante a uma espinha dorsal. Nessa longa espinha dorsal foi estabelecido o núcleo inicial de Pesqueira, que se configurava em um povoado detentor da Casa Grande, de alguns casebres, de uma capelinha e de um largo de comércio. Na Imagem 6 observa-se a existência da Casa Grande, indicada pelo número 01; de três sobrados, números 02, 03 e 04; e da ermida, número 05.

Imagem 5 - Ilustração do núcleo inicial de Pesqueira



Fonte: Frederico B. Maciel. *Apud* Bezerra, 2011. Adaptação da autora.

Próximo a este núcleo primitivo estabeleceu-se o Largo da Feira⁵³, fruto do entroncamento de seis caminhos distintos, os quais serviam de passagem de tropas e diligências indo para diversas localidades, como: o Recife, o Sertão, a Vila de Cimbres, entre outras⁵⁴. Segundo Cavalcanti (2007), era neste Largo que se desenvolvia a feira de rua, cujas principais mercadorias eram do gênero alimentício, mas também havia o comércio de roupas, animais, ervas medicinais e utensílios domésticos⁵⁵. A Imagem 7 mostra o Largo em 1928, já sob a denominação de Praça Buarque de Macêdo, rodeado por casas residenciais e comerciais.

⁵³ Posteriormente denominado de Pátio do Comércio, Largo da Matriz, Praça da Matriz, Praça Buarque de Macêdo, e, por fim, Praça Dom José Lopes.

⁵⁴ Martins (2011).

⁵⁵ Esta tradição perdurou durante séculos, tendo seus domínios se ampliado para além dos limites da praça. Na década de 2000, a feira passou a ser acomodada dentro do pátio da antiga Fábrica Peixe, onde é realizada até hoje todas as quartas-feiras.

Imagem 6 - Praça Buarque de Macedo, atual Dom José Lopes, 1928



Fonte: Maciel, 1987.

Nesse período de instalação, a Fazenda Poço da Pesqueira pertencia à Vila de Cimbres. Porém, a sua aproximação com os caminhos das boiadas, fez com que a localidade se transformasse num importante ponto de apoio para viajantes e tropeiros, o que gerou fortes relações comerciais desde o Recife até o Sertão. Este fato acabou favorecendo o desenvolvimento da propriedade, que logo se transformou em povoado e em 1836 foi elevada à categoria de vila, sob a denominação de Vila de Santa Águeda.

Apenas em 1913 o município passou a ser denominado Pesqueira. Com o título de sede do município, Pesqueira se tornou a 15ª cidade pernambucana e a primeira do semiárido.

A cidade de Pesqueira quando povoação teve a categoria de vila, transferida de Cimbres a cujo município pertencia, em virtude da lei nº 20 de 13 de Maio de 1836, decretada pela primeira Assembléia Provincial reunida em Pernambuco após a Independência. [...] Posteriormente, isto é, depois de longo período de 44 anos, foi Pesqueira elevada à cidade, ex-vi da lei 1.484 de 20 de Abril de 1880. Pela ordem cronológica, Pesqueira alcançou então o 15º lugar na lista das cidades pernambucanas e na região sertaneja onde se achava encravada antes da atual divisão de zonas, era a única cidade existente. (MACIEL, 1980, p.269.)

Em meio a um já próspero crescimento, teve início no ano de 1852, nas imediações do Largo da Feira, a construção da Matriz de Santa Águeda⁵⁶, porém a igreja foi inaugurada somente

⁵⁶ Wilson, 1980.

em 1889. Nessa Imagem 8, a Igreja pode ser observada com suas características originais. Na imagem de 1910 também chama a atenção a presença de calçadas e postes de iluminação pública, o que retrata a existência de uma estrutura urbana desenvolvida para o momento.

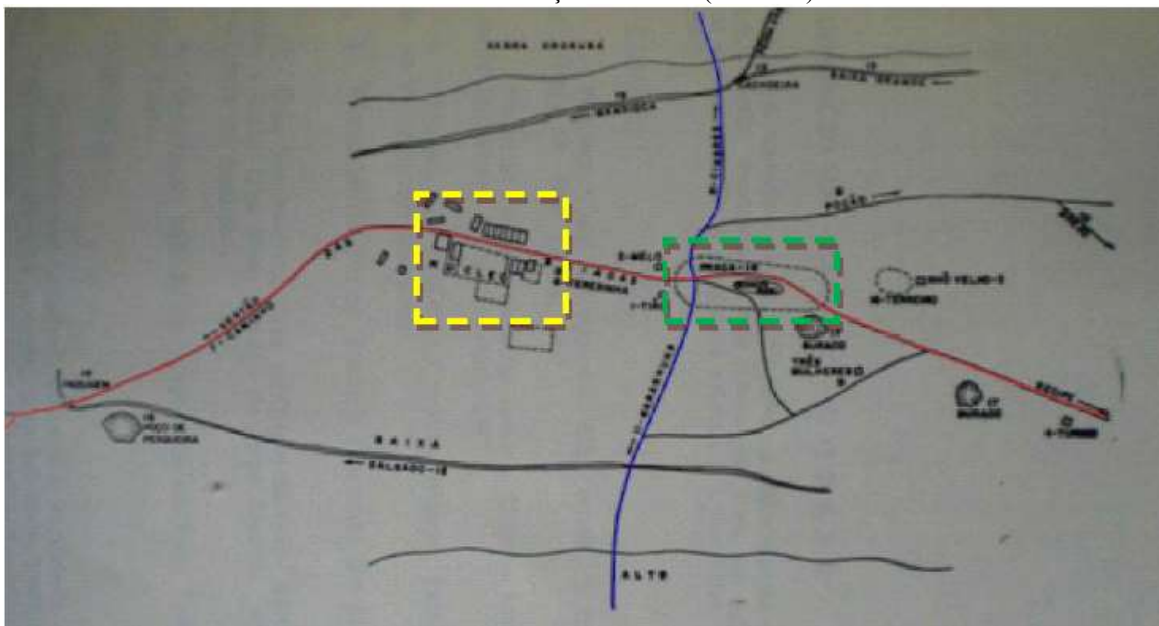
Imagem 7 - Vista parcial de Pesqueira, 1913. Destaque para a Catedral de Santa Águeda ao fundo



Fonte: Wilson, 1980.

Dessa maneira, a ocupação do território foi acontecendo principalmente no sentido leste-oeste, acompanhando o relevo e caracterizando uma “espinha dorsal” ou, como ressalta Martins (2011), “uma espécie de crista margeada por dois fundos de vale”. O Mapa 01 retrata esse momento e nele pode-se observar a linha de força matriz da espinha dorsal (em vermelho), correspondente a um dos seis caminhos das boiadas que cortavam a região. Há ainda a retratação do núcleo inicial (linha tracejada amarela) e do Largo da Feira (linha tracejada verde), onde, posteriormente, foi desenvolvida a construção da Igreja Matriz de Santa Águeda.

Mapa 1 - Ilustração indicando o núcleo inicial de Pesqueira, com destaque para o Largo da Feira, os seis caminhos e as primeiras habitações. Em destaque na cor vermelha a linha de força de desenvolvimento matriz (leste-oeste) e em azul a linha de força secundária (norte-sul)



Fonte: Frederico B. Maciel. *Apud* Martins, 2011. Adaptação da autora.

Essa linearidade da espinha dorsal permaneceu ao longo do desenvolvimento do município, como pode ser observado na Imagem 9, datada da década de 1920. A imagem mostra a Catedral de Santa Águeda (canto esquerdo da Imagem) e a Rua Duque de Caxias, parte integrante da referida espinha dorsal. Percebe-se que até a data da fotografia ainda não havia se iniciado a ocupação efetiva no sentido norte-sul.

Imagem 8 - Fotografia panorâmica do eixo principal onde se iniciou a ocupação de Pesqueira na década de 1920. Detalhe para a Catedral de Santa Águeda (seta vermelha)

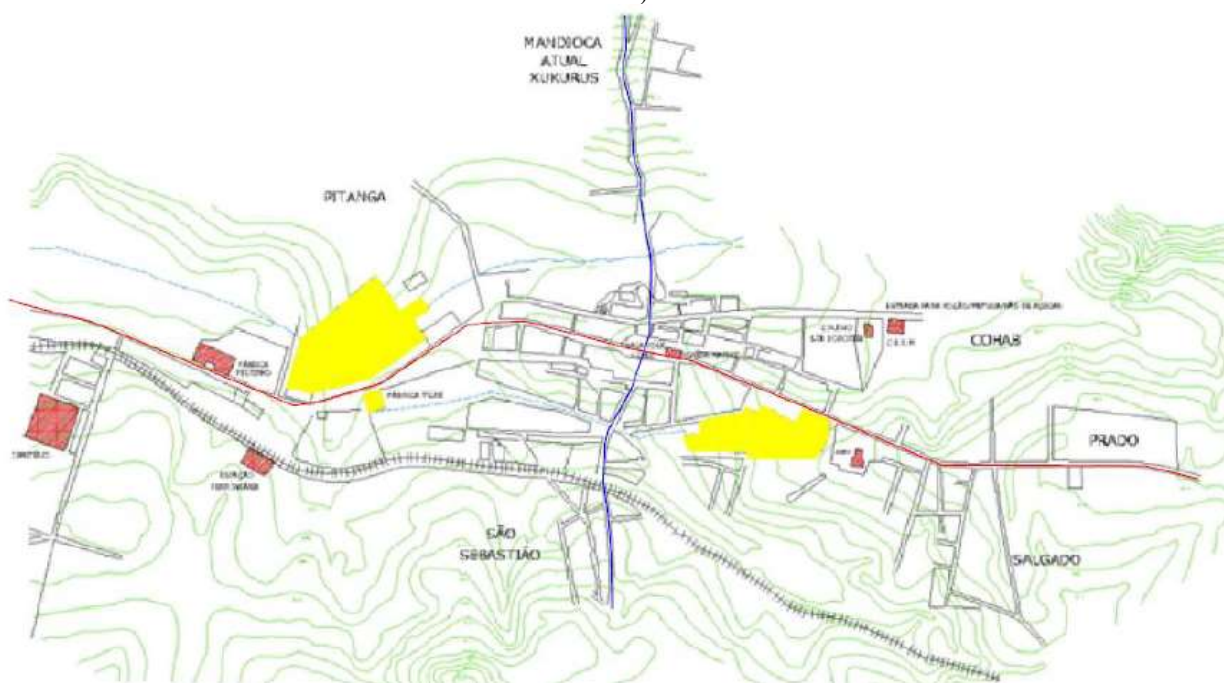


Fonte: Maciel, 1987.

A distribuição do casario apresentada na Imagem 9 revelava a concentração de renda do município, dessa forma as famílias mais ricas residiam na via principal e no seu entorno imediato, enquanto a população de baixa renda se estabelecia nas demais áreas. Nesse momento, a divisão funcional da espinha dorsal começava a se estabelecer, assim, na parte correspondente ao centro da cidade (2), onde se encontra a então Praça Buarque de Macêdo, era predominante o uso comercial, já a parte mais a oeste (3), referente à Rua Duque de Caxias, caracterizava-se pelo uso residencial. Enquanto que nas áreas localizadas nas extremidades leste e oeste (1 e 4), se estabelecia o uso fabril.

Como será visto neste capítulo, no início do século XX, Pesqueira passou por um significativo desenvolvimento industrial que modificou o caráter da cidade. Na data da fotografia (apresentada na Imagem 9) já existiam as instalações das principais fábricas que provocaram esse desenvolvimento, porém elas não são contempladas na imagem. Com a ajuda do Mapa 02, observa-se que as fábricas (na cor amarela) aparecem “ancorando” as duas extremidades desse eixo principal (na cor vermelha), o que provavelmente acentuou a expansão urbana ao longo desse sentido.

Mapa 2 - Planta funcional de Pesqueira (1956) com destaque em amarelo para as fábricas Peixe e Rosa (hachura da autora)



Fonte: Adaptação do original de Hilton Sette, *apud* Bezerra, 2011.

A instalação das fábricas dentro do eixo principal acabou marcando a paisagem da urbe. Seus monumentais edifícios se destacavam do entorno de casas térreas e suas chaminés marcavam a *skyline* do município, que logo se tornou um exemplar de cidade industrial do Agreste pernambucano, conhecida como Cidade das Chaminés⁵⁷.

Dessa forma, o município de Pesqueira nasceu da instalação de uma fazenda de gado que surgiu no século XVIII nas estradas de boiadas do Ipojuca. Essa fazenda estava associada às atividades pecuaristas e comerciais. O papel de entreposto comercial fez de Pesqueira detentora de uma das mais importantes feiras de gado da região, que atraía centenas de pessoas, vindas de diversas localidades para comercializar vários produtos, sendo um elo entre a capital e o Sertão.

O forte desenvolvimento na localidade fez com que, em 1950, Pesqueira já possuísse um rico patrimônio: casario, sobrados imponentes, cinco templos religiosos, várias fábricas, centro educacionais, hospital regional, um diversificado comércio, além de clubes e cinemas. O progresso alcançado por Pesqueira na primeira década do século XX foi impulsionado por um forte surto industrial, como será relatado no item a seguir.

4.2 A Pesqueira industrial e o contexto econômico nacional

Não é objetivo deste trabalho investigar o processo de industrialização do Brasil e de Pernambuco, porém, objetivando uma melhor compreensão da temática aqui abordada, faz-se necessário apresentar um breve histórico dos fenômenos que permitiram a industrialização do município de Pesqueira.

Até o século XIX, o Brasil passou por três ciclos econômicos distintos: o da cana-de-açúcar, o do ouro e o do café. Este último ciclo teria sido o responsável pelo crescimento da economia brasileira no final do século XIX, o qual permitiu um acúmulo de capital, que resultou no desenvolvimento da indústria, especialmente nas regiões Sul e Sudeste⁵⁸.

Segundo Galindo (2007), nesse primeiro momento, a indústria brasileira apresentou duas características marcantes: a primeira, com a predominância de bens de consumo (produtos têxteis e de alimentos) e a segunda, com uma industrialização de cunho descentralizado, que levou à criação de uma reserva de mercado regional, devido aos altos custos de transportes e impostos

⁵⁷ Martins, 2011.

⁵⁸ Galindo, 2007.

interestaduais. Nesse contexto, a indústria brasileira se consolidou nas primeiras décadas do século XX, todavia esse desenvolvimento aconteceu de diferentes formas nas regiões do país.

Em Pernambuco, assim como ocorreu no contexto nacional, o primeiro momento da industrialização pode ser identificado no final do século XIX e início do século XX. Nesse momento destacaram-se as usinas da cana-de-açúcar na zona rural e a indústria têxtil no perímetro urbano. Segundo Andrade (1961), o processo de industrialização local foi fortalecido por essas indústrias. No caso específico de Pesqueira, o processo industrial ocorreu em razão da existência de um pequeno grupo detentor de capital, que com o intuito de diversificar as suas atividades e fontes de renda, passou a investir em outros segmentos. Assim surgiram as primeiras fábricas no município.

Como foi relatado, ao longo do século XIX, Pesqueira vivenciou um forte desenvolvimento comercial, transformando a localidade em um importante polo mercantil no interior de Pernambuco. O auge dessa atividade se estabeleceu com a chegada da estrada de ferro no ano de 1907, quando Pesqueira se tornou a última cidade do eixo ferroviário ligando a capital ao interior do estado. Nesse sentido, o município passou a ter uma posição de destaque no comércio nordestino, ficando conhecido como a “Dispensa do Sertão”⁵⁹. Em 1920, os trilhos foram prolongados até o distrito de Olho D’Água dos Bredos, hoje o município de Arcoverde. A extensão da estrada de ferro fez com que Pesqueira perdesse força no seu papel de entreposto comercial⁶⁰.

Em razão disso, o fim da hegemonia mercantil provocou o surgimento de uma nova atividade econômica. Assim, com uma base econômica consolidada pela intensa atividade comercial foi possível o desenvolvimento da atividade industrial ao longo das décadas de 1890 e 1910, tendo seu apogeu nas décadas de 1930 a 1950.

A gradativa transformação da economia comercial em industrial veio por meio da instalação de diversas fábricas, com destaque para a Fábrica Peixe (1897), a Fábrica Rosa (1906) e a Fábrica Tigre (1919)¹³. Além do capital acumulado pela atividade mercantil, essa transformação proporcionou o desenvolvimento industrial bem como a presença de uma mão-de-obra barata, a abundância da matéria prima⁶¹ e a existência de um mercado local. A falta de concorrência na fase inicial, levou a indústria pesqueiraense a assumir um caráter regional.

⁵⁹ Cavalcanti, 2005.

⁶⁰ Cavalcanti, 2005.

⁶¹ Em primeiro momento, a goiaba; e em um segundo momento, o tomate.

O ramo industrial dominante era o alimentício. As fábricas de outros artigos, como calçados e malas, tinham uma influência econômica local, vendendo os seus produtos entre os municípios vizinhos. As produções de laticínios possuíam um maior alcance, chegando ao Recife. Já as fábricas de doces de conserva possuíam um grande poder comercial, comercializando seus produtos com os estados do sudeste do país, além do exterior¹⁴. A adoção de uma comercialização inter-regional pelas indústrias alimentícias, possibilitou o seu forte desenvolvimento. Não havia na época uma concorrência forte aos seus produtos, fazendo com que houvesse um constante escoamento da produção.

Segundo Cavalcanti (2005), nesse período, os industriais foram se apropriando de parte do território e de alguns imóveis do município, determinando como deveriam ser utilizados. Este fato teria feito dos industriais os verdadeiros donos da cidade. Assim, a história das indústrias se confunde com a de Pesqueira. Junto ao desenvolvimento das fábricas, observa-se também uma nova paisagem no município, que passou por uma acentuada urbanização. Uma série de edificações especiais foram surgindo, como relata Maciel (1980) em um dos seus artigos para A Voz de Pesqueira, em 1948:

Os principais edifícios da cidade são: o palácio episcopal, a catedral de Sant'Águeda, colégio e capela das Irmãs Dorotéias, convento e igreja dos Franciscanos (inaugurado em 1908), capela episcopal de N. S. Mãe dos Homens (fundada em 1822 pelo capitão-mor Manuel José de Siqueira, reconstruída em 1920 pelo bispo D. José Lopes), Municipalidade e Fórum (o mais antigo prédio da cidade erguido em 1800 pelo capitão-mor Siqueira, fundador da cidade), seminário diocesano e capela (1947), colégio <<Cristo Rei>>, grupo escolar rural <<Rui Barbosa>>, fábricas de conserva <<Peixe>>, (Carlos de Brito & Cia), <<Rosa>> (José Didier), <<Tigre>> (Rocha & Irmãos), prefeitura municipal (ex-grupo escolar), cinema <<Moderno>>, Correios e Telégrafos, hospital regional, <<Serviço Nacional de Peste>>, <<Dispensário dos Pobres>>, Cooperativa agro-pecuária, <<Clube dos 50>>, grupos escolares municipais <<Zeferino Galvão>>, <<D. Vital>> e <<Amauri Medeiros>>, <<Casa de S. Francisco>>, <<Pia União>>, estação ferroviária, prédios comerciais: agências <<Ford>> e <<Chevrolet>>, <<Taça de Ouro>> (bar e sorveteria), A. B. Cavalcanti & Cia. Casas José Araújo, <<Lojas Sant'Águeda>> (José de Almeida Maciel), J. Freitas & Cia, fábrica de laticínios (Paulo Brito & Cia), igrejas Cristo-Rei e S. Sebastião (bairros da Pitanga e São Sebastião), casa de saúde Sta. Virgínia (atualmente fechada). Acha-se em construção a sede do <<Clube dos Radicais>> que vai ser um prédio de realce. (MACIEL, 1980, p. 318)

Com isso, percebe-se que a indústria alimentícia em Pesqueira influenciava em vários sentidos na vida urbana do município. Como será visto no próximo item, além da economia, os industriais influenciavam na política, elegendo seus candidatos para o cargo de Prefeito e,

consequentemente, no desenvolvimento urbano local; na educação, com as escolas dedicadas ao ensino dos filhos dos operários; no setor de comércio e serviços, atendendo às demandas da fábrica; nas manifestações culturais, incluindo a religiosidade. Dessa forma, a identidade pesqueirense foi construída tendo por base a cultura industrial e os seus impactos, sendo a Fábrica Peixe aquela com maior influência no município.

4.3 A trajetória do núcleo fabril da Fábrica Peixe

A produção do doce de goiaba teve seu primeiro registro em Pesqueira ainda no período do Brasil Imperial. Segundo Wilson (1980), uma senhora conhecida por Dona Negu deu início a uma pequena produção de doces caseiros. Posteriormente, Dona Negu passou a pequena produção para suas três filhas: Dinda da Conceição, Maria Emília e Maria Frecheiras. Dona Dinda aperfeiçoou a técnica de sua mãe e transformando o “tijolo de goiaba” em um doce mais maleável, transparente e cor de rosa.

Nesse mesmo período, Carlos de Britto e sua família se mudara do Recife para Pesqueira, onde instalaram um comércio de diversas mercadorias. Com a crise que se abateu devido ao declínio da atividade mercantil local, Maria de Britto (Dona Yayá), esposa de Carlos de Britto, decidiu se aventurar no ramo alimentício. Foi dessa forma que teve início a fabricação dos doces da família. Essa pequena produção caseira deu origem à Fábrica de Doces Maria Britto, em 1882, sendo os produtos denominados “doces Buldogue”.

Imagem 9 - O casal Maria e Carlos de Britto, sem datação



Fonte: Acervo família Britto

Foi no início dessa produção que Dona Dinda foi trabalhar com Dona Yayá, passando a ajudar com a produção de bolos e doces de tabuleiros, fazendo com que as vendas alavancassem. Os bons resultados do comércio dos doces de Dona Yayá fizeram com que, por volta de 1897, seu esposo abandonasse as atividades como comerciante e passasse a investir na sua pequena, porém crescente produção de doces (WILSON, 1980, p. 192). A produção logo se expandiu e, em 1901, os doces já eram exportados para o Recife e outros estados do Norte, apesar do caráter ainda artesanal. Nesse mesmo ano, a marca Buldogue passa a ser denominada Fábrica de Doces Maria Britto, registrada sob a firma Carlos de Britto & Cia (MARTINS, 2011).

Nesse período, o casal se mudou para um chalé construído na então “Estrada de Sanharó”. Tratava-se de um exemplar de arquitetura simples, com pequenas características ecléticas. Como pode ser visto na Imagem 11, o prédio apresentava um telhado de duas águas com beirais ornamentados por lambrequins de madeira e ornamentações simples nas fachadas.

Imagem 10 - Chalé da família Britto. A foto data do período entre 1910-20



Fonte: www.pesqueirahistorica.com. Acesso: jan/2018

De início, a produção de doce foi instalada no próprio chalé⁶². O crescimento da produção levou a primeira ampliação física da fábrica, em 1903. Neste ano houve a construção do primeiro galpão, localizado ao lado da residência da família, como pode ser visto na Imagem 11 acima. Esse novo espaço era mais amplo e capaz de acomodar todos os equipamentos e funcionários, além de servir como local para o armazenamento dos produtos.

⁶² Wilson, 1980.

Dessa forma, a Peixe foi instalada em um terreno localizado na extremidade leste de Pesqueira, sendo esta uma área mais elevada da cidade. Esse fator fez com que o edifício fabril marcasse a paisagem do município, destacando-se ainda mais do seu entorno de casas térreas, conforme pode ser visto na Imagem 12.

Imagem 11 - Vista área de Pesqueira após a década de 1950. Na imagem percebe-se a presença marcante do edifício da Peixe e de sua chaminé



Fonte: Acervo família Martins.

Nesse primeiro momento da produção de doces, a matéria-prima utilizada era o fruto de goiaba e banana extraídos na Serra do Ororubá e vendidos pelos caboclos nas feiras livres⁶³. Os frutos eram postos em tanques e manualmente lavados e selecionados, após terem suas sementes e cascas retiradas, as poupas eram transferidas para os tachos. Essa produção era feita em seis tachos domésticos aquecidos a fogo cru e já contava com dez funcionários. Dessa forma, em 1902, o aumento da produção se tornou significativo, fazendo-se necessário a aquisição de mais tachos e a contratação de novos funcionários⁶⁴. Logo, com a chegada de novas máquinas e ampliação das vendas, a produção caseira se transformou em uma pequena indústria artesanal. Nesse mesmo ano a marca Peixe foi registrada juridicamente sob a firma Carlos de Britto & Cia.

Foi nesse contexto que se formou a primeira vila operária da Fábrica Peixe, em 1906, sob o objetivo de manter os funcionários próximos dos meios de produção com o intuito de reduzir o

⁶³ Galindo, 2007.

⁶⁴ Cavalcanti, 2005.

trajeto casa-trabalho. Além disso, essa aproximação permitia o controle sobre o operariado, fazendo-o dependente do emprego que lhe fornecia moradia⁶⁵.

Foram nesses primeiros anos, ainda sob a direção de Carlos e Maria de Britto, que a fábrica adquiriu os primeiros motores, as despoldadeiras e o quebrador mecânico para macerar as sementes do fruto. Ao mesmo tempo em que os tachos de fogo cru foram sendo substituídos pelos mecânicos à vapor⁶⁶. A aquisição dessas máquinas, em 1910, foi tornando a produção mais mecanizada e os serviços mais especializados, o que levou à conquista de novos mercados, especialmente da região Norte (GALINDO, 2007).

O sucesso da indústria doceira fez com que os seus dirigentes abrissem filiais da fábrica em outras localidades e, assim, em 1907, a Peixe chegou ao então distrito de Alagoinha e de Jaboatão dos Guararapes⁶⁷. O crescimento da Peixe ainda impulsionou a vinda da linha férrea para Pesqueira, tendo sido inaugurado, em 1907, o trecho Pesqueira – Recife, facilitando o escoamento das mercadorias da fábrica. O trajeto das mercadorias do depósito até a estação era feito por bondes puxados à tração animal, conforme pode ser observado na Imagem 13, na qual também é possível observar a linha dos bondes dentro do pátio da Peixe.

⁶⁵ Martins, 2011.

⁶⁶ Cavalcanti, 2005.

⁶⁷ Cavalcanti, 2005.

‘Imagem 12 - Bonde puxado à tração animal no transporte de mercadorias. Em destaque a linha de bonde dentro do pátio da Fábrica Peixe, sem datação

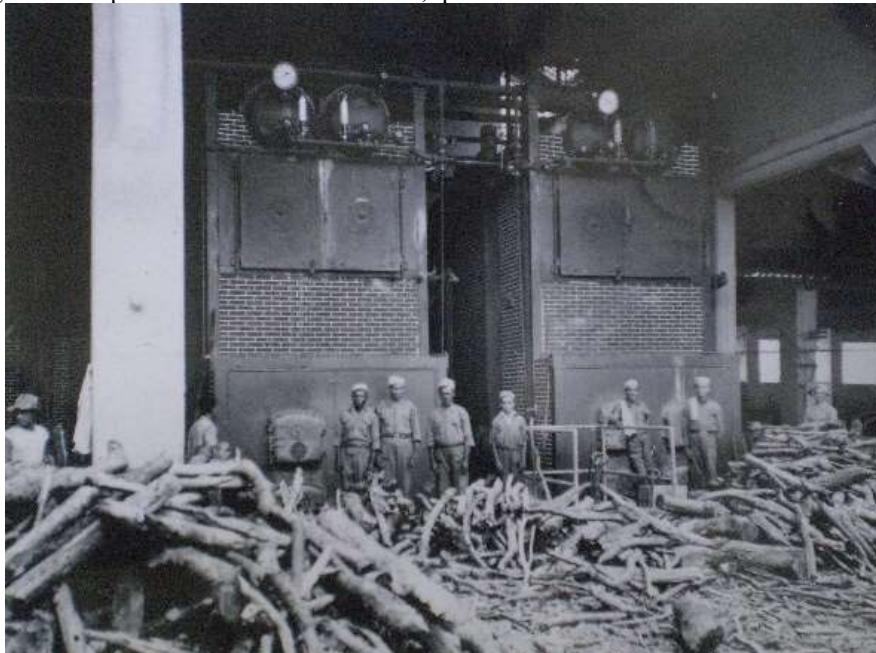


Fonte: Acervo família Britto

Em 1908, a forma de produção de doces sofre forte modificação com a importação da Inglaterra de tachos aquecidos à vapor. Na Imagem 14 aparecem os fornos que eram utilizados para aquecer esses tachos, bem como a lenha usada nesse processo. As novas aquisições levaram ao aumento da demanda de insumos, de números de operários e de produtividade⁶⁸. Além disso, marcou a passagem da produção manufatureira para a industrial.

⁶⁸ Galindo, 2007.

Imagem 13 - Operários em frente aos fornos, que auxiliavam o cozimento nos tachos a vapor



Fonte: Acervo família Britto

Foi ainda em 1908, que Carlos de Britto foi até a Europa para conhecer importantes indústrias e novos métodos de produção. Foi nessa excursão que o empresário decidiu iniciar a produção do extrato de tomate, bem como fazer a divulgação dos seus produtos em feiras nacionais e internacionais⁶⁹, tendo como resultado:

Após 1908, a empresa participou e foi agraciada com prêmios em vários eventos: Grande Prêmio na Exposição Nacional do Distrito Federal – 1908, Grande Prêmio na Exposição Internacional de Bruxelas - 1910, Diploma de Honra na Exposição Municipal do Recife - 1911, Exposição da Bahia, Diploma de Honra na Exposição Internacional do Centenário da República Argentina - 1911, Grande Prêmio na Exposição Internacional de Turim em 1911 (figuras 42 e 43), Exposição de Londres, Exposição do Centenário da Independência do Brasil – 1922. Começa então a surgir a lenda da indústria pernambucana, o Bandeirante da goiabada. (MARTINS, 2011, p. 81)

Assim, o sucesso da Fábrica Peixe acabou extrapolando os limites nacionais e o reconhecimento da qualidade dos seus produtos veio pelos prêmios internacionais recebidos na Exposição de Bruxelas (1910), na Exposição da Argentina (1911) e na Exposição de Turim (1911). Ainda como forma de divulgação dos produtos Peixe, os dirigentes da fábrica constantemente

⁶⁹ Martins, 2011.

convidavam empresários do Sudeste para conhecer Pesqueira e as instalações fabris. Essas estratégias adotadas resultaram na expansão da comercialização.

Em 1909, o IBGE lança um estudo intitulado “Séries Retrospectivas: O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias”, o qual traz dados referentes às indústrias de doces de Pernambuco. A Tabela 5 mostra que naquele ano a Fábrica Peixe empregava 150 operários, possuindo um capital de 250:000\$ e um valor de produção de 300:000\$. O número de operários e o valor de produção mostram que a fábrica ingressara na sua fase industrial propriamente dita. A partir de então, o seu crescimento seria progressivo até a década de 1950.

Tabela 5 - Indústrias de doces de Pernambuco

CIDADES	PROPRIETÁRIOS	CAPITAL	VALOR DA PRODUÇÃO	Nº DE OPERÁRIOS
Pesqueira	D. Maria Britto	250:000\$	300:000\$	150
Pesqueira	Antônio Didier & Irmão	100:000\$	330:000\$	50
Palmares	Raymundo Francisco	30:00\$	18:00\$	6
Recife	A. Bruére & C.	10:00\$	19:00\$	8
Olinda	Amorim Costa & C.	15:00\$	25:00\$	6

Fonte: Séries Retrospectivas: O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. IBGE, p.80, 1909 *apud* Galindo (2007)

Contudo, a falta de infraestrutura do município, como problemas com o abastecimento de água, impulsionou a candidatura de Carlos de Britto ao cargo de prefeito de Pesqueira, tomando posse em 1910. Nesse mesmo ano, seu filho Manoel Caetano de Britto assumiu a direção da Peixe, dando início à segunda geração de dirigentes da fábrica, junto com seus irmãos Cândido e Joaquim de Britto. Foi essa segunda geração de dirigentes que comandou a fase de consolidação e início da expansão da indústria do doce.

Imagem 14 - Cândido Cavalcanti de Britto – Diretor Superintendente da Fábrica Peixe, sem datação



Fonte: Acervo da família Britto.

Imagem 15 - Manoel Caetano de Britto – Diretor Superintendente Geral da Fábrica Peixe, sem datação



Fonte: Acervo da família Britto.

De início, Manoel Caetano de Britto assumiu os negócios do pai. Impulsionado pelo crescente desenvolvimento da Peixe, o novo dirigente alargou os horizontes e adquiriu outras indústrias no Recife, em Goiânia e em Bezerros⁷⁰.

Nesse período a Fábrica Peixe viveu grande expansão, principalmente após a morte do Coronel Carlos de Brito, em 1920, quando assumiu a direção da empresa o seu filho Manoel de Brito. Cresceu o número de suas unidades industriais que foram além do município, com a compra das fábricas Talher, Milton de Oliveira e da Indústrias Reunidas Bernardino Costa, onde foi montada uma estamperia com o nome Maria Brito. (CAVALCANTI, 2005, p. 49)

Foi na administração de Manoel Caetano que a Fábrica passou por um processo de consolidação e diversificação dos seus produtos, incluindo na produção a compota de calda de goiaba, além de ampliar a variedade de frutas regionais⁷¹ na produção de doces. Também houve a expansão da produção para outros estados, como o Rio de Janeiro e São Paulo (DUARTE, 2013). Uma das mais significativas diversificação de produtos da Peixe, foi a produção do extrato de tomate, a partir de 1914. Portanto, o município de Pesqueira se tornou o primeiro no Brasil a cultivar o tomate rasteiro e industrializar a sua polpa, rompendo com o mercado tradicional de importação desse produto:

⁷⁰ As fábricas Talher, Milton de Oliveira, industrias Reunidas Bernardido Costa e a Antonio Raposo.

⁷¹ Banana, abacaxi, caju, figo, etc.

a utilização do tomate para fins industriais, a partir de 1914, por sua vez, senão resultado de um planejamento estratégico, foi fruto de uma decisão correta e ousada dos gestores da firma Carlos de Britto & Cia., proprietários da Fábrica Peixe, pois no país ainda não se desenvolvia o plantio de tomate e, muito menos, industrializava-se sua polpa, que só era adquirida através de importação, sendo a Itália o principal fornecedor. (GALINDO, p. 70, 2007.)

A produção do extrato do tomate veio acompanhada da implantação de um vasto campo de cultivo do fruto, a maior parte dos plantios de tomate que alimentava a produção da Peixe estava localizada na periferia do perímetro urbano, sendo feito de forma extensiva em mini, pequenas e médias propriedades familiares. A mão-de-obra utilizada era majoritariamente feminina, como mostram os registros fotográficos da época (Imagem 17).

Imagem 16 - Mulheres trabalhando na colheita do tomate



Fonte: Acervo família Britto.

Dando suporte à gestão de Manoel Caetano de Britto nesse processo de expansão da produção, estava o Poder Executivo municipal na figura do seu pai, que teve o mandato marcado por diversos benefícios urbanos que favoreciam o seu empreendimento, como: o alinhamento da rua principal que dava acesso à Peixe; a ampliação da capacidade dos reservatórios de água; a distribuição de água encanada nos domicílios; a instalação da energia elétrica com a aquisição de

um motor a gás; além da chegada dos Correios⁷². Outro importante feito do Governo de Carlos de Britto foi a mudança de nome do município, oficialmente ainda denominado por Cimbres, para Pesqueira. Consoante Martins (2011), a modificação pode ser caracterizada como mais uma interferência do poder político em prol da Fábrica Peixe, que levava por todo o país a marca “Goiabada de Pesqueira”.

A circulação de capital decorrente da expansão da atividade fabril também reverberou na vinda de novos equipamentos urbanos para o município, como: cinemas, clubes, praças, igrejas e colégios. Nesse sentido, na década de 1910, a cidade já contava com três cinemas e dois teatros: Teatro Recreio Familiar, onde foi instalado o primeiro cinema de Pesqueira – o Cinema Recreio Familiar (1910)⁷³, posteriormente chamado de Cine Pesqueira; o Cinema-Teatro, que em seguida passou a se chamar “O Ideal” em 1914 e o Cinema Popular. Havia ainda o jornal o Gazeta de Pesqueira (1902), sob a orientação de Zeferino Galvão.

O desenvolvimento econômico também respaldou no âmbito religioso, além da Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens (erguida por volta de 1800) e da Igreja Matriz de Santa Águeda (1889), um terceiro templo religioso foi construído dentro da área urbana do município, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (1908), integrada ao Convento de São Francisco (1905) e localizada ao lado dos galpões da Peixe.

Outro acontecimento religioso marcante desse período foi a instalação, em 1918, da Diocese Regional em Pesqueira por parte da Igreja Católica. Fato que influenciou expressivamente a ampliação e qualificação dos usos dos espaços sagrados da municipalidade, como: a fundação do Colégio Diocesano Cardeal Arcoverde, do Colégio Santa Dorotéia e do Seminário São José, ambos em 1919⁷⁴, sob o comando do bispo Dom José Lopes. É possível que o processo de crescimento que vinha ocorrendo no município tenha influenciado a instalação da Diocese Regional em Pesqueira, porém não foram encontradas fontes que validassem esta afirmação. Contudo, sabe-se que os diretores da Fábrica Peixe tinham estreitas relações com representantes

⁷² Havia ainda sete agências postais instaladas na sede do município e em mais seis distritos (Alagoinha, Poção, Cimbres, Salobro, Sanharó e Arcoverde).

⁷³ , acessado em julho/2014.

⁷⁴ A vinda desses três equipamentos: Colégio Diocesano, Colégio Santa Dorotéia e Seminário São José fez de Pesqueira um ponto de referência educacional para toda a região interiorana. O município era o único polo educacional no interior do estado de Pernambuco e nos seus colégios muitos jovens estudaram e reconhecem até hoje a importância dessas instituições

da Igreja Católica, tanto que nos primeiros anos de funcionamento, as freiras do Colégio Santa Dorotéia lecionaram em salas de aulas improvisadas dentro das instalações da Peixe.

Na década de 1920, ainda houve a construção de uma nova residência para servir de moradia pro então dirigente da Fábrica, Manoel Caetano de Britto⁷⁵. Na Imagem 18, observa-se que o prédio era constituído por um telhado em quatro águas, estando os beirais sustentados por mãos francesas; as fachadas externas apresentavam um estilo neoclássico com ornamentações em suas esquadrias que se diferenciavam das mais tradicionais por possuir aberturas em arcos plenos e circulares. Assim, com sua arquitetura monumental o palacete dos Brittos se destacava das demais casas no seu entorno.

Imagem 17 - Palacete da família Britto. A foto data do período entre 1920-40



Fonte: Fundação Zeferino Galvão.

Em 1920 ainda houve a falecimento de Carlos de Britto. A Fábrica Peixe, que já vinha sendo comandada pelos seus filhos, continuou o seu processo de expansão, tanto na parte física como na produtiva. O crescente aumento da produção do extrato de tomate levou a importação de frutos de uma vasta área do Agreste, visto que as circunvizinhas já não eram mais suficientes. Deste modo, o Agreste centro-ocidental de Pernambuco se tornou a maior área produtora de tomate rasteiro do Brasil⁷⁶.

⁷⁵ Duarte, 2014.

⁷⁶ Manoel Correia de Andrade, 1961.

Ademais, na década de 1920, a Peixe adquiriu inúmeras propriedades rurais e começou o seu próprio plantio. Para otimizar o crescimento da industrialização foi necessário criar uma rede estrutural para atender à atividade agroindustrial. Para Galindo (2007), as atividades produtivas locais seguiam o modelo de *cluster*, ou seja, todo tipo de aglomeração de atividades geograficamente concentradas e setorialmente especializadas, tendo como objetivo a criação de uma atmosfera favorável ao desenvolvimento das atividades econômicas⁷⁷. Logo, o uso industrial do tomate ultrapassou a fabricação original dos doces e teve seus reflexos na conjuntura social do campo, como relata Cavalcanti (2005):

Durante o período que se estendeu entre 1914 até metade da década de 1950, o setor industrial desenvolveu-se bastante e as safras dos arredores tornaram-se insuficientes para suprir as necessidades das fábricas. Com isso, passou-se a utilizar áreas antes destinadas às culturas de subsistência e frutos do Agreste, alcançando territórios cada vez maiores, o que provocou enorme migração do trabalhador rural, pressionado pela concentração fundiária e consequentemente crescimento da proletarianização do campo. (CAVALCANTI, 2005, p.49)

Até esse ponto pode-se observar como foram constituídas as primeiras décadas da Fábrica Peixe, que corresponderam aos anos de instalação, de consolidação e início da expansão da Peixe como indústria agroindustrial. Portanto, este período foi marcado pela transição da produção manufatureira pra industrial, que, consequentemente, acarretou na ampliação dos seus espaços físicos com o objetivo de acomodar os novos equipamentos e o crescente número de operários. Outro importante acontecimento desse período foi o alargamento da variedade dos produtos, por meio do aumento na variedade de frutas utilizadas nos doces, porém a principal inovação foi a introdução do tomate, utilizado na produção do extrato. Para escoação desses produtos era usado o sistema ferroviário, que estava interligado com as fábricas por meio de linhas de bondes à tração animal.

Nesse período também foram iniciadas as relações de trabalho marcadas por mandonismo e assistencialismo, nas quais os trabalhadores, em troca de emprego e moradia, foram obrigados a seguir as orientações políticas do industrial Carlos de Britto. Foi também com a eleição de Carlos de Britto para assumir a Prefeitura de Pesqueira, que as relações políticas e econômicas começaram

⁷⁷ GALVÃO *apud* Galindo (2007)

a se estreitar. Como Prefeito, o industrial promoveu diversos melhoramentos urbanísticos em prol do seu empreendimento. Ao assumir o cargo de Prefeito, ele precisou se afastar da direção da fábrica, e assim teve início a segunda geração de dirigentes da Fábrica Peixe, da qual participaram três dos seus filhos.

Em 1929, teve início a terceira geração de dirigentes que comandou a contínua expansão da fábrica, tendo sido comandada pelos netos de Carlos de Britto, Jurandyr e Moacyr. A crescente produção levou a uma nova ampliação das instalações e, em 1935, o conjunto ganhou um depósito de mercadorias, localizado ao lado do palacete e em frente ao antigo galpão, e um portal de entrada. Aos poucos, o estilo neoclássico, adotado inicialmente nas instalações da fábrica, foi sendo substituído pelo *art-déco*, como mostra as imagens 21 e 22, nas quais aparecem as novas ampliações e o portal de entrada da Peixe. Posteriormente, em 1950, os dois prédios passaram a ser interligados por um pontilhão de ferro.

Imagem 18 - Fábrica Peixe na década de 1930, ainda seguindo um estilo neoclássico simples



Fonte: Acervo família Martins.

Imagem 19 - Fábrica Peixe na década de 1940. Observa-se a adição de novos volumes e do portal de entrada



Fonte: Acervo família Martins.

Assim, entre as décadas de 1930 e 1950 o conjunto fabril recebeu o maior número de acréscimos em sua estrutura. Foi nesse mesmo período que o *art-decó* foi introduzido nos galpões, que receberam elementos escalonados nas suas fachadas⁷⁸.

As motivações que levaram os dirigentes da Peixe a adotarem esse estilo arquitetônico em todos os prédios do conjunto industrial não são conhecidas. Entretanto, Correia (2008) aponta para

⁷⁸ Duarte, 2015.

uma tendência no universo industrial pela escolha dessa linguagem de ornamentação. Segundo a autora, este fato se dava pelo *art-déco* estar vinculado ao ideal de modernização, além do seu baixo custo de construção devido à simplificação dos ornamentos. Além disso, nesse período, o vocábulo *déco* vinha sendo amplamente divulgado pelas revistas que tratavam da temática industrial.

Como é de conhecimento, os dirigentes da Fábrica Peixe estavam sempre em contato direto com as tendências industriais no cenário nacional e internacional e buscavam sempre aplicar as inovações no seu empreendimento. Tudo indica que foi por meio desse intercâmbio de informações que o *art-déco* chegou à Peixe. As imagens 23 e 24 mostram a introdução desse estilo arquitetônico nas instalações da fábrica, bem como do pontilhão interligando os dois galpões.

Imagem 20 - Peixe em 1935 – observa-se a transição do estilo neoclássico para o déco



Fonte: Acervo família Britto.

Imagem 21 - Peixe na década de 1950 – observa-se ao fundo o pontilhão de ferro ligando os dois galpões e o letreiro em art-déco



Fonte: Acervo família Britto.

As expansões físicas do conjunto industrial da Peixe estão retratadas de forma cronológica no Mapa 03. Na cor azul clara está representado o chalé, no qual teve início a produção caseira dos doces; a cor amarela representa a primeira ampliação e corresponde ao galpão de produção (1902); em rosa claro, a segunda ampliação que serviu para abrigar os fornos que aqueciam os tachos a vapor (1910); a terceira ampliação aparece em verde e representa a residência de Manoel Cândido de Britto (1920); em azul escuro, a quarta ampliação, correspondente ao galpão de estocagem dos produtos (1935); em roxo, a quinta ampliação, o pontilhão para passagem de produtos ligando os dois galpões (1950); por fim, a casa de eventos, na cor salmão (1990):

Mapa 3 - Cronologia das intervenções na Fábrica Peixe



Fonte: Duarte, 2014.

Dentro desse cenário de expansão da produção e dos espaços físicos, foi construído, em 1947, o aeroporto de Pesqueira, resultado de uma parceria dos industriais da Peixe e do poder municipal. Essa nova iniciativa foi fruto das ações da “Dêem Asas ao Brasil”, uma campanha idealizada por Assis Chateaubriand e Joaquim Pedro Salgado Filho, então Ministro da Guerra. A campanha consistia em angariar recursos privados para a construção de hangares e aeroclubes por todo o Brasil, além da doação de aeronaves (MARTINS, 2011, p. 109). Dessa forma, em um terreno mais afastado da zona urbana, foram erguidos um hangar e uma pista de pouso. Simultaneamente às obras, foi adquirida a primeira aeronave, doada pelo recém-criado Departamento de Aviação Civil (D.A.C.). Além deste avião, havia ainda o avião da Peixe, que era

utilizado para despejar herbicidas e agrotóxicos nas plantações (Imagem 23). Segundo relatos, esse avião era constantemente pilotado pelo então dirigente da Peixe, Dr. Moacyr de Britto.

Imagem 22 - Avião da Peixe em voo sobre as plantações de tomate



Fonte: Acervo da família Britto.

Ainda que se tratasse de uma iniciativa entre público e privado, a construção deste hangar veio para atender, principalmente, aos interesses da Peixe, os quais, na prática, eram os seus verdadeiros donos. Além do avião destinado ao uso nas plantações, havia outro, utilizado nas viagens que transportavam os políticos, representantes de embaixadas e grandes compradores, além de materiais e pequenos equipamentos (MARTINS, 2011, p. 110).

Nesse período ainda houve a modernização dos equipamentos de produção, que seguiam as tendências europeias e permitiram a produção do extrato de tomate enlatado. Esse fato levou as indústrias pesqueiras ao ápice como centro industrial na década seguinte, ficando atrás apenas das áreas industriais influenciadas pelo açúcar e produtos têxteis. Dessa forma, ao longo dos anos 1930 e 1950 os espaços foram sendo ampliados e as tecnologias foram aprimoradas com a aquisição de novas máquinas, como uma caldeira capaz de produzir 5.000 Kg de vapor por hora e máquinas automáticas de encher e fechar latas.

Quanto à matéria-prima, se no primeiro momento ela era comprada dos produtores rurais, no segundo momento foi diferente. Aqui, a Peixe já comandava a produção do seu principal

produto (o tomate), apesar disso, devido à grande demanda, havia ainda a necessidade de se comprar o fruto de outros produtores, enquanto que os demais frutos vinham do Sertão do estado.

O tomate era colhido nos campos e transportado para a fábrica por caminhões em caixotes de madeira. Chegando no pátio da fábrica, eram despejados nas esteiras, onde eram lavados e selecionados. Depois seguiam para o despulpador para terem suas sementes retiradas e incineradas, nessa etapa também era retirada a pele do fruto⁷⁹.

Na etapa seguinte, o fruto, já sem a pele e sem as sementes, seguia para o titânio, onde o tomate era processado, a massa concentrada e o vapor vegetal eram retirados. Do titânio, a massa seguia para os tachos e depois para as enchadeiras, onde o produto era posto dentro dos recipientes. Em seguida, as embalagens eram fechadas na reclavadeira. O próximo passo era resfriar os recipientes em banho maria. Todo esse processo de fabricação dos produtos Peixe, era realizado no primeiro galpão do conjunto fabril. Após todas essas etapas, os produtos eram levados para o segundo galpão. Essa passagem era feita pelo pontilhão que ligava os dois galpões. Nele havia uma espécie de esteira onde o extrato de tomate e o doce, já enlatados, eram colocados e transportados automaticamente para serem encaixotados e armazenados. As imagens a seguir ilustram as etapas de produção dos produtos Peixe, descritas acima.

⁷⁹ As informações relacionadas ao modo de produção foram passadas em entrevista pelo Sr. Jorge Medeiros, que ocupou o cargo de subchefe de manutenção, chefe de manutenção e gerente de manutenção, no período de 1979 – 1997.

Imagem 23 - Mulheres trabalhando na colheita do tomate, sem datação



Fonte: Acervo família Britto.

Imagem 24 - Caminhões transportando o tomate no trajeto campo – fábrica, sem datação



Fonte: Acervo família Britto.

Imagem 25 - Carga de tomate chegando à fábrica, sem datação



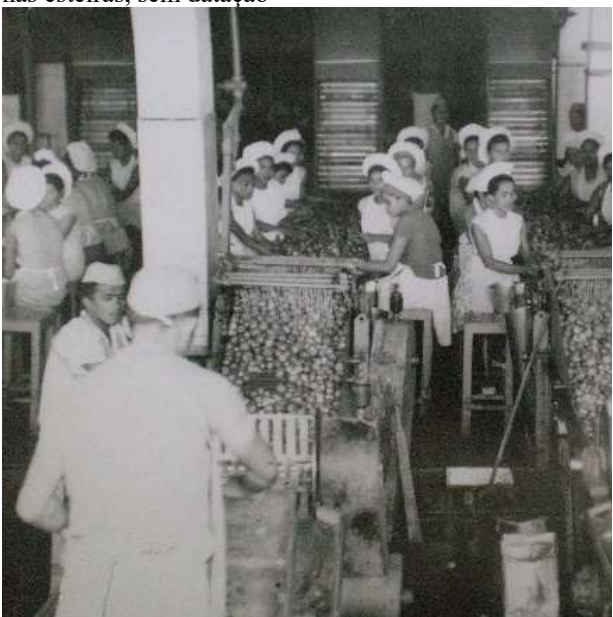
Fonte: Acervo família Britto.

Imagem 26 - Tomate sendo descarregado nas esteiras, sem datação



Fonte: Acervo família Britto.

Imagem 27 - Tomates em processo de lavagem e seleção nas esteiras, sem datação



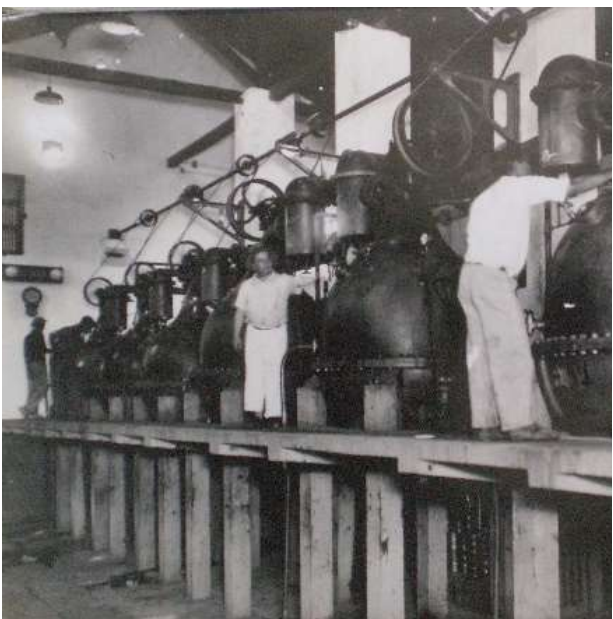
Fonte: Acervo família Britto.

Imagem 28 - No fundo da imagem é possível ver dois titânios, onde o produto era concentrado, sem datação



Fonte: Acervo família Britto.

Imagem 29 - Cozimento nas caldeiras à vapor, sem datação



Fonte: Acervo família Britto.

Imagem 30 - No primeiro plano o produto sendo enlatado na enchedeira e no segundo plano as embalagens sendo fechados na reclavadeira, sem datação



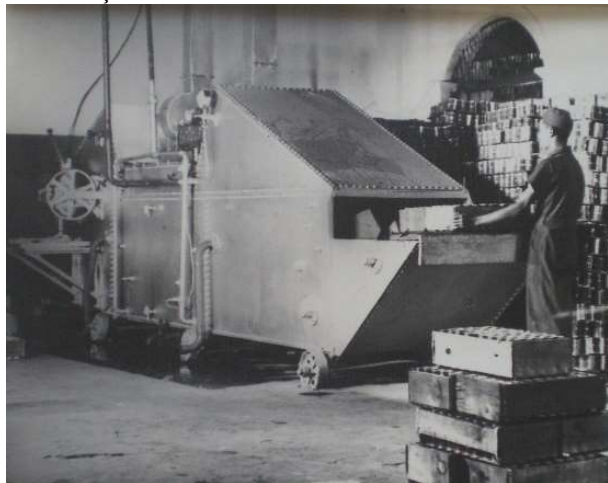
Fonte: Acervo família Britto.

Imagem 31 - Embalagens sendo lacras na reclavadeira (modelo ainda manual), sem datação



Fonte: Acervo família Britto.

Imagem 32 - Embalagens sendo postas em uma máquina de resfriamento. Processo conhecido por “banho maria”, sem datação



Fonte: Acervo família Britto.

Imagem 33 - Produtos sendo encaixotados para o transporte final, sem datação



Fonte: Acervo família Britto.

Imagem 34 - Produtos Peixe chegando ao Porto do Recife, sem datação

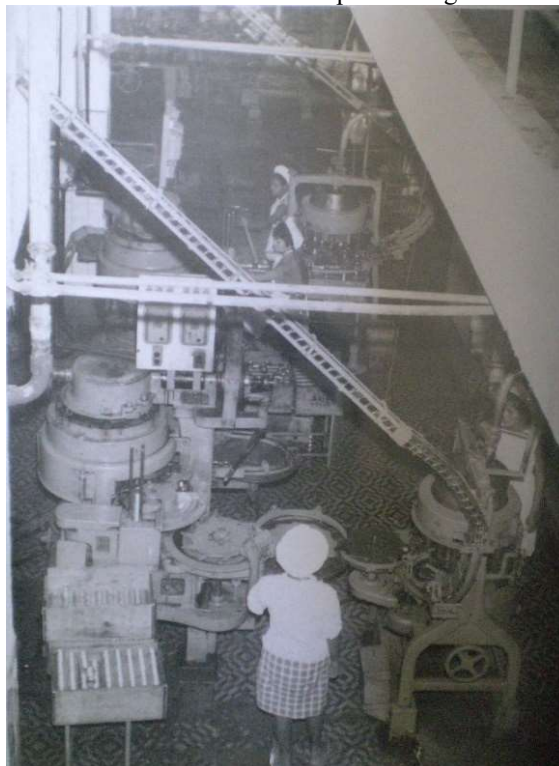


Fonte: Acervo família Britto.

A Peixe fabricava ainda as embalagens dos doces e extrato de tomate. A produção de latas ficava no primeiro andar do galpão principal. Produzidas, as latas desciam por uma esteira para o andar inferior, onde iam diretamente para as enchadeiras. No primeiro plano da Imagem 36 aparecem as esteiras por onde as latas eram transportadas. No canto direito aparecem as latas

chegando nas enchedeiras, onde o produto era enlatado e, posteriormente, lacrado nas reclavadeiras (canto esquerdo).

Imagem 35 - Latas fabricadas no andar superior chegando nas enchedeiras



Fonte: Arquivo da família Britto.

Com a modernização do maquinário, o trabalho braçal foi sendo gradativamente substituído, ao mesmo tempo em que se tornava mais extenuante, considerando que o avanço da tecnologia provocava uma redução da mão-de-obra. O mesmo não acontecia nos campos de plantação; a mecanização do processo produtivo o tornava mais rápido e eficaz, permitindo um aumento exponencial da produção, dessa forma o número de fornecedores de matéria-prima cresceu junto com as tecnologias de produção do ambiente fabril.

Vale salientar que, em paralelo à sua atuação como dirigente da Peixe, Dr. Moacyr também começou a se destacar por meio do seu trabalho como engenheiro agrônomo, realizando estudos e experimentos nos territórios da Peixe. Dentre esses estudos, estavam pesquisas e ensaios sobre práticas de conservação do solo, adubação natural, seleção de variedade e até mesmo estudos pluviométricos⁸⁰. Martins (2011) relata que a disciplina do engenheiro para com seus estudos,

⁸⁰ Até hoje os estudos realizados por Moacyr de Britto servem de base para pesquisas, como as realizadas pelo Prof. Dr. Abelardo Montenegro, na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

serviram como base para o aperfeiçoamento do setor agrícola e da linha de produção, tendo sido implantados novos laboratórios e equipamentos sofisticados:

O rigor metodológico e a relevância de suas pesquisas, tornaram-se tão conhecidos que em 1956 Pesqueira sediou uma Reunião de pesquisadores em Ciência do Solo (figura 67), contando com participantes de diversos países especialmente da Rússia, referência mundial em estudos pedológicos. (MARTINS, 2011, p. 91)

Na década seguinte, os horizontes comerciais foram mais uma vez expandidos e a Peixe instalou fábricas no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A produção também se diversificou, passando o grupo a produzir biscoitos na Fábrica Sul América e na Fábrica Duchen, além de açúcar na Usina Central de Barreiros⁸¹. Esta última foi adquirida visando baratear o custo do açúcar utilizado pelas demais fábricas. Para Martins (2011) esta expansão se deu com o objetivo de auxiliar a produção e diminuir os gastos.

Pelo fato de ter se tornado uma indústria com uma grande variedade de produtos, a Peixe precisou se reestruturar com vistas a dar maior celeridade à produção e reduzir gastos desnecessários. Levando em consideração os custos de transporte, os riscos de perecibilidade dos produtos, a distância entre as áreas plantadas e a fábrica, a empresa instalou novas unidades nas mais diversas localidades por todo o país, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste seu principal mercado consumidor. (MARTINS, 2011, p.113)

A produção de extrato de tomate tomou tamanha proporção que a Peixe se tornou proprietária de uma das maiores plantações de tomate do mundo, alcançando uma quantidade aproximada de 3.500 hectares de plantação. Este fato levou, em 1934, a Fábrica a atingir o mercado nacional, provocando a queda da importação do produto, superando a marca *Pomidoro*, que era importada da Itália.

Com a aquisição de novas empresas (mais de 20 espalhadas por todo o país), terras e maquinário, entre os anos de 1930 – 1950, a Fábrica Peixe viveu o seu auge. Neste período, a firma Carlos de Britto & Cia passou a ter um patrimônio espalhado por todo o território brasileiro. Eram fábricas, fazendas, terrenos e investimentos no mercado financeiro⁸².

⁸¹ Adquire também a Usina de Santo André, em Rio Formoso, e a usina Sant'Ana, em Porto Calvo – AL.

⁸² Bezerra, 2011.

Paralelo à expansão dos negócios da Fábrica Peixe, continuaram surgindo em Pesqueira novos equipamentos urbanos, como: o Clube dos 50 (1931); Cinema Moderno (1938); o estádio de futebol Everardo Maciel (1938); Praça Dom José Lopes (antigo Largo da Matriz, 1940); o Clube dos Radicais (década de 1940); o açude de Santana, pertencente à Peixe e com capacidade para 2 milhões de metros cúbicos de água (1944); e a Biblioteca Pública de Pesqueira (1948). Houve ainda a Instrução do Tiro de Guerra – 437, onde os jovens prestavam o serviço militar; além do Hospital Regional, hoje Dr. Lídio Paraíba (1941); dos hotéis, o Ellitte e o Oriente; um mercado municipal com matadouro; e o Estádio Joaquim de Britto (1951). Havia ainda os jornais: o Correio de Pesqueira (1929), dos irmãos Cândido e Joaquim Cavalcanti e A Voz de Pesqueira (1936), sob a orientação de Eugenio Chacon. Junto ao surgimento destes novos espaços, o poder público continuou fazendo obras em benfeitoria da cidade, conforme registrou Maciel em um dos seus artigos escritos para A Voz de Pesqueira, em 1948:

Não houve nenhuma ocorrência de relevo no último decênio. Os poderes públicos têm realizado vários melhoramentos: abertura e conservação de estradas, ajardinamentos públicos, melhorias dos serviços de abastecimentos d'água, ampliação da rede de iluminação elétrica, levantamento da planta da cidade, serviços de urbanização, meio-fio e calçamentos, construção do Hospital Regional e do Grupo Escolar rural, etc. (MACIEL, 1980, p. 316)

Além da presença marcante da estrutura física da fábrica e das novas edificações especiais, surgiram também os bairros proletários. Esses bairros foram surgindo nas periferias sob um aspecto semi-rural, o que provocou uma mudança da paisagem da cidade. Cavalcanti (2005) chama a atenção para a precariedade sanitária dos bairros operários que foram surgindo em Pesqueira. Para o autor, a tipologia das casas de “porta e janela” e sem área para jardim facilitava a disseminação de epidemias.

Em Pesqueira, as fábricas criaram situações similares às dos demais locais que sediavam essa atividade, pois a precariedade sanitária, a promiscuidade, o adensamento populacional nos bairros operários, com casas conjugadas, de pequenas dimensões, de porta e janela, sem área para jardim, foram campo fértil para a disseminação de epidemias, causadoras de mortes, na sua maioria registradas como causa-mortis distúrbio gastrointestinal (CAVALCANTI, 2005, p. 20)

O cenário insalubre presente nos bairros operários era uma extensão do interior da fábrica, que se expandia para as áreas urbanas. Denúncias feitas nos jornais locais chamavam a atenção para o descuido com os canais de escoação das caldas das fábricas. Devido à falta de limpeza regular, detritos se acumulavam ao longo dos canais causando mau cheiro das águas⁸³.

Outro impacto causado pela indústria em Pesqueira, foi o surgimento de novas atividades, como o fornecimento de lenha, consumida em larga escala para o aquecimento das caldeiras a vapor; a fabricação de caixotes de madeira onde eram carregados os frutos e oficinas de mecânica especializadas em veículos de carga. Esta última para atender às necessidades dos caminhões contratados para transportar os produtos da fábrica. Frente a este fato, uma infinidade de empregos indiretos foi criada para atender às necessidades das indústrias alimentícias em Pesqueira.

O Censo Demográfico de 1950 mostra Pesqueira como um dos municípios mais populosos do Estado de Pernambuco naquele momento, com uma população de 37.732 habitantes, sendo 22.608 residentes na zona rural e 15.124 no meio urbano, e 13.124 na sede municipal⁸⁴. Dos 32.732 habitantes, as indústrias empregavam cerca de 2008 (dois mil e oito) pessoas diretamente e cerca de 8000 (oito mil) indiretamente⁸⁵.

As Tabelas 6 e 7 mostram os números das arrecadações das coletorias federais do município mostram a importância econômica do município naquele momento em Pernambuco entre os anos de 1927 e 1936:

Tabela 6 - Arrecadação das coletorias federais do estado de Pernambuco (1927-1931)

COLETORIAS	1927	1928	1929	1930	1931
Caruaru	162:999\$	202:327\$	200:215\$	156:625\$	183:620\$
Garanhuns	245:411\$	260:194\$	353:342\$	265:220\$	192:188\$
Pesqueira 1ª 2ª 3ª	1.094:902\$	1.078:481\$	1.045:979\$	772.701\$	1.041.791\$
Petrolina 1ª 2ª	153:244\$	163:226\$	152:217\$	138:761\$	145.338\$

Fonte: Anuário Estatístico de Pernambuco. Recife: 1936, Ano VIII. *Apud* Galindo, 2007.

⁸³ Cavalcanti, 2005.

⁸⁴ Cavalcanti, 2007.

⁸⁵ Galindo, 2007.

Tabela 7 - Arrecadação das coletorias federais do estado de Pernambuco (1932-1936)

COLETORIAS	1932	1933	1934	1935	1936
Caruaru	214:464\$	274:656\$	227:415\$	304:417\$	261:376\$
Garanhuns	165:569\$	256:420\$	170:616\$	277:982\$	243:462\$
Pesqueira 1ª 2ª 3ª	838:727\$	1.358:173\$	843.201\$	1.469:613\$	1.754:903\$
Petrolina 1ª 2ª	99:776\$	161:486\$	134:782\$	200:526\$	216:539\$

Fonte: Anuário Estatístico de Pernambuco. Recife: 1936, Ano VIII. *Apud* Galindo, 2007.

Galindo (2007) relaciona o crescimento exponencial das indústrias pesqueiras (lideradas pela Peixe) à existência de um mercado nacional aberto aos produtos ali produzidos e à inexistência de uma concorrência forte. Somente em 1940, com a criação da ETTI e da CICA, que a Peixe começou a sentir as primeiras perdas no mercado⁸⁶.

A essa época começam a entrar em cena os sintomas de uma crise que mais tarde mostrar-se-ia irreversível, quando a Peixe passou a sofrer concorrência de outras empresas especialmente a ETTI e a CICA, localizadas próximas dos grandes mercados consumidores, no Sul e Sudeste, e que possuíam ramificações em outros setores econômicos inclusive no setor financeiro; o que lhes garantia liquidez e amplo capital de giro. (FEITOSA *apud* MARTINS, 2011, p. 124)

Dessa forma, ainda que fosse uma das mais importantes fábricas do interior de Pernambuco, no final dos anos de 1950, a Peixe começou a perder espaço no mercado regional. Este fato se deu por consequência da concorrência vinda especialmente das regiões Sul e Sudeste. No intuito de reagir às ameaças vindas destas regiões, a Peixe adotou uma parceria entre indústria e agricultura. O intuito era diminuir os custos dos insumos e aumentar a produtividade. Assim, dominando toda a extensão agrária da região com o plantio do tomate, as fábricas submetiam os agricultores aos seus interesses. A parceria logo se revelou como uma forma de exploração dos pequenos agricultores, que vendiam suas mercadorias a preços injustos (chegando até 6 vezes abaixo do valor de mercado). Nessa relação ainda eram descontados dos agricultores todos os gastos com a produção (sementes, adubos, etc.) fornecidos pelas fábricas⁸⁷.

Ao longo de sua existência, a Peixe sempre estabeleceu com seus operários uma relação de poder e mandonismos, que se tornou mais forte, principalmente, na terceira geração de dirigentes. A mão-de-obra presente na região era numericamente significativa, formando um grande

⁸⁶ Galindo, 2007.

⁸⁷ Galindo, 2007.

contingente de reserva de trabalhadores. O exército de operários não possuía capacidade técnica, o que não exigia uma remuneração alta. Esse quadro satisfazia aos interesses dos industriais, porém resultava na formação de um mercado local consumidor atrofiado.

A vida do operário não era fácil. Aqueles que não ficavam trabalhando nos campos de tomates, vinham até a sede do município para o trabalho fabril. Em tempos de maior produção as condições pioravam. Com escassos intervalos e com alimentação à base de pão e café, a jornada de trabalho chegava a 24h. Havia uma categoria de trabalhadores vindos do campo, denominados “porcos”, que trabalhavam das 18h até o amanhecer. Esta prática de trabalho pesado no período noturno era adotada para evitar a fiscalização trabalhista. Martins (2011) relata que nos períodos de safra as jornadas de trabalho chegavam até 16h, ocorrendo muitas vezes o regime de cartão-cego, ou seja, sem o registro do cartão no ponto.

As mulheres eram ocupadas na fabricação de doce e nas esteiras de tomate, nas épocas de safra faziam-se turnos de até dezesseis horas, muitas dessas no regime do cartão-cego - jornada de trabalho sem registro no cartão de ponto. Essa prática foi bastante utilizada pela Peixe, até a chegada de uma delegacia da Justiça do Trabalho, que passou a exigir o pagamento dos benefícios referentes à jornada extra de trabalho, adicionais noturnos e todas as demais obrigações cabíveis. (MARTINS, 2011, p. 94)

Nos períodos de entressafra muitos trabalhadores eram dispensados. Outros eram aproveitados nos trabalhos de construção civil, de manutenção do maquinário, ampliações das instalações da fábrica, construções das vilas operárias e pastoreio do gado.

Os salários tanto dos trabalhadores rurais como dos operários eram bastante baixos. Essa realidade levou à implantação de um assistencialismo. Como forma de gratificar os funcionários, as fábricas ofereciam bolsas de estudos para os filhos dos operários. Nesse sentido, os diretores da Peixe criaram escolas para educar os filhos dos operários, tanto na zona rural como na urbana, como é o caso da Escola Maria de Britto, fundada em 1938. Na Imagem 37 os alunos da Escola Rural “Peixe” aparecem assistindo à aula na unidade de Roçadinho⁸⁸, percebe-se que todos os alunos possuem fardamento e material escolar. A foto ainda chama a atenção para os candeeiros em cima das mesas, indicando a falta de energia elétrica nas salas de aula.

⁸⁸ Zona rural do município de Pesqueira.

Imagem 36 - Alunos na Escola Rural “Peixe” – Unidade de Roçadinho (1967)



Fonte: Acervo família Britto

Além das escolas, haviam ainda moradias destinadas aos operários que não possuíam residência. Assim, ao longo dos anos, moradias operárias foram sendo construídas nas zonas periféricas do município. As Imagens 40 e 41 mostram casas de operários da Peixe localizadas na zona rural, dispostas em blocos, cada um contendo duas casas de porta e janela.

Imagem 37 - Moradias operárias localizadas na zona rural, sem datação



Fonte: Acervo família Britto.

Imagem 38 - Moradias operárias localizadas na zona rural, sem datação



Fonte: Acervo família Britto.

Essa assistência social era destinada apenas a uma parte dos funcionários mais privilegiados⁸⁹. Ainda assim, a convivência era pacífica, visto que os trabalhadores viam aquele emprego quase como uma dádiva do industrial. A inexistência de um conflito “operário x patrão” também pode ser visto como o fruto de um discurso existente que enaltecia a existência das fábricas como fontes de progresso e emprego para a cidade. Isso facilitou a prática de reformulações na cidade para se adaptar às indústrias e ao seu ritmo.

A inexistência desse confronto facilitou a implementação de reformulações na cidade, para adaptar-se ao ritmo das fábricas, onde todos as enxergavam como benesses para a localidade e para os seus moradores. Eram essas unidades fabris que pareciam dar segurança ao emprego, contrastando com a insegurança do mundo agrícola. Ver a fábrica e suas constantes inovações como sinal do “progresso” de todos, arrefecia a percepção dos trabalhadores da cruenta exploração que se exercia sobre eles e criava uma expectativa de compensação à rotina do trabalho fabril. (CAVALCANTI, 2005, p. 22)

Em seu trabalho intitulado “Pesqueira: Aspectos de sua geografia urbana e suas interrelações regionais”, Hilton Sette apresenta Pesqueira como sendo um município pacífico e ordeiro, apesar da grande concentração de operários. O autor usa para corroborar seu posicionamento o fato de que na eleição nacional de 1945, o Partido Comunista obteve apenas 56 votos em Pesqueira, dentro de um universo de 4.485. Fato semelhante ocorreu no ano seguinte, em 1946, dentro de um universo de 4.635 votantes, a legenda obteve 67 votos. Entretanto, dentro do contexto até aqui apresentado, percebe-se que esses dados das eleições de 1945 e 1946 estão relacionados a um sistema de mandonismo no qual os operários eram submissos às vontades políticas dos seus patrões.

Com o restante da população não era diferente. Os moradores enxergavam a Peixe como a provedora não só de empregos em uma região escassa de oportunidades, mas também como provedora do progresso local. Nas palavras de Martins (2011) “diz-se que as verdadeiras autoridades do município eram o bispo e os donos da fábrica, os quais eram muito mais respeitados do que os políticos” (MARTINS, 2011, p. 84).

Quanto aos trabalhadores rurais, as inovações passadas pela Fábrica Peixe ao longo da primeira metade do século XX, fixaram o trabalhador nas propriedades rurais e fez surgir o

⁸⁹ Cavalcanti, 2005.

trabalho assalariado. Até então o comum era o pagamento por produção ou tempo de trabalho, sendo as ofertas sazonais. Assim, por meio do fornecimento de insumos, durante décadas as indústrias alimentícias acabaram mantendo grande parte da população no meio rural, Cavalcanti (2005) ressalta o fato de que até a década de 1950 a população rural era superior à da sede. Nas décadas seguintes, o quadro se manteve, como mostra o Censo Demográfico de 1970, dos 37.732 habitantes pesqueirenses, 22.608 se encontravam na zona rural. Para o autor, essa predominância na zona rural pode ser explicada pelo interesse de alguns segmentos sociais em manter o trabalhador rural em suas propriedades. Para tanto, estes segmentos faziam emergir “no operário a ideia de que ele era um proprietário” (CAVALCANTI, 2005, p. 18) e dessa forma o trabalho extra era visto como uma forma de independência do operário.

Acreditar que poderia sobreviver do seu próprio esforço, que dispunha de possibilidades de desenvolver outras atividades, além daquela de empregado assalariado, não ficando tão a mercê desta última no suprimento de suas necessidades, colocava o trabalhador operário num patamar de honradez e respeitabilidade, pois esse trabalho no que lhe pertencia passa a ser “o fundamento de sua autonomia moral”, legitimando a sua reivindicação de respeito. (CAVALCANTI, 2005, p. 19)

Os deveres do agricultor eram impostos nos contratos, caracterizando essa parceria como uma relação comum de trabalho, como mostra o Estatuto da Associação dos Parceiros da Peixe:

- a) acatar as normas indicadas pelo corpo técnico da empresa;
- b) manter em bom estado de conservação os terraços, coletores, cercas, estradas, habitações, etc., recebendo para isso retribuição extra (não especificada);
- c) entregar toda a produção de tomate à empresa, recebendo 50% da produção ao preço previamente estipulado e que será de CR\$ 600,00 por caixa, na safra de 1966;
- d) somente plantar – na área reservada à lavoura de subsistência – cereais ou lavoura de ciclo curto, a fim de que concluída a colheita e de acordo com o plano de parceria, o gado da Empresa, se isso lhe convier, possa pastar em toda a área, durante dois ou mais meses, até início das culturas do ano seguinte” (CAVALCANTI, Célia Maria de Lira, p. 80-81.)

e mais:

- a) Art. 16º - A Diretoria terá amplos poderes para agir em nome da sociedade...: manter a disciplina entre os associados; impor penas e eliminar os elementos que lhe parecem perturbadores da ordem social;
- b) Art. 21º - ... Enquanto vigorar o convênio entre o IRESI e a Fábrica Peixe, os cargos do Conselho Técnico de Consultas e Deliberações, serão assim preenchidos: i) dois por indicação do Diretor do IRESI; ii) dois por indicação dos parceiros-agricultores e iii) dois por indicação da parceria-proprietária, sendo de quatro (4) anos cada exercício.

- c) Art. 24º - A parceria-proprietária terá direito a tantos votos (na Assembléia Geral) quantos forem os votos dos parceiros-agricultores presentes.
- d) Art. 25º - Nas deliberações da Assembléia Geral, cada representante dos parceiros-agricultores terá direito a um (1) voto. A parceria-proprietária, terá direito a tantos votos quantos forem os representantes dos parceiros-agricultores. (CAVALCANTI, Célia Maria de Lira, p. 80-81.)

Assim foram configurando-se as relações de exploração do trabalhador rural, que não possuíam nenhum amparo legal. Havia nessa relação uma dependência dos produtores com a fábrica, sendo esta a única compradora das safras. Dessa forma, o trabalhador se comprometia em vender toda a produção para a indústria, seguindo o preço acordado na entressafra. O Estatuto deixa claro o rigor com que a Peixe comandava o sistema de parceria. Este sistema por muito tempo trouxe bons resultados para a fábrica. Entretanto, a partir de 1950 o processo de desenvolvimento nacional levou o município à estagnação e os industriais passaram a perder o controle acionário de suas propriedades.

No período de declínio da Peixe, além dos seus empregos, os trabalhadores também perderam as casas em que viviam, já que estas eram cedidas pela Fábrica. Em uma tentativa de ajudar aos antigos operários e seus familiares, foi criada a Fundação de Casas Populares de Pesqueira e, em 1952, foi publicada a Lei nº 218, que destinava à Fundação uma taxa de 2% sobre o imposto de indústria e profissões⁹⁰. Ela demonstrou interesse em construir 200 casas em parceria com a Fundação de Casas Populares do Rio de Janeiro, para tanto a Prefeitura Municipal doou um terreno na localidade conhecida como Alto da Favela, hoje o bairro do Centenário. Em 1955 foram entregues às viúvas de ex-operários 04 casas de um grupo de 10. As casas possuíam plantas soltas do lote, com terraço e área de jardim. As prestações eram de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) e deveriam ser pagas em um período de 20 anos. Após a entrega das 04 unidades, a Fundação de Casas Populares deixou de existir⁹¹.

Fora do circuito político-econômico e entrando na parte festiva, a Fábrica Peixe exercia fortes influências na vida sociocultural de Pesqueira, a exemplo da Festa do Tomate. Não sabe-se quando esta prática teve início, mas o evento era organizado pela Peixe e celebrava o crescimento das safras do tomate. A Imagem 40 mostra uma faixa localizada na entrada da cidade, dando as

⁹⁰ Cavalcanti, 2005.

⁹¹ Cavalcanti, 2005.

boas-vindas aos visitantes da VIII Festa do Tomate. Na ocasião havia solenidades, visitas de campo, passeios de avião (Imagem 41), desfiles, exposições e bailes para a população.

Imagem 39 - Faixa dando as boas-vindas à Festa do Tomate, sem datação



Fonte: Acervo da família Britto

Imagem 40 - Campo de aviação da Peixe em dia de visita, sem datação.



Fonte: Acervo da família Britto

A Festa do Tomate era um grande evento local, que contava com a presença de políticos e visitas ilustres. Era um momento propício para firmar parcerias políticas e demonstrar o poderio dos industriais⁹². A Imagem 44 mostra o governador Agamenon Magalhães em visita aos campos de plantação da Peixe. Em outro momento, o Deputado Gileno de Carli aparece caminhando com o então prefeito (e familiar dos dirigentes da Peixe) Arruda Marinho (Imagem 43).

Imagem 41 - Dr. Moacyr de Britto mostrando as mudas de tomate ao Governador Agamenon Magalhães, sem datação



Fonte: Acervo da família Britto

Imagem 42 - O então prefeito Arruda Marinho junto ao Deputado Gileno de Carli. Ao fundo, Dr. Moacyr, sem datação.



Fonte: Acervo da família Britto

⁹² Não se tem registro da participação do operariado nessa festividade.

Ainda dentro das estratégias de demonstração do poderio da fábrica, havia os desfiles que os dirigentes organizavam para mostrar à população as novas aquisições do grupo, como caminhões e tratores (Imagem 44).

Imagem 43 - Desfile em passeio público dos novos caminhões e equipamentos da Peixe, sem datação



Fonte: Acervo da família Britto.

A indústria ainda se fazia presente nos desfiles cívicos da cidade. A Imagem 47 mostra os funcionários da Peixe desfilando pelas ruas da cidade. Não se pode afirmar com exatidão qual data comemorativa retrata, porém percebe-se uma clara alusão ao descobrimento do Brasil, por meio de elementos que remetem às velas das caravelas do descobrimento do país.

Imagem 44 - Desfile em passeio público, sem datação



Fonte: Acervo da família Britto

Como alternativa de lazer para o operariado havia o União Peixe. Esse clube futebolístico foi criado em 1946 pelos funcionários da Peixe e se tornou o mais famoso e competitivo da região. No início recebeu nome Mecânica União Peixe, por ter sido organizado por aqueles que trabalhavam nas oficinas mecânicas da fábrica. Após a formação do time, os dirigentes da fábrica passaram a fornecer apoio financeiro⁹³ e, em 1951, foi lançada a pedra fundamental do Estádio Joaquim de Britto, em um terreno disponibilizado pela fábrica e destinado ao time.

Foi dessa forma que a cultura fabril determinou a construção da identidade local. Assim, desde o início do século XX, quando a produção da Peixe tomou maiores proporções e os seus proprietários passaram a ocupar cargos públicos no município, a influência da Fábrica passou a extrapolar o viés econômico e alcançar o político e social. Dessa forma, a presença da Peixe acabou impactando no dia-a-dia do município interferindo até no modo de vida da população: Nas ruas havia o vai e vem do operariado e dos caminhões com produtos e matéria-prima, além do cheiro do doce e do tomate que tomava toda a cidade. Na zona rural, a paisagem foi tomada pelas plantações de tomate, que fixavam o trabalhador no campo.

Outra evidência do poderio industrial, naquele momento, foram as estreitas relações dos industriais com o meio político. Como já foi dito, durante meio século a família Britto esteve direta ou indiretamente no comando da Prefeitura local. Além disso, governadores pernambucanos e até mesmo Presidentes da República, sempre visitavam Pesqueira nos eventos festivos e nos períodos eleitorais.

Se nas primeiras gerações de dirigentes da Fábrica Peixe houve a ampliação dos espaços físicos, a ampliação da produção e a diversificação dos seus produtos, na terceira geração não foi diferente, tendo esse ritmo aumentado, dando continuidade à fase de expansão da fábrica. Como foi vislumbrado, a estrutura fabril foi ganhando novos elementos, tanto espaciais quanto estéticos, foi aqui que o estilo *art-déco*, que passou a ser característico da Peixe, foi introduzido. As tecnologias também foram sendo aperfeiçoadas com a aquisição de novas máquinas, houve ainda a mudança nos meios de transporte, que passaram a ser predominantemente o rodoviário, e um aumento no número de trabalhadores, tanto na zona urbana como na rural. Aliás, foi na zona rural que aconteceu uma das principais revoluções comandadas pela Peixe, a produção exponencial dos produtos derivados do tomate fez com que a firma Carlos de Britto & Cia adquirisse um vasto

⁹³ Galindo, 2007.

número de terras destinadas ao plantio do fruto, fazendo da Peixe a proprietária de uma das maiores plantações de tomate do mundo.

Diante desse cenário de expansão, a Peixe continuou influenciando no desenvolvimento urbano de Pesqueira, seja por meio da influência política que os industriais continuaram exercendo ao longo de toda a primeira metade do século XX, seja pela cadeia econômica que girava em torno da fábrica. Modificando a paisagem urbana, havia os novos equipamentos urbanos que iam surgindo na parte central da cidade, enquanto que as periferias ficaram marcadas pelo surgimento dos bairros operários, sendo eles marcados pelos aspectos semi-rurais e condições insalubres. As más condições encontradas nesses bairros eram reflexo daquilo que havia no interior da fábrica, fora isso, os operários ainda tinham que lidar com os baixos salários e um regime de exploração bastante duro. Apesar disso, havia um clima pacífico entre as classes trabalhadoras, configurado pela figura de benfeitor assumida pelos patrões.

Foi em meio a esse contexto que a decadência da Fábrica Peixe teve início, em 1956, tendo sido resultado de uma combinação de diversos fatores. Um dos principais motivos foi a implantação de novas políticas econômicas no cenário nacional, que acabaram fortalecendo o setor industrial, entre 1950 e 1960. Entretanto, este fortalecimento foi direcionado maciçamente para as regiões Sul e Sudeste, deixando de lado as regiões ao norte do país⁹⁴.

Com as transformações econômicas, o sistema de transporte também foi modificado. Assim, a partir de 1950, as ferrovias foram perdendo espaço para as rodovias. Esta foi outra medida que prejudicou a região Nordeste, já que as rodovias eram mais articuladas entre os estados do Sul e Sudeste⁹⁵. Dessa forma, ainda que na década de 1960 e 1970 o Brasil tenha apresentado altas taxas de crescimento, o Nordeste continuava subdesenvolvido com uma economia basicamente agrária, enquanto que o Sul e Sudeste intensificavam a sua industrialização. Em uma tentativa de amenizar essas desigualdades regionais surgiram alguns órgãos como a SUDENE, o BNB e o BANDEPE⁹⁶.

Foi imersa nesse cenário político-econômico que a Fábrica Peixe lutou para se manter no mercado. Além da concorrência com as indústrias das demais regiões, fatores internos contribuíram para o declínio da fábrica. A crise estrutural começou com desentendimentos internos

⁹⁴ Galindo, 2007.

⁹⁵ Galindo, 2007.

⁹⁶ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Banco do Nordeste do Brasil e Banco do Estado de Pernambuco, respectivamente.

da família Britto, resultado de dispersão e desinteresse. Assim, no final da década de 1960, a Peixe tornou-se propriedade da Brascan⁹⁷ e, posteriormente, foi revendida para o grupo Vigor⁹⁸. Outro fator agravante foi a própria geografia de Pesqueira, localizada no semiárido nordestino, tendo em vista que o município sempre sofreu com as chuvas irregulares e a pouca fecundidade do solo. Este último fator pouco afetou os terrenos da fábrica, graças aos conhecimentos de Dr. Moacyr, que também era engenheiro agrônomo e adotou um sistema de rotação de cultura, implantando um balanceamento de elementos para evitar a saturação do solo. Além disso, a monocultura começou a ser acometida por pragas, exigindo gastos vultosos para promover a sua erradicação. Em determinados períodos, a Peixe chegou a perder boa parte da sua colheita, gerando um grande prejuízo e endividamento com os bancos. Fatores como estes fizeram com que os dirigentes da Peixe fossem se desfazendo das demais fábricas do grupo Carlos de Britto.⁹⁹

Outro fator que levou a decadência do parque industrial local, foi o surgimento das novas fronteiras agroindustriais no Vale do São Francisco. Os investimentos transformaram a região em umas das áreas mais produtivas de Pernambuco, tornando Petrolina um polo agroindustrial. Dessa forma, Pesqueira não conseguiu competir com a alta produtividade da região do São Francisco, que segundo Galindo (2007), chegava a produzir 80 toneladas por hectare, enquanto Pesqueira produzia 25 toneladas por hectare.

A crise trouxe ainda uma instabilidade no emprego da mão-de-obra. A partir de 1950, a Peixe foi reduzindo as contratações e o número de assalariados foi decaindo. Dessa forma, houve um empobrecimento da classe operária, bem como nos empregos indiretos gerados pela indústria. A crise também podia ser vista nas instalações fabris e no maquinário, que passaram a ser negligenciados em seus reparos.

Em 1982, a produção da Peixe foi reduzida em 80% e cerca de 300 operários foram demitidos. A partir de 1985, as terras começaram a ser vendidas e em 1988 a produção foi mais uma vez reduzida. A última safra de tomate aconteceu entre 1995 e 1996, mesmo ano em que mais 250 operários foram demitidos. Em 1998, a fábrica foi adquirida pelo grupo *Cragnotti and Partners* e a unidade de Pesqueira teve suas atividades encerradas¹⁰⁰. Com o fechamento da

⁹⁷ Grupo canadense.

⁹⁸ Segundo Galindo (2007) foi a partir daí que a Peixe passou a restringir suas atividades ao fornecimento de produtos, que teriam acabamento industrial no Sudeste.

⁹⁹ Galindo, 2007.

¹⁰⁰ Martins, 2011.

Fábrica Peixe, em 1998, teve início o seu desmonte. Parte de seus maquinários foram transferidos para Nova Gloria-GO e a outra, segundo Martins (2011) foi subtraída por parte da população.

O conjunto industrial ficou desativado até o ano de 2007, quando foi proposto um novo uso para o local, que passou a abrigar a feira municipal em seu pátio. Outros usos também foram determinados, como o de casa de eventos, oficina de marcenaria, pequenas fábricas, escritórios, lojas, restaurantes, açougue público e uso institucional (Secretaria de Educação). A instalação de novos usos em 2007 exigiu algumas reformas, especialmente na rede elétrica e hidrossanitária. As configurações internas dos galpões foram alteradas e alguns dos bens móveis foram descartados. Segundo Martins (2011), as reformas foram realizadas sem planejamento, colocando o edifício em situação vulnerável.

Essas reformas, embora de pequeno porte, aos poucos começam a alterar a forma do edifício e colocá-lo em situação vulnerável, pois são feitas, em sua maior parte, sem qualquer planejamento visando apenas a resolução imediata de problemas (MARTINS, 2011, p. 138).

O Mapa 04 data de 2014 e mostra como os usos foram sendo dispostos no conjunto industrial da Fábrica Peixe após a sua desativação. Para os dias atuais, a única alteração feita foi no uso do palacete da família Britto (representado pela cor rosa). No mapa, o palacete ainda se encontra sem uso, porém desde 2015 funciona uma casa de festas.

Imagem 45 - Fábrica Peixe atualmente. Detalhe para abertura na fachada e esquadrias danificadas



Fonte: Laís Maciel, 2017.

A narrativa da trajetória da Fábrica Peixe apresentada até aqui serviu de embasamento para a identificação de treze atributos relacionados à fábrica, a saber: plantio e colheita do tomate; transporte do tomate; produtos Peixe; relação entre poderes políticos e econômicos; relação patrão e operário; lazer, festividades e dinâmica social; conjunto arquitetônico fabril; moradia do proprietário; estádio Joaquim de Britto; e campo de aviação. A Tabela 8 traz as dimensões de análises utilizadas nesta identificação, os atributos correspondentes a elas e os seus descritores, nos quais são pontuados os conteúdos observados em cada atributo.

Tabela 8 - Dimensões de análise e atributos relacionados

Dimensão de análise	Atributos identificados (Fábrica Peixe)	Descritores dos atributos	
		Primeira fase manufatureira	Segunda fase industrial
Tecnológica	Modo de produção	Lavagem manual Tachos a fogo cru	Mecanização (indústria artesanal): Primeiros motores, quebrador mecânico, despoldadeiras, primeiros tachos mecânicos, reclavadeiras manuais Mecanização (indústria): titânio, enchedeiras, reclavadeiras mecânicas
	Plantio e colheita do tomate	Matéria prima comprada a terceiros	Produção própria de matéria prima de forma extensiva
	Transporte do tomate	caminhões, bondes e trem	Caminhões, prioritamente
	Produtos Peixe	Goiabada	Abacaxi em calda; Azeitona; Bananada; Compota de marmelo; Caju em calda; Concentrado de Tomate; Doce de abacaxi, Doce de araçá; Doce de coco; Doce de leite. Extrato de tomate; Figada; Figo em calda; Geléia de goiaba; Geléia de Morango; Goiaba em calda; Goiabada branca; Goiabada cascão especial; Goiabada Talher; Guavajan; Ketchup; Laranjada; Massa de tomate; Marmelada branca, Molho de pimenta; Palmito em conserva; Pessegada, Pêssego em calda, Pickles; Suco de ameixa, goiaba, marmelo, pêssego, tomate.
Social	Relação patrão e operário	Presença no Poder Municipal, na Câmara Legislativa e influência política junto à governadores e deputados. Melhoramentos urbanos beneficiando a indústria	
	Relação entre poderes políticos e econômicos	Relação de poder e mandonismo “voto de cabresto” Poder aquisitivo concentrado: mercado interno atrofiado Jornada de trabalho chegava a 16h, 24h Assistência social: escolas e moradias Inexistência de luta de classes Boas relações com a sociedade em geral: vistos como provedores de emprego e do progresso local Fixação do trabalhador na propriedade rural Exploração do trabalhador rural: nenhum amparo legal, produtores dependentes da fábrica (única compradora da safra)	
	Lazer, festividades, dinâmica social	Alternativa de lazer (patrocinado pela fábrica): Futebol Construção da identidade local: influenciando o modo de vida da população Dinâmica social: Vai e vem do operariado e dos caminhões com produtos e matérias primas nas ruas, sirene	

Ambiental	Infraestrutura urbana	Adensamento construtivo acentuada: linhas de bonde, calçamento de ruas, iluminação pública, estação de trem, abastecimento de água Bairros proletários: aspecto semi-rural, precariedade sanitária Problema de escoamento descuido com os canais de escoação das caldas dos frutos
	Conjunto arquitetônico fabril	Galpão I Galpão II: depósito Portal de entrada Pontilhão Chaminé
	Vila operária	Casas de porta e janela
	Moradia dos proprietários	Chalé Palacete
	Estádio Joaquim de Britto	Campo de futebol
	Campo de aviação	Hangar

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A partir da descrição da trajetória da Fábrica Peixe, esta etapa da pesquisa possibilitou a identificação dos atributos relacionados à Fábrica descritos acima, seguindo as diretrizes propostas por Casanelles (2007). Acredita-se que deste modo os atributos identificados auxiliam no entendimento do bem em sua totalidade, abrangendo toda a sua lógica funcional e os impactos causados no seu entorno físico e social. Dessa forma, essa etapa da pesquisa subsidiou a elaboração do instrumento de consulta da significância da Fábrica Peixe, que teve como objetivo a identificação dos valores atribuídos a eles pelos atores sociais diretamente envolvidos com o bem a ser detalhado no Capítulo 4.

4.4 Considerações parciais

Este capítulo explorou a trajetória da Fábrica Peixe com o objetivo de identificar os seus atributos. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica e iconográfica, que permitiu um conhecimento preliminar do bem. Assim, para compreender a dimensão do complexo industrial da Fábrica Peixe, foi necessário situá-lo em seu contexto histórico e geográfico, que possibilitou

entender a singularidade do local por meio das relações complexas que se estabeleciam entre as vias de comunicação, os serviços e o comércio local.

A identificação dos atributos da Fábrica Peixe decorreu da compreensão do funcionamento do bem em análise e dos impactos causados por ele no seu entorno e na sociedade em que estava inserido, levando em consideração as suas diferentes etapas: instalação, consolidação, expansão e declínio. Como mostra o Gráfico 3, estes atributos passaram pelo filtro das três dimensões de análise defendidas por Casanelles (2007) como essenciais para a compreensão do bem industrial em sua complexidade, sendo elas: a dimensão tecnológica, a social e a ambiental¹⁰¹.

Gráfico 3 - Gráfico do sistema seguido para identificação dos atributos



Fonte: Elaboração própria, 2018.

O procedimento descrito acima pelo gráfico culminou na identificação de 13 (treze) atributos relacionados com a Fábrica Peixe, que servirão de base para atender a um processo de validação social por meio de uma ferramenta de consulta da significância. O objetivo da ferramenta será identificar com quais destes atributos os atores sociais mais se identificam e como eles os valoram. Todo o processo metodológico seguido para a construção e aplicação dessa ferramenta será exposto no próximo capítulo.

¹⁰¹ Para um entendimento mais detalhado, voltar ao Capítulo 2.

5 METODOLOGIA DA SIGNIFICÂNCIA

Este capítulo trata da metodologia que norteou a construção da ferramenta de consulta da significância cultural. Esta ferramenta foi utilizada com o intuito de gerar informações a respeito de como os atores sociais se identificam e valoram os atributos da Fábrica Peixe. Para tanto, a construção dela foi baseada na metodologia que vem sendo desenvolvida pelas professoras Flaviana Lira e Virginia Pontual, na disciplina de Planejamento Urbano e Regional do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE e nos princípios de Bauer e Gaskell (2015). Assim, ao longo do capítulo, serão apresentadas a estruturação da ferramenta de consulta, que teve como aporte teórico os Capítulos 2 e 3 desta pesquisa. Ainda serão apresentadas a escolha e a caracterização dos atores sociais consultados; além da metodologia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2008), utilizada como base para a interpretação dos resultados obtidos a partir da aplicação da ferramenta de consulta.

5.1 A ferramenta de consulta aos atores envolvidos: concepção

O procedimento de entrevistas pode ser aplicado de maneiras distintas. Pode ser baseado em entrevistas estruturadas, nas quais as perguntas são feitas previamente; de forma menos estruturada, em que há pouca interferência do pesquisador; ou semiestruturadas, com perguntas feitas de forma aberta, mas baseadas em um tema, possibilitando uma resposta mais livre.¹⁰² As entrevistas podem ainda ser de natureza qualitativa ou quantitativa, segundo Ribeiro (2011) a diferença entre esses dois tipos de investigação está na repetição das informações colhidas. Enquanto a quantitativa utiliza a repetição para reforçar a informação obtida, na qualitativa ela se torna necessária para alcançar um objetivo estabelecido.

A partir do momento em que a repetição aparece nas falas, a investigação termina, pois do que serve interrogar uma pessoa a mais se essa irá repetir o que já foi expresso por outras? Irá, portanto apenas reforça a informação captada. Porém, no caso da investigação qualitativa a repetição é necessária, pois é preciso interrogar o maior número de pessoas possível para se alcançar o resultado desejável. (RIBEIRO, 2011, p. 46)

¹⁰² Ribeiro (2011)

Dessa forma, nesta pesquisa, optou-se pela aplicação dos princípios de Bauer e Gaskell (2015), por meio dos quais os autores fazem referência às entrevistas do tipo qualitativa. Para eles, esse tipo de entrevista serve para “estabelecer ou descobrir que existem perspectivas; ou pontos de vista sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista” (ROBERT FARR, 1982 *apud* BAUER e GASKELL, 2015, p. 65).

A metodologia apresentada pelos autores está relacionada às entrevistas junto aos atores sociais e aparece dividida em três etapas: a elaboração de um tópico guia, no qual se define o que perguntar, expondo os conceitos e temas centrais da investigação; a escolha dos entrevistados, seguindo determinado perfil e os objetivos da investigação; e a transcrição das entrevistas.

Sendo assim, o instrumento de consulta utilizado nesta pesquisa foi elaborado mediante um tópico guia, que tinha como objetivo identificar com quais atributos da Fábrica Peixe os atores consultados mais se identificam e como eles valoram esses atributos. Para tanto, foram utilizados recursos imagéticos e verbais. A utilização dos recursos imagéticos vem sendo observada por importantes autores, como Medina Filho (2013) que disserta sobre os limites derivados do uso exclusivo da linguagem verbal na metodologia de pesquisa em ciências humanas, no seu artigo intitulado “Importância das imagens na metodologia de pesquisa em psicologia social”, no qual ele defende que as relações sociais se constituem dos resultados oriundos da associação da linguagem verbal e imagética. Baseado nisso, o autor defende a inserção sistemática de outros tipos de linguagem nas metodologias de pesquisas, em especial a expressão imagética. Para ele, essa expressão aliada à expressão verbal fornece uma maior riqueza das informações colhidas, aumentando a eficácia das pesquisas. Medina Filho (2013) ainda atenta para a questão de que não há um pensamento puramente verbal, mas sim, uma articulação entre os códigos de pensamento e de comunicação, o imagético e o verbal, sendo essas dimensões inseparáveis.

Assim, a imagem oferece uma infinidade de significados possíveis, enquanto o texto verbal associado a ela limita o significado. Por sua vez, o texto verbal sem a imagem também oferece um campo vasto de significações que acontecem “não somente pela ambiguidade constituinte dos signos verbais, mas também pela possibilidade que se tem de atribuir diferentes imagens a qualquer texto através do exercício de nossa fantasia e criatividade pessoal” (MEDINA FILHO, 2013, p. 264). Ademais, o autor disserta sobre essa relação entre imagens e palavras citando Penn (2012):

Esta questão realça uma diferença importante entre linguagem e imagens: a imagem é sempre polissêmica ou ambígua. É por isso que a maioria das imagens está acompanhada de algum tipo de texto: o texto tira a ambiguidade da imagem – uma relação que Barthes denomina de ancoragem, em contraste com a relação mais recíproca de revezamento, onde ambos, imagens e texto, contribuem para o sentido completo. As imagens diferem da linguagem de outra maneira importante para o semiólogo: tanto na linguagem escrita como na falada, os signos aparecem sequencialmente. Na imagem, contudo, os signos estão presentes simultaneamente. Suas relações sintagmáticas são espaciais e não temporais. (PENN, 2002, p. 322 *apud* MEDINA FILHO, 2013)

Dessa forma, atribuir palavras às imagens evita a polissemia e limita a possibilidade de significados que as imagens oferecem, é o que Penn denomina como “ancoragem”. Essas considerações atentam para a importância de se associar imagens às expressões verbais quando se pesquisa determinada representação social.

Reforçando o argumento de Penn, Medina Filho (2013) ressalta que esses recursos estão contidos no imaginário social. Ou seja, todo plano social, espacial e temporal compreende a dimensão imagética e simbólica de uma determinada cultura social. Segundo o autor, “É este imaginário social um importante componente do campo do compartilhamento comunicacional, onde se realiza a construção e a transformação das representações sociais.” (MEDINA FILHO, 2013, p. 266).

Somando ao que defende Medina Filho, Wagner *apud* Figueiredo (2001) afirma que uma representação não se limita a ser uma imagem estática de um objeto, ela representa também o comportamento e as práticas de um grupo social. Portanto, uma imagem corresponde a um conhecimento representado. Com isso, entende-se que desenvolver técnicas de coletas de informações imagéticas enriquece e tornam mais precisas as metodologias de trabalho. Aliar esses dois códigos possibilita uma análise mais precisa, refletindo em resultados mais aprimorados.

Considerando essas reflexões e seu rebatimento na pesquisa, foram utilizados como recursos imagéticos treze fotografias, cada uma delas aludindo a um dos treze atributos da Fábrica Peixe. Esses atributos foram selecionados a partir da análise da trajetória da Peixe e de acordo com as dimensões de análise apontadas por Casanelles (2007): a tecnológica, a social e a ambiental. Dessa forma, o procedimento de escolhas dos recursos imagéticos utilizados partiu de um universo de 174 fotos coletadas nos acervos visitados¹⁰³. Dentro desse universo, o critério de seleção utilizado procurou eleger as fotos que representassem mais fortemente os atributos, buscando

¹⁰³ Acervo da família Britto; acervo da família Martins; acervo do historiados Francisco Neves; e acervo da Fundação Zeferino Galvão.

seguir de forma precisa os seus descritores¹⁰⁴. Esse processo foi limitado pela existência e acesso às fontes iconográficas relacionadas a cada uma das dimensões de análise. Vale salientar que para aplicação da ferramenta de consulta optou-se por uma padronização das imagens, cuja impressão foi realizada em papel fotográfico, tamanho 15 x 21 cm, nas cores preto e branco. Além disso, todas as fotografias correspondiam ao período em que a Fábrica Peixe estava no auge do seu funcionamento.

Diante disso, a escolha das representações dos atributos da dimensão de análise tecnológica foi guiada pelo entendimento de que ela representa os atributos que remetem ao processo produtivo da Fábrica. Assim, 04 (quatro) fotografias foram selecionadas para representar os atributos “plantio e colheita do tomate”, “transporte do tomate”, “modo de produção” e “produtos Peixe”. A Imagem 47, retratando o atributo “plantio e colheita do tomate”, a escolha da fotografia buscou retratar o universo dos campos de plantação. Deste modo, é possível observar as paisagens formadas por estes campos, nas quais estavam inseridas as operárias colhendo os frutos e armazenando em cestos de palha. É possível ainda observar as vestimentas das funcionárias, que iam para os campos de vestidos, aventais e chapéus.

¹⁰⁴ Consultar Tabela 8 no Capítulo 3.

Imagem 46 - Operárias da Fábrica Peixe trabalhando na colheita do tomate



Fonte: Acervo da família Britto

Na sequência, para o atributo “transporte do tomate” buscou-se uma imagem que mostrasse como a matéria-prima era transportada do campo de plantação até a fábrica. A foto selecionada mostra que esse transporte era feito por caminhões, que eram carregados por caixotes de madeira onde eram armazenados os tomates colhidos. Na imagem 48, os caminhões aparecem enfileirados em uma estrada de terra no meio das plantações de tomate, observa-se ainda que em cada um deles há um trabalhador sentado em cima dos caixotes.

Imagem 47 - Fruto do tomate em caixotes, sendo transportados por caminhões no trajeto: campos de plantação - Fábrica Peixe



Fonte: Acervo da família Britto

Em seguida, a Imagem 49 traz a fotografia que retrata o atributo “modo de produção”, a escolha se deu pelo fato de a imagem conter, em um único, plano várias etapas da produção dos produtos Peixe, podendo observar-se a dinâmica estabelecida entre os funcionários e as tecnologias presentes. Portanto, a imagem representa o ambiente fabril em pleno funcionamento, da direita para esquerda percebe-se dois funcionários comandando as enchadeiras, máquina que enlatava o extrato de tomate; no centro da imagem estão as reclavadeiras, usadas para fechar as latas; e por fim, no canto esquerdo da imagem estão os tanques usados para o resfriamento das latas.

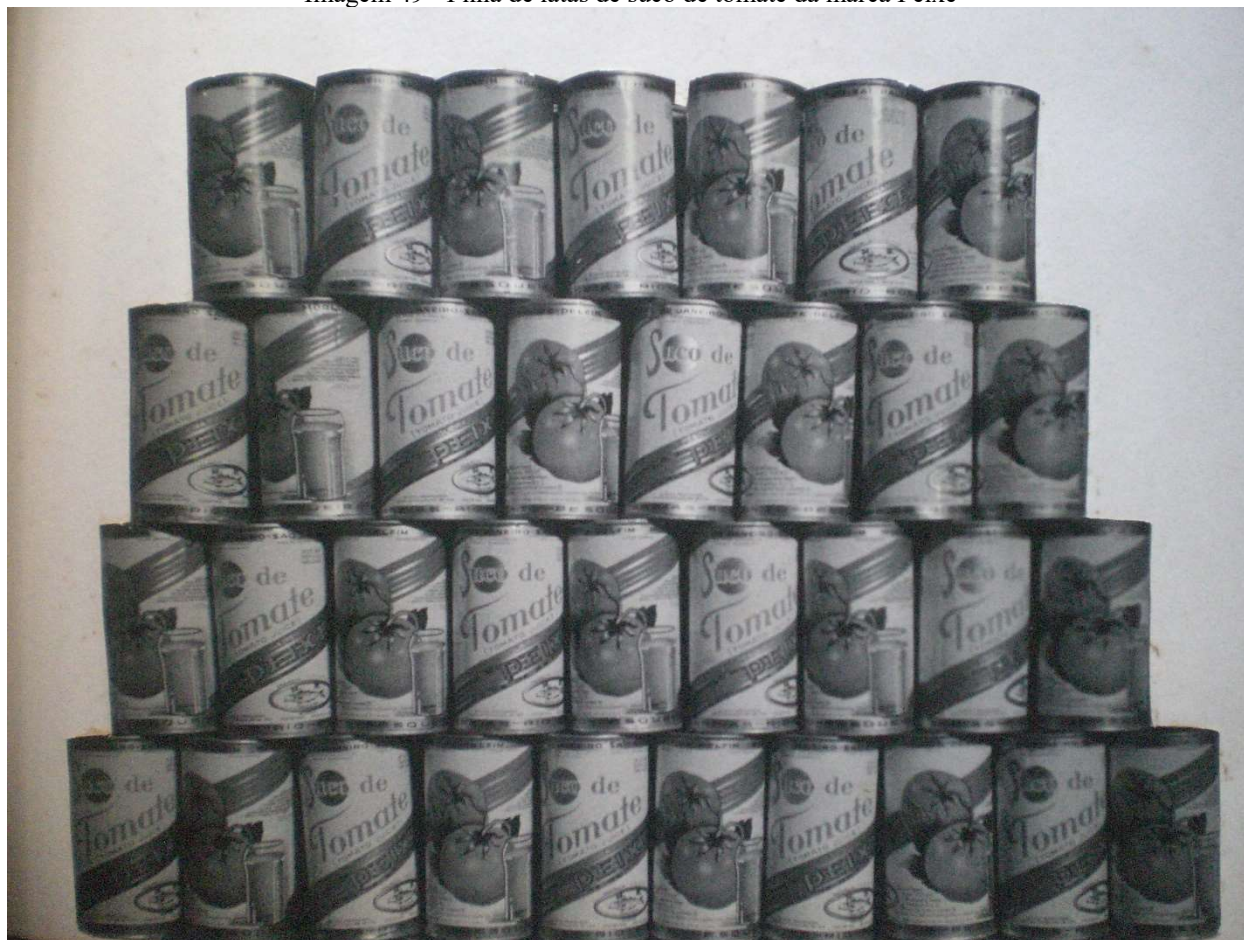
Imagem 48 - Processo de produção dos produtos Peixe: ao fundo (lado direito) as enchedeiras. No centro, as reclavadeiras. E do lado esquerdo, resfriamento das embalagens e encaixotamento



Fonte: Acervo da família Britto

Por fim, o último atributo da dimensão de análise tecnológica é o que representa os “produtos Peixe”. Sabe-se que na sua trajetória, a Peixe ficou marcada pelos doces, especialmente a goiabada, e pelos produtos derivados do tomate, sendo o mais popular o extrato. Diante da grande variedade dos produtos, a Imagem 50 foi a escolhida para representar o atributo por nela estar retratada uma pilha de latas de suco de tomate, nas quais pode-se ver explicitamente a figura de um tomate e a logomarca da Fábrica Peixe.

Imagem 49 - Pilha de latas de suco de tomate da marca Peixe



Fonte: Acervo da família Britto

As escolhas das fotografias dos atributos da dimensão de análise social foram pautadas pelo entendimento de que os atributos desta dimensão devem representar as relações entre patrão e operário, bem como as influências dos industriais junto aos Poderes Executivo e Legislativo e as dinâmicas sociais estabelecidas a partir da Fábrica. Entende-se a dificuldade de tornarem-se perceptíveis, por meio de imagens, a totalidade e a complexidade que envolvem todo o universo que compõe a dimensão de análise social, assim pretendeu-se ilustrar os pontos que melhor poderiam ser sintetizados por imagens. Dessa maneira, foram selecionadas 04 (quatro) fotografias que representassem os atributos: “relação patrão e operário”, “relação entre poderes políticos e econômicos” e “lazer, festividades, dinâmica social”.

Para retratar o atributo “relação patrão e operário”, buscou-se por algo que ilustrasse as diferenças que haviam entre as classes trabalhadoras, dessa forma fez-se necessário apresentar uma compilação de dois momentos distintos representando os meios de locomoção que cada classe poderia ter acesso. Assim, a Imagem 51 traz do lado esquerdo os dirigentes da Fábrica Peixe e

alguns dos funcionários do alto escalão no interior de um avião, enquanto que no lado direito, aparece uma fila de caminhões com suas carrocerias repletas de operários da Peixe. Não sabe-se ao certo se eles estavam sendo levados para votar em alguma eleição ou para algum evento patrocinado pela fábrica.

Imagem 50 - Proprietários e funcionários do alto escalão da Fábrica Peixe em viagem de avião e operários sendo transportados nas carrocerias dos caminhões. Sem datação



Fonte: Acervo da família Britto

Para o atributo “relação entre os poderes políticos e econômicos”, buscou-se por imagens que representassem a aproximação dos dirigentes das fábricas junto a representantes da classe política. Dessa forma, a Imagem 52 traz a fotografia selecionada para ilustrar este atributo, a foto foi tirada em uma visita aos campos de plantações de tomate da Fábrica Peixe, assim no primeiro plano estão os caixotes de tomate e no segundo plano, no canto esquerdo da foto, está Dr. Moacyr, sócio dirigente da Peixe, e ao seu lado, aparece o Governador Geral de Pernambuco, Cordeiro de Farias.

Imagem 51 - Dr. Moacyr (proprietário da Fábrica Peixe) junto ao Governador Geral de Pernambuco, Cordeiro de Farias, em visita aos campos de tomate em meados da década de 1950



Fonte: Acervo da família Britto

Já para o atributo “lazer, festividades, dinâmica social”, buscou-se por uma imagem que retratasse a inserção da Fábrica Peixe na vida social da cidade, portanto foi escolhida uma fotografia de um desfile cívico promovido pela Peixe em comemoração ao 7 de setembro. Dessa forma, na Imagem 53 aparecem as operárias fardadas com o uniforme da Fábrica, entre elas uma faixa com os dizeres: “Peixe saúda o dia da pátria”.

Imagem 52 - Operárias da Peixe participando de desfile cívico nas ruas de Pesqueira, sem datação



Fonte: Acervo família Britto

Por fim, para as fotografias que representaram os atributos da dimensão de análise ambiental, buscou-se por imagens que fizessem referência aos espaços físicos que compunham o conjunto fabril da Fábrica Peixe e os impactos provocados no seu entorno. Assim, foram selecionadas 08 (oito) fotografias para representar os atributos “infraestrutura urbana”, “conjunto arquitetônico fabril”, “vila operária”, “moradia dos proprietários”, “estádio Joaquim de Britto” e “campo de aviação”.

A imagem 54, retrata o atributo “infraestrutura urbana”, a escolha das fotografias buscou mostrar as mudanças na paisagem urbana que ocorreram em virtude da indústria. Assim, nela percebe-se do lado direito a principal rua que liga a Fábrica Peixe ao centro da cidade, a Rua 15 de Novembro¹⁰⁵ e a sua continuação, a Avenida Carlos de Britto, onde está situada a Peixe, detalhe para os postes de iluminação pública, as ruas com calçadas e um adensamento construtivo. Embora não tenha precisão na data das fotografias, a partir das características dos espaços físicos, presume-se que se trata de um período anterior à década de 1940.

¹⁰⁵ Atual Rua Dr. Lydio Paraíba.

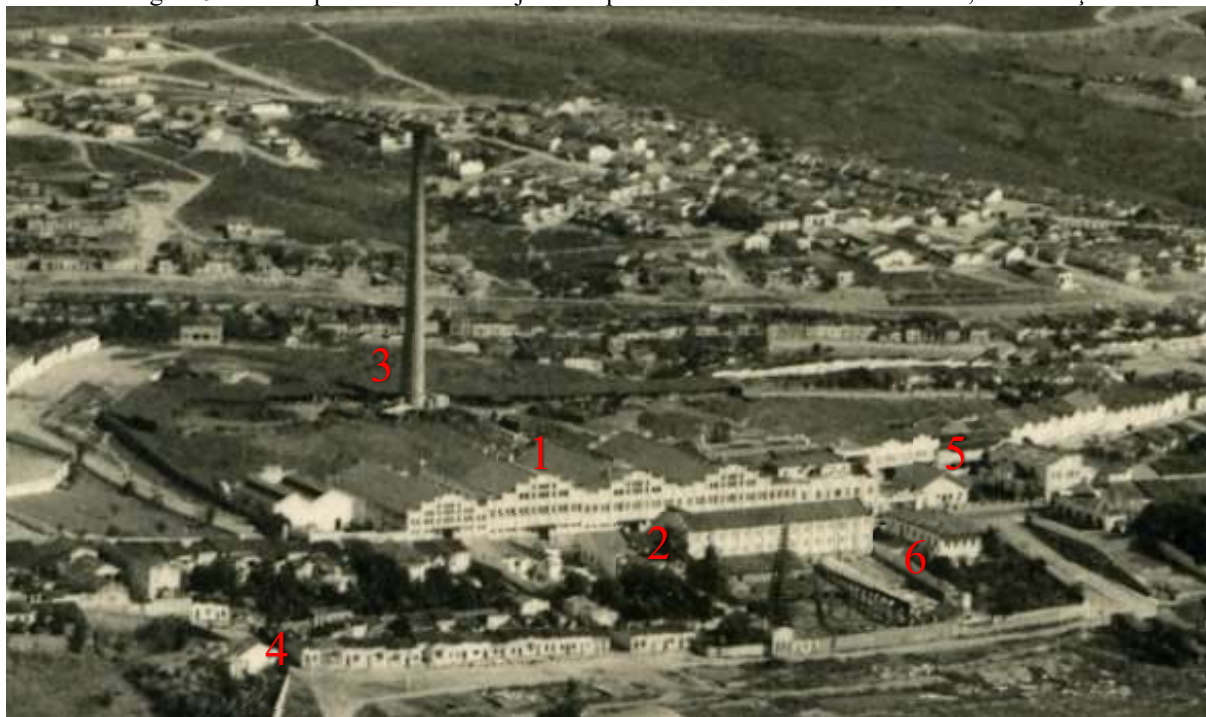
Imagem 53 - Av. Carlos de Britto (onde está localizada a fábrica) e a sua continuação, a Rua 15 de Novembro - principal ligação entre o centro de Pesqueira e a Fábrica Peixe. Na imagem, a Peixe aparece antes das reformas sofridas na década de 1940. Detalhe para o casario, a presença de iluminação pública e calçadas



Fonte: Acervo família Martins

Para o atributo “conjunto arquitetônico fabril” foi escolhida uma imagem na qual se tem uma vista panorâmica da Fábrica, o que tornou possível a apreensão de todo o conjunto edificado da Peixe. Dessa forma, a Imagem 55 retrata os galpões que abrigavam a produção fabril (1), assim como o galpão menor o qual era utilizado para armazenamento dos produtos (2) e a chaminé da fábrica (3). Ainda é possível ver uma das vilas operárias urbanas (4), o chalé (5) e o palacete da família Britto (6).

Imagem 54 - Vista panorâmica do conjunto arquitetônico fabril da Fábrica Peixe, sem datação



Fonte: Acervo família Martins

Quanto ao atributo “vila operária”, a única fotografia encontrada das moradias dos operários na zona urbana foi justamente a imagem apresentada anteriormente (Imagem 53), na qual se vê as casas nas imediações da Fábrica Peixe, porém não trata-se de uma foto nítida. Dessa forma, a Imagem 56 foi a escolhida para representar este atributo, nela estão retratadas as casas erguidas pros operários da Peixe na zona rural, em uma região conhecida por Roçadinho. Nota-se que eram casas construídas em séries com uma arquitetura simples de porta e janela e telhado de duas águas em telha canal.

Imagem 55 - Moradia dos operários da Fábrica Peixe, localizadas em Roçadinho (zona rural de Pesqueira), sem datação



Fonte: Acervo família Britto

Para o atributo “moradia do proprietário” buscou-se fotografias que mostrassem a forma como os industriais moravam. Assim, a Imagem 57 traz as duas residências pertencentes aos proprietários da Fábrica Peixe da primeira e segunda geração, no lado esquerdo está o Chalé que pertenceu a Carlos de Britto e no lado direito está o palacete Manoel Caetano de Britto. Sabe-se que houve mais dirigentes, entretanto foram essas duas casas que tiveram a imagem atrelada

diretamente à Peixe, talvez por sua monumentalidade e/ou por estarem localizadas ao lado dos galpões onde funcionaram as atividades fabris.

Imagem 56 - Chale e palacete que serviram de moradia para alguns dos proprietários da Fábrica Peixe, sem datação



Fonte: Acervo Fundação Zeferino Galvão e www.pesqueirahistorica.com. Acesso: jan/2018.

Já a Imagem 58 traz o campo utilizado pelos operários da Fábrica Peixe para as partidas de futebol, correspondente ao atributo “Estádio Joaquim de Britto”. A foto selecionada é posterior à década de 1950 e mostra que se tratava de um campo simples, sem uma infraestrutura adequada, o que leva a crer que ali só ocorriam partidas amadoras. Na foto ainda é possível notar a proximidade do campo com uma das vilas operárias da Fábrica Peixe.

Imagem 57 - Campo de futebol doado pelos proprietários da Peixe para a realização de jogos de futebol. Posteriormente, o campo deu origem ao Estádio Joaquim de Britto. Detalhe para a vila operária. Sem datação



Fonte: Acervo família Martins

Por fim, o último atributo da dimensão de análise ambiental foi o “campo de aviação”, representado pela Imagem 59, na qual aparece o hangar, uma aeronave de grande porte e algumas pessoas ao seu redor. Como os proprietários da Peixe só possuíam um avião de pequeno porte, a aeronave que aparece na fotografia estava vindo de outra localidade e provavelmente trazia visitantes.

Imagem 58 - População recepcionando voo no campo de aviação da Fábrica Peixe. Ao fundo o hangar. Sem datação



Fonte: Acervo família Britto

Dessa forma, os recursos imagéticos foram representados pelas fotos dos atributos identificados na Fábrica Peixe. Enquanto os recursos verbais, a sua vez, foram representados pelos descritores vinculados às imagens; e os quatro valores em potencial, sendo eles: valor arquitetônico, valor social, valor histórico e valor técnico-científico. Estes valores foram identificados a partir dos autores e cartas patrimoniais que tratam da temática industrial, sendo eles: Casanelles (2007), Bergeron (2003), Carta de Nizhny Tagil (2003) e os Princípios de Dublin (2011). A conceituação de cada um desses valores, como previamente explicitado, foi formulada a partir da elaboração de teóricos da conservação: Riegl (2014), Carta de Burra (1999), Lacerda (2012) e Mason (2012).¹⁰⁶

Assim, uma das etapas do instrumento de consulta consistia em solicitar aos atores consultados que fosse vinculado os recursos verbais (valores) aos recursos imagéticos (imagens dos atributos). O modelo de instrumento de consulta estava disposto em quatro etapas distintas¹⁰⁷: i) explicação do universo da pesquisa; ii) ordenamento dos atributos a partir do nível de identificação do respondente com cada um deles; iii) fala livre sobre os cinco atributos com os quais o respondente explicitou ter maior identificação; e iv) atribuição dos valores previamente explicitados aos atributos.

Quanto à aplicação do instrumento, ressalta-se que o acesso ao preenchimento do modelo de instrumento de consulta era restrito a quem estava aplicando. O respondente interagiu apenas com o material que era apresentado: as fotos que representavam os atributos (recurso imagético) e as placas indicando os valores (recurso verbal). Na primeira etapa da dinâmica, era explicado de forma sintética o universo e o objetivo da pesquisa em andamento. Em seguida, as treze fotografias¹⁰⁸, representando os atributos selecionados na Fábrica Peixe, eram expostas diante do entrevistado de forma imparcial. Após o entrevistado observar cada uma das fotos, dava-se início à segunda etapa do instrumento de consulta.

Na segunda etapa (Tabela 9), o entrevistado deveria colocar em ordem decrescente as fotos/atributos com os quais ele possuía maior identidade. De acordo com a matriz utilizada, a posição de cada foto/atributo estava vinculada a uma pontuação. Assim, cada atributo era classificado no intervalo 1 a 13, sendo 1º aquele cujo respondente tinha maior identidade e o 13º

¹⁰⁶ Para melhor compreensão, voltar ao capítulo 2.

¹⁰⁷ Esse modelo está baseado na metodologia que vem sendo desenvolvida pelas professoras Flaviana Lira e Virginia Pontual na disciplina de Planejamento Urbano e Regional do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

¹⁰⁸ Impressas em papel fotográfico, formato 10x15 cm, preto e branco.

aquele com menor identidade. Para tornar possível a construção dos gráficos, foi seguida uma lógica inversa a da classificação. Ou seja, ao primeiro colocado foi determinado a pontuação de 13 pontos na tabela matriz, enquanto o último colocado ficou com 1 ponto. Dessa forma, os atributos com maior pontuação eram aqueles com os quais os respondentes tinham maior identidade.

Tabela 9 - Segunda etapa do instrumento de consulta aplicados junto aos agentes sociais

CONSULTA SOBRE A SIGNIFICANCIA CULTURAL DO CONJUNTO INDUSTRIAL DA FÁBRICA PEIXE – PESQUEIRA/PE	
FICHA 01	
NOME:	
CATEGORIA:	
COM QUAIS DESSES BENS VOCÊ TEM MAIOR IDENTIDADE?	
[ordene por importância decrescente - do mais para o menos importante].	
1 –	
2 –	
3 –	
4 –	
5 –	
6 –	
7 –	
8 –	
9 –	
10 –	
11 –	
12 –	
13 –	

Fonte: Modelo baseado na metodologia que vem sendo desenvolvida pelas professoras Flaviana Lira e Virginia Pontual na disciplina de Planejamento Urbano e Regional do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

Já a terceira etapa (Tabela 10), tinha como objetivo ampliar o acesso ao entendimento do sujeito sobre o bem. Dessa forma, o respondente deveria proferir uma breve frase para os cinco primeiros atributos selecionados por ele. Esse depoimento auxiliou a interpretação das respostas dadas à etapa anterior. Dessa forma, foi dado ao sujeito uma voz mais acentuada sob o ponto de vista da construção da significância do bem. Com isso, ainda que a entrevista estivesse sendo orientada por um tópico guia, ela possibilitava ao entrevistado dar respostas livres, utilizando-se dos seus próprios meios de expressão para comunicar o seu juízo de valor e descrever suas memórias relacionadas aos acontecimentos e práticas do que vivenciara com relação ao atributo.

Tabela 10 - Terceira etapa do instrumento de consulta aplicados junto aos agentes sociais

CONSULTA SOBRE A SIGNIFICANCIA CULTURAL DO CONJUNTO INDUSTRIAL DA FÁBRICA PEIXE – PESQUEIRA/PE
FICHA 03
NOME:
CATEGORIA:
DIGA UMA BREVE FRASE QUE EXPRESSE O SIGNIFICADO DE CADA BEM

Fonte: Modelo baseado na metodologia que vem sendo desenvolvida pelas professoras Flaviana Lira e Virginia Pontual, na disciplina de Planejamento Urbano e Regional do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE

Na quarta etapa (Tabela 11), o respondente deveria atribuir valores a cada um dos treze atributos. Assim, ele deveria associar ou não as fotos/atributos aos valores apresentados, de acordo com a sua percepção. Era explicitado que poderia ser associado um, ou mais de um valor, todos, ou mesmo nenhum valor. No final, a compilação das respostas de todos os respondentes indicaria os valores expressados por aquele atributo e a ordem de importância de cada valor.

Tabela 11 - Quarta etapa do instrumento de consulta aplicados junto aos agentes sociais

CONSULTA SOBRE A SIGNIFICANCIA CULTURAL DO CONJUNTO INDUSTRIAL DA FÁBRICA PEIXE – PESQUEIRA/PE					
FICHA 02					
NOME:					
CATEGORIA:					
ASSOCIE A CADA UM DOS BENS OS VALORES CONSTANTES NOS CARTÕES					
BENS	ARQUITETÔNICO	SOCIAL	TECNICO-CIENTÍFICO	HISTÓRICO	NENHUM
VALORES					
[A] modo de produção					
[B] produção e colheita do tomate					
[C] transporte do tomate					
[D] produtos peixe					
[E] relação entre poderes políticos e econômicos					
[F] relação patrão e operário					
[G] lazer, festividades e dinâmica social					
[H] infraestrutura urbana					
[I] conjunto arquitetônico fabril					
[J] moradia do proprietário					
[K] vila operária					
[L] estádio joaquim de britto					
[M] campo de aviação					

Fonte: Modelo baseado na metodologia que vem sendo desenvolvida pelas professoras Flaviana Lira e Virginia Pontual, na disciplina de Planejamento Urbano e Regional do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE

Vale salientar que, para a realização da quarta etapa do instrumento de consulta, foram expostos os entendimentos tomados para os valores que ali estavam sendo expostos: arquitetônico, social, técnico-científico e histórico, conforme a Tabela 12 que se segue:

Tabela 12 - Valores Industriais

	Valor	Significados
Valores indicados	Histórico	Vestígios do passado dotados de singularidade; Etapas marcantes da evolução da atividade humana; Testemunhos de uma época.
	Social	Sentimento identitário; Parte do registro da vida dos homens e mulheres; Laços emocionais da sociedade para com objetos e sítios; Tradição, continuidade, comemoração, sentimento, espiritualidade.
	Técnico-científico	Processos, métodos, técnicas e saberes desenvolvidos.
	Arquitetônico	Qualidade da arquitetura, design ou concepção; Aspectos de percepção sensorial; Concepção e evolução de um edifício.

Fonte: Elaboração própria, 2018

Logo, os entendimentos aqui apresentados somados ao aporte teórico trazido pelos capítulos 2 e 3 possibilitaram a construção de uma ferramenta de consulta com o objetivo de apreender os significados e os valores do objeto em estudo. Contudo, para que a ferramenta alcance os objetivos desejados é necessário que ela seja aplicada junto a um conjunto de atores sociais envolvidos com o bem. Assim, o próximo item irá expor os métodos utilizados para a escolha dos atores sociais e como eles foram categorizados.

5.2 Os atores sociais

Os atores sociais são aquelas pessoas que são afetadas pelo bem patrimonial e pelos seus significados¹⁰⁹, sendo que estas relações são variáveis e mudam de acordo com o grau de envolvimento sujeito-objeto. Em relação à quantidade de atores consultados, Gaskell (2015) afirma que esse número é definido de acordo com a natureza do assunto a ser analisado e dos recursos disponíveis, sendo, portanto, um fator variável. Entretanto, o autor defende que há duas considerações gerais que guiam essa decisão: há um número limitado de versões da realidade; e deve ser considerado o tamanho do *corpus* do texto. Então, o autor acredita que ainda que as experiências pareçam únicas para um indivíduo, elas são frutos de processos sociais, o que faz com que interpretações de um tema de interesse comum ou de pessoas em um meio social específico sejam compartilhadas.

¹⁰⁹ Hidaka (2012)

Em relação ao tamanho do *corpus* a ser analisado, Gaskell (2015) afirma que a transcrição de uma entrevista pode ter até 15 páginas, fazendo com que em 20 entrevistas haja 300 páginas de *corpus*, o que dificultaria a análise do conteúdo. Isto porque, para ir além da seleção superficial, é necessário que o entrevistador possa rememorar o contexto em que se deu a entrevista, tendo em vista que há uma perda de informações do relatório escrito. Assim, para Gaskell (2015) o limite máximo ao número de entrevistas que é necessário realizar fica entre 15 e 25 entrevistas individuais para cada pesquisador. Entretanto, considerando as particularidades desta pesquisa, o modelo de instrumento de consulta elaborado e a limitação de cinco falas curtas para cada respondente, foram selecionados 30 agentes a serem consultados¹¹⁰, divididos em seis categorias de atores sociais, sendo elas: residentes, especialistas, gestores, agentes ligados diretamente à Fábrica e visitantes. Estas categorias tiveram como base as indicadas por Hidaka (2012), que agrupa os atores sociais em quatro categorias:

1. **ESPECIALISTAS:** essa categoria pode ser dividida entre especialistas locais e especialistas externos. Os primeiros são aqueles que possuem conhecimento específico sobre o lugar, enquanto os segundos são aqueles que possuem um conhecimento global sobre a conservação e trabalham em instituições de acautelamento e salvaguarda. Assim, os especialistas são aqueles “com autoridade sobre o patrimônio, devido às: relações de curadoria, contribuições para o seu significado e sua capacidade de intervir sobre atributos materiais e não materiais” (HIDAKA, 2012, p. 131). Nessa categoria também se encontram os gestores envolvidos com a conservação patrimonial;
2. **RESIDENTES:** são aqueles que possuem uma estreita ligação com a localidade, especialmente os mais antigos. São eles que possuem uma interferência direta no local, buscando (ou não) a conservação das suas propriedades;
3. **GRUPOS DE REFERÊNCIA CULTURAL:** esses grupos atribuem significados e são defensores dos locais onde vivem, trabalham e realizam seus rituais;
4. **VISITANTES:** são aquelas pessoas que buscam lugares com objetivo de obter novas experiências e significados para as suas vidas.

¹¹⁰ Além dos 30 respondentes, houve ainda a realização de três entrevistas para testar o método de aplicação do instrumento de consulta e verificar possíveis adaptações.

Entendendo que o caminho para seleção dos atores consultados varia de contexto para contexto, algumas adaptações foram necessárias para atender o objetivo do instrumento de consulta. Assim, optou-se pela separação dos grupos de gestores e especialistas, pela supressão do grupo de referência cultural e pelo acréscimo do grupo de agentes ligados à Fábrica Peixe. Essas decisões foram tomadas levando em consideração que, no caso específico desta pesquisa, os especialistas e gestores possuem naturezas distintas, uma vez que os gestores aqui consultados não são partes constituintes de um órgão direcionado à preservação de bens culturais, além de não possuírem formação técnica. Quanto aos “grupos de referência cultural”, não foram identificados atores que se encaixassem na categoria na realidade local. Por fim, a especificidade do bem exigia uma categoria que compreendesse o universo da produção fabril, daí surgiu o grupo de agentes ligados à fábrica.

A primeira categoria (G1), a dos residentes, foi estabelecida a partir de dois critérios: a idade e a espacialidade. Assim, foi analisado um intervalo etário entre 20 e 80 anos e um intervalo geográfico, contendo a sede urbana e a zona rural. O intervalo de idades foi definido levando em consideração o intervalo de tempo em que a Fábrica Peixe esteve em funcionamento, bem como o período após o encerramento de suas atividades. À vista disso, foi possível comparar os significados que permaneceram na memória daqueles que foram contemporâneos à Fábrica e daqueles que foram passados para gerações posteriores. Enquanto a espacialidade foi definida levando em consideração a logística produtiva da fábrica. Ou seja, buscou-se compreender as lembranças daqueles que estavam na zona rural junto às plantações de tomates (produção de matéria prima), bem como daqueles que residiam nas imediações da Fábrica.

A segunda categoria (G2) foi formada pelos agentes ligados diretamente à Fábrica. Ou seja, são as pessoas que trabalharam na fábrica e os familiares dos industriais. Optou-se por ouvir aqueles que trabalharam na Peixe no período de consolidação e aqueles que acompanharam o seu declínio. Também buscou-se selecionar agentes dos diversos setores da Peixe. Assim, foram ouvidos operários que manuseavam as máquinas, mecânicos das oficinas da Fábrica, funcionários da contabilidade e do setor educacional.

Vale salientar que, devido à forte atuação econômica que a Peixe exerceu no município de Pesqueira ao longo de um século, é difícil encontrar moradores da época que não tiveram algum tipo de vínculo empregatício com a Fábrica. Dessa maneira, em alguns casos, as categorias G1(residentes) e G2 (agentes ligados diretamente à fábrica) estão fortemente vinculadas.

Na terceira categoria (G3), formada por especialistas – foram consultados técnicos envolvidos com o objeto, bem como técnicos externos. Assim, foram ouvidos arquitetos e urbanistas de instituições que trabalham com a preservação, como o Iphan e a Fundarpe e arquitetos locais engajados na mesma temática. O instrumento ainda foi aplicado junto aos historiadores locais.

Na quarta categoria (G4), gestores, foram consultados os gestores do município. Como em Pesqueira não há nenhum órgão específico voltado à preservação dos bens culturais, foram ouvidos representantes do governo local, como Prefeita, Secretário de Turismo e Cultura e Agente de Turismo municipal, com a finalidade de entender como esses atores compreendem o bem em estudo.

A quinta categoria (G5), visitantes, foi formada por aqueles que não residem no município e não possuem ligações diretas com o objeto em análise. A Tabela 13 a seguir descreve os grupos de atores sociais:

Tabela 13 - Atores sociais selecionados

G01 - Residentes	G02 – Agentes ligadas diretamente à fábrica	G03 – Especialistas	G04 - Gestores	G05 – Visitantes
Residente ($x > 80$)	Ex-operário 1 (segunda metade do século XX)	Especialista externo (técnico do Iphan)	Prefeita	Visitante
Residente ($x > 70$)	Ex-operário 2 (segunda metade do século XX)	Especialista externo (técnico da Fundarpe)	Secretário de Turismo e Cultura	Visitante
Residente ($x > 60$)	Ex-operário 1 (primeira metade do século XX)	Especialista local (arquiteto)	Agente de turismo municipal	Visitante
Residente ($50 < x < 60$)	Ex-operário 2 (primeira metade do século XX)	Especialista (professor de história - IFPE)		Visitante
Residente ($40 < x < 50$)	Ex-funcionário 1 (segunda metade do século XX)	Especialista (historiador)		
Residente ($30 < x < 40$)	Ex-funcionário 2 (segunda metade do século XX)			
Residente ($20 < x < 30$)	Família de industrial (Peixe)			
Residente ($x < 20$)	Família de industrial (Peixe)			
Residente da zona urbana				
Residente da zona rural				

Fonte: Elaboração própria, 2018

Dessa forma, após a escolha dos atores sociais envolvidos com o bem, foi possível aplicar a ferramenta de consulta aqui apresentada, objetivando coletar dados sobre o processo de valoração de cada atributo identificado na Fábrica Peixe. O método adotado para o tratamento dos dados coletados foi a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2008) e será exposto no tópico seguinte.

5.3 Método de análise

Para processar os dados coletados por meio da ferramenta de consulta apresentada, foi adotado o método apresentado por Bardin (2008), em seu livro intitulado *Análise de Conteúdo*. A autora define o método de análise de conteúdo como sendo uma ferramenta de abordagem qualitativa, que necessita de dados quantitativos para ser realizada. Para a autora, a análise de conteúdo (AC) é estabelecida por um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a diferentes discursos e contextos¹¹¹ e deve ter como ponto de partida uma organização dos dados a serem analisados. Em seu livro, a autora apresenta os critérios de organização de uma análise, dispostos em três etapas cronológicas: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação).

Na etapa da pré-análise é quando ocorre a organização das ideias e dos objetivos da análise, para tanto é necessário realizar alguns procedimentos operacionais, como o levantamento e coleta de documentos a serem analisados, formulação de hipóteses e objetivos da investigação e elaboração de indicadores que fundamentarão as considerações finais. Esses procedimentos estão interligados e dependem um do outro, ou seja, para se escolher os documentos, é necessário estabelecer o objetivo, ao mesmo tempo em que só se consegue alcançar os objetivos diante da escolha correta dos documentos.

Dessa forma, esta primeira etapa de pré-análise permite a realização das demais. Já a segunda etapa – exploração do material – só tem início após a finalização da primeira etapa e corresponde à análise propriamente dita dos documentos colhidos anteriormente. Por isso, é nesta etapa que as decisões traçadas na pré-análise são postas em prática. Enquanto que a terceira e última fase, é quando são apresentados os resultados obtidos a partir da análise realizada, podendo isso acontecer por meio de quadros de resultados, figuras ou diagramas. Assim, apreende-se que o método de análise de conteúdo examina de forma sistemática e objetiva os dados obtidos por meio de diversos documentos, entrevistas ou instrumentos de consulta.

Por conseguinte, a análise de conteúdo se apresenta como sendo um instrumento importante para a verificação das informações levantadas pelas consultas a respeito da significância do objeto de estudo realizadas nesta pesquisa. Ainda segundo Bardin (2008), a AC aborda um conjunto de procedimentos metodológicos, que são definidos de acordo com o tipo de

¹¹¹ Segundo Hidaka (2012) serve tanto para fins exploratórios quanto para de verificação.

material de análise e dos objetivos traçados. Por essa razão, foram adotados dois procedimentos metodológicos para realização da análise de conteúdo: a utilização da ferramenta de consulta aqui apresentada e os gráficos provenientes das consultas.

Diante do exposto, a pesquisa seguiu as etapas recomendadas por Bardin (2008) para realização da análise de conteúdo. Na pré-análise foi traçado o objetivo de coletar informações a respeito dos significados e valores dos atributos identificados na Fábrica Peixe e organizado o material que estruturou a ferramenta de consulta construída para se alcançar este objetivo.

Quanto à etapa de exploração das informações levantadas, ela foi feita por meio da aplicação do instrumento de consulta. A opção metodológica adotada para a pesquisa buscou associar as imagens referentes à Fábrica Peixe aos discursos verbais dos sujeitos da pesquisa, entendendo que “um complexo de imagens reproduz visivelmente um complexo de ideias” (MOSCOVICI, 2003, p. 72 *apud* MEDINA FILHO). Neste ponto, o desafio que se estabelece é voltado à transformação dos dados qualitativos em quantitativos na perspectiva de obter-se uma informação objetiva para verificar o entendimento do processo de valoração de um bem cultural.

Segundo Lira (2010), o que se denomina por juízo quantificado trata justamente da associação de uma escala quantitativa a um julgamento qualitativo. Dessa maneira, um julgamento qualitativo é passível de ser associado a uma escala quantitativa, transformando-o em um juízo quantificado por meio de atribuições de notas. Dessa maneira, o instrumento de consulta utilizado permite submeter os atributos da Fábrica Peixe à valoração por parte dos atores sociais consultados. A tradução desse processo de valoração, ou desse juízo qualitativo, em dados quantitativos foi feita por meio da atribuição de notas para cada atributo e de pontos indicando os valores a partir das respostas obtidas. Essa tradução do qualitativo para o quantitativo permitiu que uma avaliação subjetiva cedesse lugar a dados que podem ser consolidados como uma série, que permite uma avaliação do momento e, se repetido o procedimento no futuro, a comparação entre dois momentos.

Já na etapa de tratamento das informações foram expostos quadros que os condensam e expõem as informações fornecidas pela análise de conteúdo. Dessa forma, foi possível visualizar os significados transmitidos pelo bem, levando em consideração a ordem de identificação dos atores com os atributos e os valores a eles atribuídos. Com os dados coletados, foi possível fazer diferentes leituras, por exemplo, como esses dados se comportaram em uma visão global, em outra

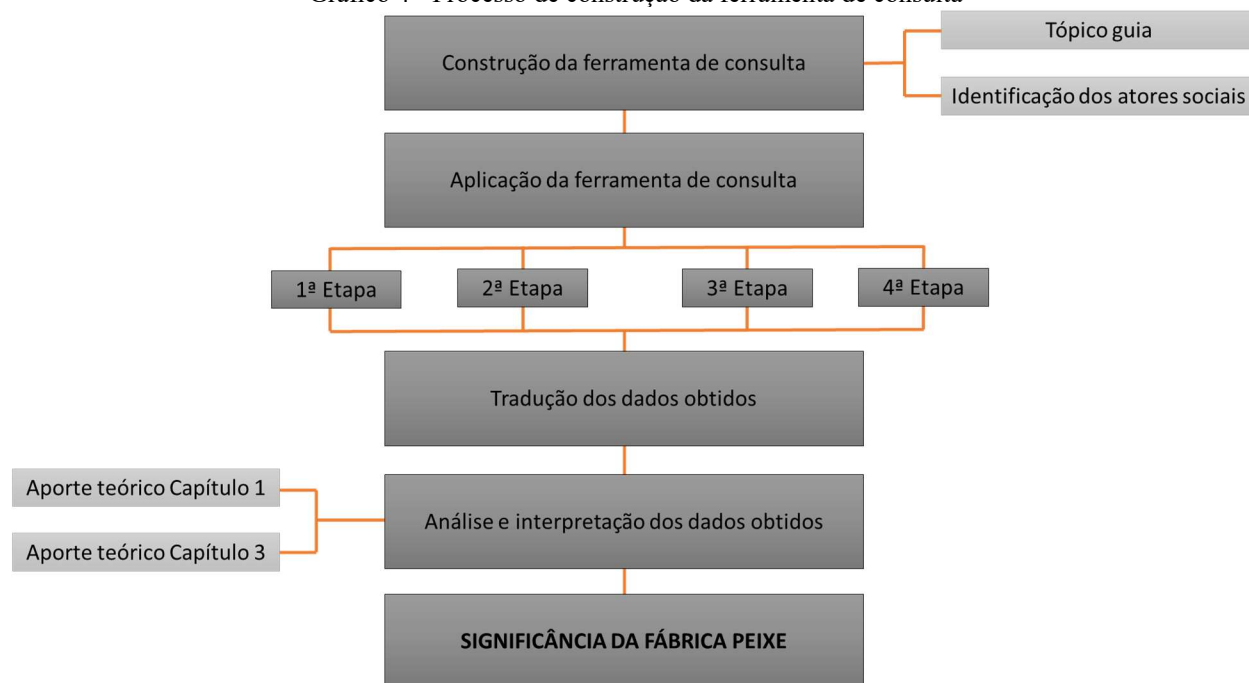
focada nos grupos sociais e uma terceira voltada para cada bem de forma individual. A análise e interpretação dos resultados é objeto do Capítulo 5.

5.4 Considerações parciais

Este capítulo objetivou esclarecer a metodologia adotada para o alcance do objetivo central do trabalho: compreender por meio de uma ferramenta de consulta quais são os valores e significados do conjunto fabril da Fábrica Peixe. Para tanto, em um primeiro momento foi apresentada como se deu a concepção da ferramenta de consulta dos atores envolvidos, a qual utilizou recursos imagéticos e verbais para se obter os resultados esperados. Assim, foram expostas as fotografias selecionadas a partir dos atributos da Fábrica Peixe identificados no Capítulo 3, a escolha das imagens procurou atender aos descritores de cada atributo da forma mais precisa possível. Por sua vez, os valores identificados no Capítulo 2 como sendo os valores representativos do patrimônio industrial constituíram os recursos verbais do instrumento de consulta, junto aos descritores das imagens.

A partir da metodologia apresentada foi possível construir uma ferramenta de consulta dos atores envolvidos, que estava dividida em quatro etapas: explicação do universo da pesquisa; ordenamento dos atributos a partir do nível de identificação; fala livre sobre os cinco atributos com os quais o respondente explicitou ter maior identificação; e atribuição dos valores aos atributos. Em um segundo momento, foi apresentada a metodologia que permitiu a identificação dos 35 (trinta e cinco) agentes sociais, seguindo as recomendações de Gaskell (2005), bem como a natureza do objeto analisado. Enquanto a divisão dos agentes em categorias de atores sociais teve como base as apresentadas por Hidaka (2012) e resultaram em seis categorias, sendo elas: residentes, especialistas, gestores, agentes ligados diretamente à fábrica e visitantes. As informações coletadas foram analisadas a partir do método de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2008). O Gráfico 4 a seguir mostra o processo de construção da ferramenta de consulta que possibilitou a coleta das informações quanto ao processo de valoração dos atributos.

Gráfico 4 - Processo de construção da ferramenta de consulta



Fonte: Elaboração própria, 2018

Assim, por meio desta ferramenta foi possível coletar as informações correspondentes ao processo de valoração de cada atributo identificado. Os resultados deste procedimento foram dados qualitativos, que foram transformados em quantitativos por meio da atribuição de notas, possibilitando que uma avaliação subjetiva fosse traduzida para algo objetivo. Esses dados possibilitaram a geração de dados gráficos, produzidos com o objetivo de identificar as relações entre atributos e valores, que serão apresentados e analisados no Capítulo 5.

6 APLICAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão expostos os resultados obtidos a partir do tratamento das informações coletadas por meio da aplicação da ferramenta de consulta da significância junto aos atores sociais. Os resultados mostram como os agentes consultados se identificam e atribuem valor a cada um dos treze atributos identificados na Fábrica Peixe e estão expressos em quadros e gráficos, apresentados em duas etapas. Na primeira etapa, são expostos os gráficos globais do grau de identificação, do número de vezes que cada valor foi atribuído e como esses valores se comportaram no universo de cada categoria de atores sociais, além do somatório dos valores atribuídos a cada atributo.

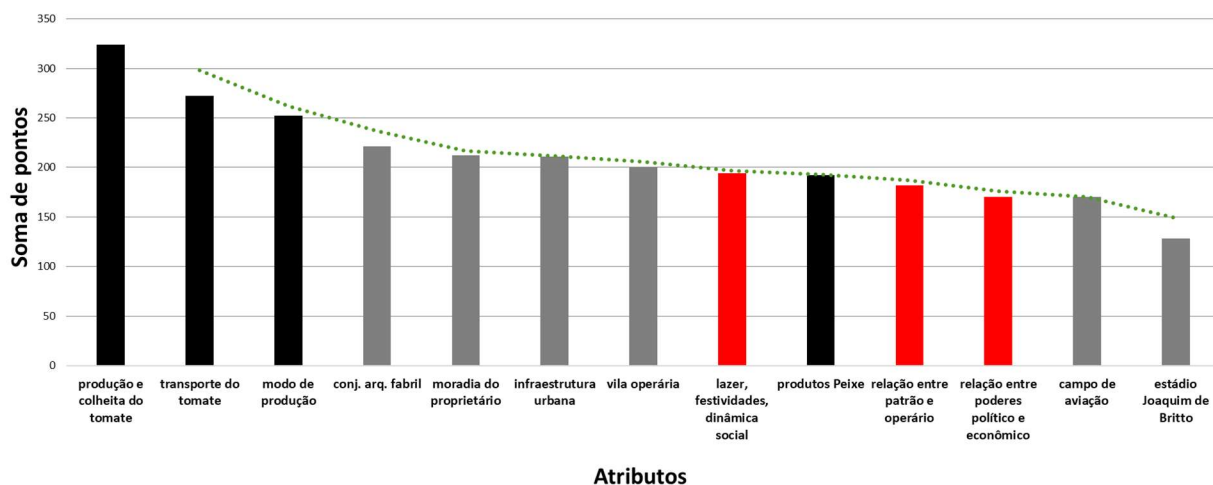
Na segunda etapa, é feito um recorte analítico, levando em consideração os cinco atributos melhores colocados no *ranking* do grau de identificação. Assim, os dados referentes a estes atributos são expostos de forma mais aprofundada por meio de tabelas que demonstram o comportamento de cada grupo social em relação à valoração de cada um deles. Aqui as falas coletadas na segunda etapa da ferramenta de consulta ainda são utilizadas como aporte para a compreensão da valoração do atributo.

6.1 A identificação e os valores dos atributos

Para a análise das tabelas e dos gráficos resultantes da aplicação do instrumento de consulta descrito anteriormente, foi utilizado o método de análise de conteúdo. Para tanto, foi necessário obter um juízo quantificado das informações obtidas, isto se deu por meio de uma associação do juízo qualitativo a uma escala quantitativa que recorreu à atribuição de valores numéricos às respostas obtidas. Dessa maneira, tornou-se possível verificar com quais atributos da Fábrica Peixe os atores sociais possuíam mais identificação e como eles foram valorados.

A partir da aplicação do primeiro questionário com os atores sociais foi determinada a classificação de cada atributo em análise. Percebe-se pelo Gráfico 5 que houve uma diferença de 198 pontos entre o primeiro e último colocado quanto ao grau de identificação com os atributos entre os respondentes. Entretanto há um equilíbrio significativo entre o 4º e o 11º colocados, quando a linha indicando a oscilação se aproxima de uma posição contínua e linear.

Gráfico 5 - Gráfico indicando o ranking do grau de identificação dos atributos. Em preto, os atributos relacionados à dimensão de análise tecnológica; em cinza à dimensão de análise ambiental; e em vermelho à dimensão de análise social



Fonte: Elaboração própria, 2018

Os atributos plantio e colheita do tomate, transporte do tomate e modo de produção ocuparam as três primeiras posições do ranking, respectivamente. Nas três últimas colocações estão os atributos relação entre os poderes políticos e econômicos, campo de aviação e o estádio Joaquim de Britto. Essa classificação mostra a importância da dimensão imaterial da indústria para os agentes sociais. De todo o processo produtivo, apenas o atributo produtos Peixe não teve o mesmo desempenho em relação ao seu grau de importância, ficando na 9ª colocação. Observa-se, assim, que no *ranking* global, os atributos de maior identificação estão relacionados ao sistema de produção da Fábrica (barras pretas), ou seja, à dimensão de análise tecnológica; em seguida, vêm aqueles relacionados aos seus espaços físicos, correspondendo à dimensão de análise ambiental (barras cinzas); e, em terceiro, aqueles relacionados aos aspectos sociais (barras vermelhas), dimensão de análise social.

Essa análise global apresentada é resultado da compilação das visões dos cinco grupos sociais consultados. Entretanto a análise individual de cada grupo permite uma leitura diferente em relação à identificação com os atributos e a sua valoração, podendo diferir ou não da global, a depender dos atores consultados. A Tabela 14 traz o *ranking* do grau de identificação dos atributos de acordo com os grupos sociais consultados. Na primeira coluna da tabela estão os atributos de acordo com o *ranking* global do grau de identificação dos atributos, possibilitando uma comparação entre a classificação do conjunto e de suas partes. Considerando o resultado global, as cinco primeiras colocações estão representadas pela escala de cor cinza, enquanto as 6ª, 7ª e 8ª

estão representadas pela escala de cor rosa, as cinco últimas colocações aparecem na escala de cor verde.

Tabela 14 - Ranqueamento do grau de identificação dos atributos para cada grupo de ator social

RANKING GLOBAL DOS ATRIBUTOS	G01 (Residentes)	G02 (Agentes ligados à fábrica)	G03 (Especialistas)	G04 (Gestores)
Plantio e colheita do tomate	1º	1º	1º	3º
Transporte do tomate	2º	2º	3º	9º
Modo de produção	3º	4º	2º	10º
Conjunto arquitetônico fabril	6º	10º	4º	1º
Moradia do proprietário	5º	9º	6º	4º
Infraestrutura urbana	4º	11º	7º	2º
Vila operária	7º	8º	5º	12º
Lazer, festividades, dinâmica social	8º	12º	9º	8º
Produtos Peixe	10º	3º	13º	5º
Relação entre patrão e operário	11º	7º	8º	6º
Relação entre poderes políticos e econômicos	9º	6º	12º	11º
Campo de aviação	12º	5º	10º	13º
Estádio Joaquim de Britto	13º	13º	11º	7º

Fonte: Elaboração própria, 2018.

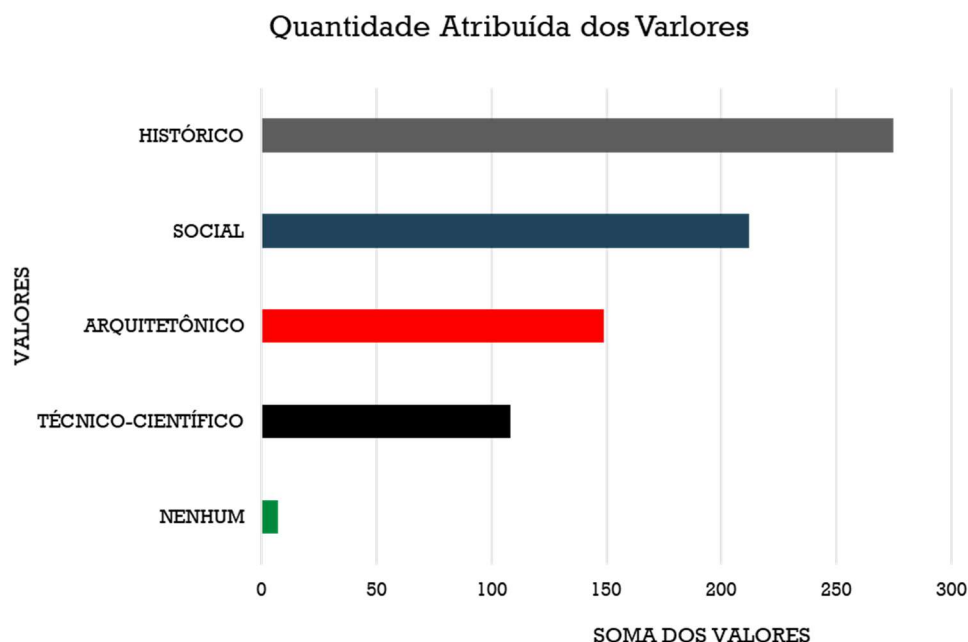
Com isso, percebe-se que a visão global e das partes se assemelham: nota-se no topo da tabela predominância dos tons de cinza, enquanto que no miolo os tons em rosa, e no final do tabela, os tons verdes. Dessa maneira, para três grupos sociais (residentes, especialistas e visitantes) apenas um dos cinco atributos do ranking global não aparece entre os cinco primeiros do seu ranking específico. Nos demais grupos (agentes ligados à fábrica e gestores), o cenário muda para dois atributos.

A segunda etapa da ferramenta de consulta traz depoimentos referentes aos cinco primeiros atributos do *ranking* de identificação de cada ator consultado. Esses depoimentos tiveram como finalidade auxiliar o acesso ao entendimento do sujeito sobre o bem. É por meio das falas que pode-se entender com mais propriedade os dados apresentados pelos gráficos, o que de fato aquele atributo representa para o sujeito e quais aspectos estão sendo valorados. Dessa forma, as falas têm potencial de facilitar a interpretação ao dar voz mais livre aos atores sociais.

Enquanto isso, a terceira etapa do questionário revelou quais os valores atribuídos por cada ator social aos atributos, bem como quais os mais valorados. Essa etapa traz um respaldo quantitativo para o entendimento da significância do bem. O Gráfico 6 indica a frequência da atribuição de valores, assim: o valor histórico aparece em primeiro lugar (275 pontos) com uma margem de diferença de 163 pontos para o último lugar, o valor técnico-científico (108 pontos). O valor social recebeu 212 pontos e o arquitetônico 149 pontos. Por 7 (sete) vezes nenhum valor foi atribuído¹¹². Não pode-se afirmar quais os motivos que levaram os respondentes a, por vezes, não atribuir valores a determinados atributos. Entretanto, ao analisar este fato, percebe-se que, provavelmente, o agente estava priorizando a materialidade dos atributos, enquanto os seus significados poderiam estar mais evidentes na sua imaterialidade.

¹¹² Produtos (duas vezes), Estádio Joaquim de Britto (duas vezes), Estrutura física urbana (uma vez), relação poderes políticos e econômicos (uma vez) e meios de transporte (uma vez).

Gráfico 6 - Número de vezes que cada valor foi atribuído



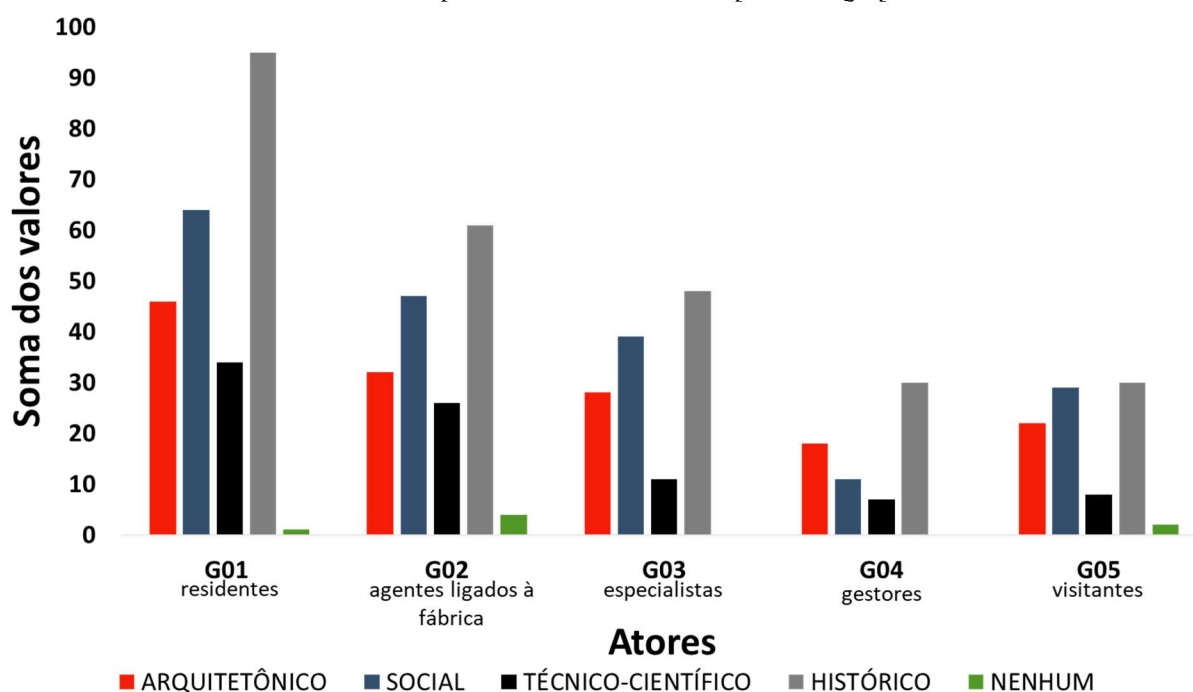
Fonte: Elaboração própria, 2018

Aqui cabe lembrar que, ao longo da primeira metade do século XX, Pesqueira passou por um processo de industrialização, fazendo com que a cidade ficasse conhecida como “a cidade das chaminés”. Nesse processo, a Peixe foi a principal indústria da cidade e acabou influenciando diretamente nas transformações físicas e sociais ocorridas naquela época. Diante disso, percebe-se que, no caso da Peixe, os valores histórico e social se complementam, tornando difícil a percepção deles de forma separada.

Voltando à análise do gráfico, em segundo plano estão os valores arquitetônico e técnico-científico. O valor arquitetônico exalta os vestígios concretos do período da industrialização e representa uma expressão arquitetônica da cidade. Por outro lado, o valor técnico-científico foi o menos evidenciado, talvez pelo fato de que os seus vestígios foram os primeiros a desaparecer ou serem reduzidos a carcaças. Diante desse cenário, cabe constatar que ao tratar do patrimônio industrial, a questão social emerge e se sobrepõe à arquitetônica, diferentemente dos demais bens culturais tidos como mais tradicionais.

Quando volta-se o olhar para cada grupo de atores sociais, o quadro apresentado pelo Gráfico 6 se repete. Assim, o valor histórico foi o que mais vezes foi atribuído em todos os grupos, seguido do social, arquitetônico e por último o técnico-científico, conforme Gráfico 7:

Gráfico 7 - Número de vezes que cada valor foi atribuído para cada grupo de atores sociais

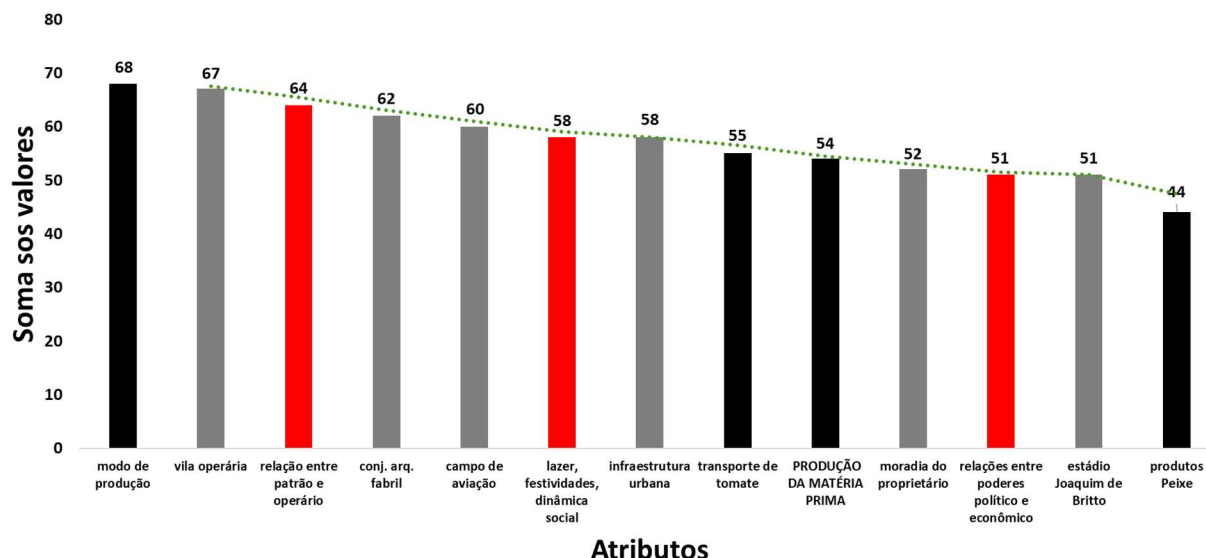


Fonte: Elaboração própria, 2018

Aqui percebe-se que o valor histórico e social é fortemente evidenciado pelos residentes e agentes ligados à fábrica. Esses grupos representam as pessoas que possuem vínculos com a cidade e dão valor a sua história, fazendo com que os resultados se complementem. Aqui percebe-se que a identidade fabril ainda se mostra presente e a ela é dada uma grande importância. Enquanto que os grupos dos gestores e visitantes apresentam um comportamento distinto, que pode ser entendido como uma representação de uma leitura cognitiva e não de pertencimento.

Vale ressaltar ainda que a desigualdade da proporção das barras referentes à soma dos valores entre os grupos sociais ocorre em razão da diferença do número de atores sociais consultados em cada grupo. Ou seja, o grupo dos residentes (G1), com dez entrevistados, possuía naturalmente um potencial maior na soma dos valores do que o grupo dos visitantes (G5), que possuía apenas quatro agentes consultados. Relacionando esses valores a cada atributo, tem-se como os mais valorados o modo de produção, a vila operária e a relação entre patrão e operário. Enquanto nas três últimas colocações estão as relações entre os poderes políticos e econômicos, a moradia do proprietário e a produção e colheita do tomate, conforme ilustra a Gráfico 8.

Gráfico 8 - Ranqueamento do somatório dos valores atribuídos a cada atributo. Em preto, os atributos relacionados aos atributos da dimensão de análise tecnológica; em cinza aos atributos da dimensão de análise ambiental; e em vermelho aos atributos da dimensão de análise social



Fonte: Elaboração própria, 2018

A constância apresentada no Gráfico 5 do ranking de identificação dos atributos, aparece ainda mais evidente quando olhamos para o Gráfico 8, no qual a diferença do mais valorado para o menos valorado foi de 22 pontos. Percebe-se aqui que a linha pouco oscila de atributo para atributo, assumindo quase que uma linearidade. Outro dado que o Gráfico 8 traz é uma mescla na classificação dos atributos, aqui não pode-se afirmar que houve uma hegemonia dos atributos de uma determinada dimensão de análise.

A correlação entre os gráficos de grau de identificação e valoração (Gráfico 5 e 8) mostra que a importância do atributo para os atores independe da quantidade de valores atribuídos a eles. Ou seja, ainda que o agente não se identifique com o atributo, ele é capaz de reconhecer valores associados. Assim, o ranqueamento do grau de identificação traz um valor afetivo subjacente, simbolizando uma ligação mais íntima entre sujeito e objeto; é uma leitura de pertencimento. Enquanto que a valoração em si representa algo que se aproxima de uma visão técnica, na qual o ator social tenta compreender o que aquele atributo representa em uma esfera mais ampla daquela que é particular a ele; é uma leitura cognitiva. Ainda assim, a valoração não deixa de ser algo particular a cada sujeito e, com isso, varia de ator para ator, de atributo para atributo.

Dito isso, os dados apresentados até aqui servem de suporte para a elaboração de diretrizes de gestão e conservação do bem em sua totalidade. Entretanto, a ferramenta utilizada permite um recorte analítico, possibilitando um olhar mais profundo em relação a cada atributo. Dessa forma,

a seguir serão analisados os gráficos específicos aos cinco atributos que apresentaram maior grau de identificação com os atores sociais consultados, sendo eles: plantio e colheita do tomate, transporte do tomate, modo de produção, conjunto arquitetônico fabril e colheita do tomate.

6.2 Recorte analítico: os atributos mais reconhecidos

O recorte analítico tem por finalidade entender como se deu a valoração de cada atributo de forma isolada e, portanto, mais aprofundada. Ou seja, aqui pode-se observar se o comportamento dos gráficos globais difere ou não em relação a cada atributo, permitindo que as suas especificidades se sobressaíam. Portanto, torna-se possível a elaboração de diagnósticos mais precisos e eficazes, que permitem lançar diretrizes propositivas de gestão e conservação mais adequadas para cada particularidade apresentada pelo bem.

O atributo referente ao plantio e colheita do tomate aparece representando a produção da matéria-prima da Fábrica Peixe, apesar de fabricar produtos derivados de outros frutos, apenas o tomate era produzido pela Peixe. Essa produção teve início ainda na década de 1910 e resultou em um vasto campo de cultivo de tomate rasteiro, que logo transformou a região do Agreste Ocidental de Pernambuco na maior produtora de tomate do Brasil. A mão-de-obra utilizada era predominantemente feminina, não sabe-se ao certo a motivação, alguns depoimentos colhidos apontam para o fato de que o trabalho mais pesado era destinado aos homens; outros de que a mão-de-obra feminina era mais barata e submissa; e ainda houve quem apontasse para o fato de que as mulheres eram mais delicadas e cuidadosas na colheita.

Dessa forma, os dados colhidos mostram que o atributo plantio e colheita do tomate evidenciou os valores social e histórico, havendo um comportamento muito semelhante entre os grupos sociais. Como mostra a Tabela 15, os grupos dos residentes, agentes ligados à fábrica e gestores priorizaram o valor social, enquanto os demais viram um equilíbrio entre os dois valores.

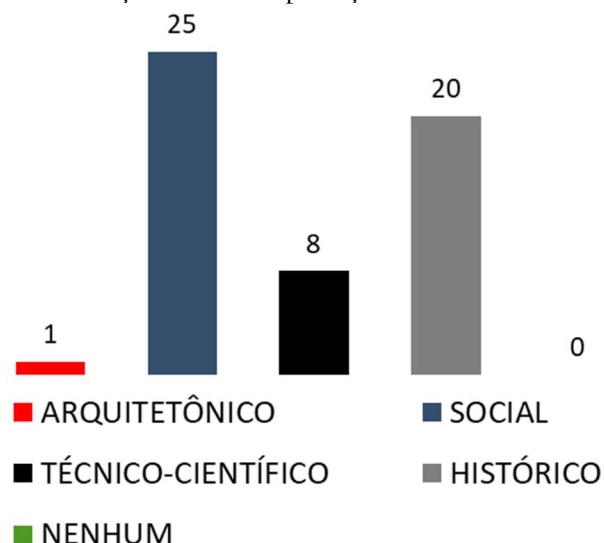
Tabela 15 - Valores atribuídos por cada grupo social ao atributo produção e colheita do tomate

Atores sociais	PRODUÇÃO E COLHEITA DO TOMATE				
	Valores atribuídos				
	Arquitetônico	Social	Técnico-científico	Histórico	Nenhum
G01 residentes	0	8	2	7	0
G02 agentes ligados à fábrica	1	7	3	5	0
G03 especialistas	0	2	1	2	0
G04 gestores	0	4	1	2	0
G05 visitantes	0	4	1	4	0

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Deste modo, ao somar os valores de todos os grupos consultados, o valor social foi aquele que mais representou o atributo, seguido pelo histórico. O Gráfico 9 mostra que a diferença entre os dois valores, social e histórico, é de apenas de cinco pontos. Assim, no atributo referente à produção e colheita do tomate, repete-se o comportamento da visão global da significação dos atributos na qual os valores social e histórico são os mais evidenciados.

Gráfico 9 - Valoração do atributo produção e colheita do tomate



Fonte: Elaboração própria, 2018

Os depoimentos concedidos mostram que, para os atores, o valor social atribuído por eles está ligado a alguns pontos: a oportunidade de emprego, a presença da mão-de-obra feminina e a própria colheita em si, como sendo uma forma de trabalho fundamental do processo produtivo da Fábrica Peixe. Assim, os atores consultados descrevem o atributo como sendo um estágio da produção industrial, “Aqui é a colheita da matéria-prima que será processada, industrializada e comercializada” (Especialista Fundarpe); que deu oportunidade de emprego aos mais necessitados,

“Isso aí na época era o jeito que a gente tinha, que a pobreza tinha de entrar nesse trabalho, era muito importante aqui também” (Ex-operário 2 da primeira metade do século XX); e possibilitou a inserção da mulher no mercado de trabalho, “A mulher saindo de casa pra trabalhar no campo. Pela vestimenta e pela forma que elas estão... mostrando que naquela época elas estavam saindo de casa pra trabalhar no campo” (Morador - 50 > x > 60).

Já o atributo transporte do tomate representou as tecnologias utilizadas para fins de produção e do seu escoamento. O transporte dos produtos industrializados não foi muito evidenciado pela história e depoimentos, entretanto a grande quantidade de caminhões repletos de tomates circulando dentro da cidade acabou se transformando em uma marca da paisagem cotidiana do local. Quanto a sua valoração, a Tabela 16 mostra que houve um equilíbrio em relação à atribuição dos valores histórico e social entre os grupos de atores sociais. As pontuações desses valores só não são iguais no grupo referente aos agentes ligados à fábrica, entre os quais prevaleceu o valor técnico-científico, e no grupo dos especialistas, que reconheceram em maior número o valor histórico.

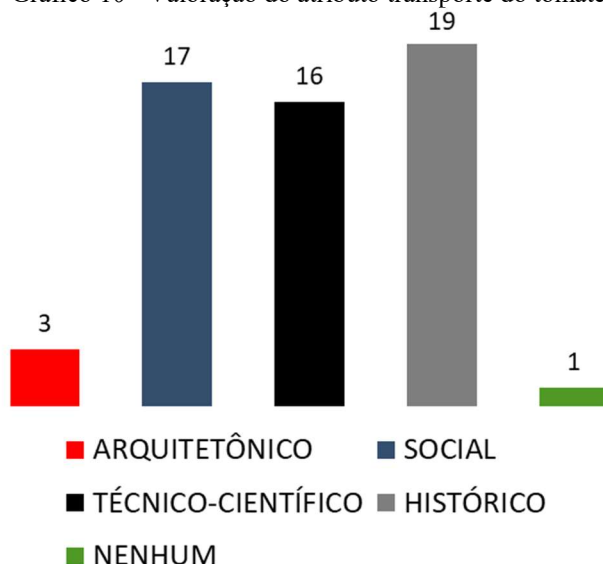
Tabela 16 - Valores aferidos por cada grupo social ao atributo transporte do tomate

Atores sociais	TRANSPORTE DO TOMATE				
	Valores atribuídos				
	Arquitetônico	Social	Técnico-científico	Histórico	Nenhum
G01 Residentes	0	6	5	6	1
G02 agentes ligados à fábrica	2	3	6	4	0
G03 Especialistas	0	1	1	2	0
G04 Gestores	1	3	2	3	0
G05 Visitantes	0	4	2	4	0

Fonte: Elaboração própria, 2018.

O Gráfico 10 mostra que ainda que os valores histórico e social tenham prevalecido entre os grupos de agentes sociais, o valor técnico-científico também teve uma representatividade expressiva, havendo uma diferença mínima entre esses três valores. Com isso, aqui já pode-se observar um comportamento distinto ao global, no qual o valor técnico-científico teve pouco reconhecimento.

Gráfico 10 - Valoração do atributo transporte do tomate



Fonte: Elaboração própria, 2018

Nos depoimentos referentes a este atributo é bastante valorizada a presença do veículo transportando o fruto do tomate, “mostrando a grande produção do tomate na região... principalmente pelo número de caminhões carregando” (Morador – $50 > x > 60$). Os caminhões ainda eram vistos como reflexo do progresso trazido pela indústria:

Essa aqui são os carregamentos lá no campo. Você vê as quantidades de caminhões que tinha naquele tempo, né? Como já tem a estrutura da empresa já crescendo... já tou vendo as caixas já, tão aqui, oh. As filas de caminhões. (Ex-operário 2 da segunda metade do século XX. Entrevista concedida a autora. Pesqueira, março de 2018)

A ideia de que a presença das filas de caminhões carregados de tomate é algo pertencente a um tempo do passado implica a atribuição do valor histórico. A própria figura do caminhão como tecnologia de transporte adotada reflete o valor técnico-científico. Todavia, não foi identificado nas falas, de forma explícita, como foi atribuído o valor social ao atributo em questão.

Já o atributo modo de produção representava as tecnologias utilizadas para transformar a matéria-prima em produtos industrializados. Logo no início da produção da Fábrica Peixe, esse saber-fazer era manufatureiro, porém logo os maquinários foram tomando espaço, dando lugar a uma produção mecanizada. Dentro desse cenário, o valor técnico-científico foi o mais reconhecido entre os atores sociais consultados. A Tabela 17 indica que esse valor só não foi o mais frequente

para os grupos de gestores e especialistas. No primeiro grupo, ele aparece empatado com o valor histórico; e no segundo, prevaleceu o valor social.

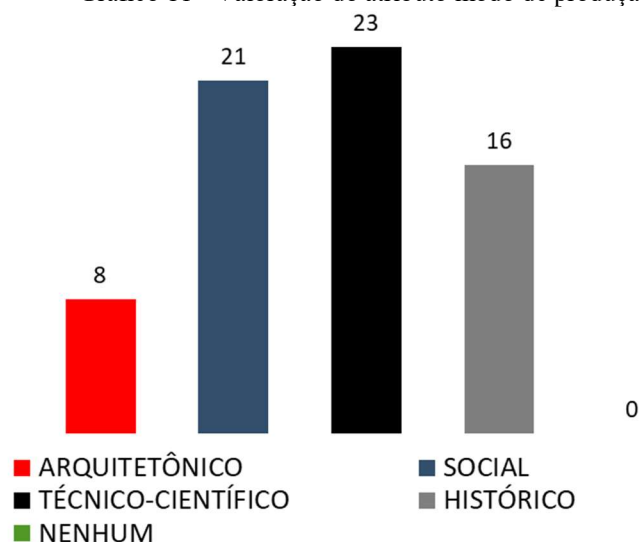
Tabela 17 - Valores aferidos por cada grupo social ao atributo modo de produção

Atores sociais	MODO DE PRODUÇÃO				
	Valores atribuídos				
	Arquitetônico	Social	Técnico-científico	Histórico	Nenhum
G01 residentes	3	6	9	5	0
G02 agentes ligados à fábrica	2	5	6	4	0
G03 especialistas	1	3	1	2	0
G04 gestores	1	2	3	3	0
G05 visitantes	1	3	4	2	0

Fonte: Elaboração própria, 2018

No Gráfico 11, percebe-se que ao totalizar todos os valores, o técnico-científico e o social são aqueles que mais foram atribuídos ao atributo em questão. Esse já é um cenário bastante distinto do apresentado no *ranking* global, aqui o valor histórico não aparece como protagonista, cedendo o lugar para o técnico-científico. Entretanto, o valor social permanece em evidência.

Gráfico 11 - Valoração do atributo modo de produção



Fonte: Elaboração própria, 2018

Os agentes consultados, em suas falas, ressaltaram nesse atributo a geração de empregos pela indústria, “a mão-de-obra, a quantidade de empregados e também o processo do produto industrializado” (Morador - $x < 20$); e a produção fabril em harmonia com o maquinário. Essas características atribuem o valor social e técnico-científico à fábrica.

processo de produção... mostrava como era utilizado o maquinário, que já poderia ser considerado moderno pra época. Produção em larga escala e propiciando emprego pro pessoal da cidade, que vinha da zona rural pra trabalhar na indústria. (Morador - 20 < x < 30. Entrevista concedida a autora. Pesqueira, março de 2018.)

Entretanto, a percepção do atributo varia de sujeito para sujeito. Assim, os agentes ligados à Fábrica notavam no atributo características mais específicas, como a dinâmica do processo fabril:

Essa aqui é lá no finado Rancho Alegre. Enchendo... é... enchimento de produto aqui. Despejava num tubo aqui em cima. Desse bicho tinha uns [sic] aqui. Era 100 graus de temperatura pro extrato descer quente nuns canos desse pra botar aqui dentro de uma máquina dessas, ela ia rodando. Essa daqui era só pra receber a massa e despejar o extrato. Essa mais na frente era a que fechava as latas. Oh.. repara mesmo... tem os tubos... é como uma garrafa dessas [pega uma garrafa térmica... ele deitado assim, com uma boca quadrada... um funil, aí o caba despejava... despejava aqui, aí ele tinha um negócio moendo aqui. [sic] aqui dentro ainda tinha outros negócios que era pra pegar... pra emburrar o extrato que... pra vim [sic] sair aqui. Agora tinha um tal de um grau aqui... a temperatura que dava nesse tubo era 100 grau. Arrodeado d'água. Agora o extrato passava dentro... passa aqui dentro e fora do tubo era cheio de uma água. Aí a gente abria as torneirinhas e fazia café bem feito dessa água. Passava não sei quantos mês dessa água aqui dentro, fervendo o extrato e a gente fazia o café e tomava. (Ex-operário 1 da primeira metade do século XX. Entrevista concedida a autora. Pesqueira, março de 2018).

Como pode-se perceber nos depoimentos acima, os significados do processo produtivo estão presentes em uma combinação das suas dimensões materiais e imateriais. O maquinário é percebido como sendo uma decorrência do progresso trazido pela Fábrica. Essa materialidade também passa a ser o símbolo do trabalho e da consequente geração de empregos.

O atributo conjunto arquitetônico fabril representa o espaço físico da produção e envolve os seus galpões e chaminé. A construção do primeiro galpão data do início da década de 1910 e as principais ampliações ocorreram entre as décadas de 1920 e 1950. A Tabela 18 mostra os valores histórico e arquitetônico foram os mais exaltados por todos os grupos sociais, enquanto os demais valores tiveram uma baixa representação.

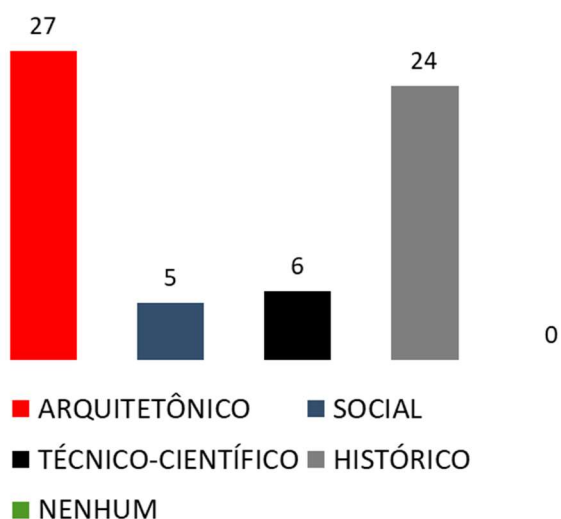
Tabela 18 - Valores aferidos por cada grupo social ao atributo conjunto arquitetônico fabril

Atores sociais	CONJUNTO ARQUITETONICO FABRIL				
	Valores atribuídos				
	Arquitetônico	Social	Técnico-científico	Histórico	Nenhum
G01 residentes	9	2	3	8	0
G02 agentes ligados à fábrica	6	2	3	6	0
G03 especialistas	3	0	0	2	0
G04 gestores	4	0	0	4	0
G05 visitantes	5	1	0	4	0

Fonte: Elaboração própria, 2018

A hegemonia dos valores arquitetônico e histórico é ilustrada no Gráfico 12, na qual se percebe uma pequena diferença entre eles e uma representatividade pouco significativa dos demais valores. Mais uma vez, pode ser observado um comportamento diferente do quadro global, talvez por representar claramente uma expressão arquitetônica, neste caso o valor social não é evidenciado, dando lugar ao valor arquitetônico.

Gráfico 12 - Valoração do atributo Conjunto Arquitetônico Fabril



Fonte: Elaboração própria, 2018

No discurso dos agentes, o valor arquitetônico é expressado pela materialidade da fábrica, o prédio fabril em si. Nesse atributo, percebe-se que os valores histórico e arquitetônico estão intimamente relacionados, pois o edifício arquitetônico remete a algo que foi vivenciado no passado.

É algo que marca a nossa cidade, né? É um registro cultural da nossa cidade... a fábrica Peixe. Essa foto aqui lembra bem essa questão do tempo em que ela funcionava, que deu crescimento a nossa cidade, né? (Ex-operário 1 da segunda metade do século XX. Entrevista concedida a autora. Pesqueira, março de 2018).

Os depoimentos referentes ao conjunto arquitetônico fabril trazem muito forte a ideia de que a Fábrica Peixe representa um marco não só na história da cidade, mas também na paisagem. Assim, entende-se que há a presença do valor paisagístico subjacente.

lindo... porque aqui vista panorâmica do conjunto arquitetônico fabril da Fábrica Peixe. Isso aqui talvez seja a maior cultura que Pesqueira tenha tido até hoje, porque Pesqueira é conhecida mundialmente pelo nome Peixe... fábrica de doce, né? E Pesqueira já foi um centro comercial e cultural muito grande. Então a Peixe ela é a raiz de Pesqueira. Ela é... ela foi fundamental pra criação da cidade... a fábrica Peixe. Aqui a gente vê a imponência dela, nessa foto, né? Imponente... a fábrica Peixe. Veja o tamanho do prédio em relação ao resto da cidade, então Peixe é a pedra fundamental pra criação da cidade de Pesqueira. (Residente > 60. Entrevista concedida a autora. Pesqueira, março de 2018.)

Finalizando as cinco primeiras colocações quanto ao grau de identificação dos atributos, aparece a moradia do proprietário da Fábrica Peixe. Ao longo da sua trajetória, a Fábrica possuiu muitos dirigentes, no entanto foram as residências daqueles que moravam junto à Fábrica que mais ficaram marcadas na memória social. A Tabela 19 mostra que a valoração desses atributos evidenciou os valores arquitetônico e histórico a partir de todos os grupos sociais. Para os residentes, gestores e visitantes, prevaleceu o arquitetônico. Para os agentes ligados à Fábrica, sobressaiu o valor histórico. Já os especialistas entenderam que seria a compilação desses dois valores.

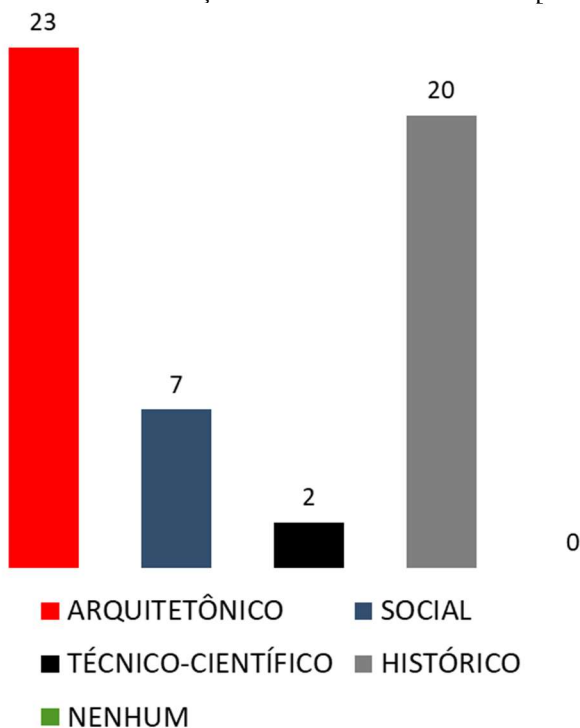
Tabela 19 - Valores aferidos por cada grupo social ao atributo moradia do proprietário

Atores sociais	MORADIA DO PROPRIETÁRIO				
	Valores atribuídos				
	Arquitetônico	Social	Técnico-científico	Histórico	Nenhum
G01 residentes	10	4	1	8	0
G02 agentes ligados à fábrica	6	3	2	7	0
G03 especialistas	3	0	0	3	0
G04 gestores	4	0	0	3	0
G05 visitantes	5	2	0	4	0

Fonte: Elaboração própria, 2018.

O Gráfico 13 ilustra graficamente a hegemonia dos valores arquitetônico e histórico no atributo referente ao conjunto fabril da Fábrica Peixe. Ao comparar este atributo ao anterior (conjunto arquitetônico fabril), percebe-se um processo de significação semelhante, no qual o valor arquitetônico e histórico são os mais exaltados, indicando uma possível padronização da valoração dos atributos que remetem aos espaços físicos.

Gráfico 13 - Valoração do atributo Moradia do Proprietário



Fonte: Elaboração própria, 2018

Nas falas o valor arquitetônico está refletido nas características estéticas das casas, as quais simbolizam o belo. Em alguns momentos ele ainda aparece integrado às questões sociais, sendo algo que expressa a riqueza dos industriais: “A arquitetura revelando a riqueza, né? A prosperidade dos proprietários da fábrica. A opulência” (Morador - zona urbana), ainda que isto não esteja explicitado no processo de significação do atributo.

Comportamento semelhante ao aqui exposto ocorreu na valoração dos demais atributos. Com isso, cada um deles apresentou um comportamento distinto a depender do atributo e do ator social consultado. Entretanto, devido ao grande número de respondentes e de atributos, foi optado pela pesquisa aplicar a terceira etapa da ferramenta de consulta, referente às falas dos agentes, apenas aos cinco primeiros atributos escolhidos como aqueles com o quais os agentes possuíam maior identificação. Dessa forma, aos demais atributos se torna mais complexo compreender quais

os significados estavam sendo captados, tendo em vista que as falas tinham um papel de permitir ao agente expressar com suas próprias palavras o que ele estava percebendo.

6.3 Considerações parciais

Com base nos dados analisados, percebeu-se uma uniformidade quanto aos atributos com maior nível de identificação para os diversos grupos de atores sociais. Os gráficos demonstram que os agentes consultados possuem maior identificação com os atributos que se referem ao processo de produção da fábrica, sendo eles: produção e colheita do tomate, transporte do tomate e modo de produção. Em seguida, vieram os aspectos materiais da fábrica, ou seja, os edifícios que representavam o trabalho fabril: o conjunto arquitetônico fabril, moradia do proprietário e infraestrutura urbana. As questões sociais, de uma forma geral, foram as menos reconhecidas.

Dessa forma, percebe-se que em uma análise global a escolha de cada atributo parte primeiramente de uma identificação com o sistema de produção. Não obstante, o olhar impulsionador da identificação aponta para diferentes aspectos. Percebe-se que para os residentes ficou registrado o percurso diário dos caminhões carregados, os quais muitos relataram a abundância do tomate; a força de trabalho dos operários que se dedicavam à colheita e à produção dos produtos; a renda gerada em torno daquele negócio e que refletia no cidadão comum. Nesses casos os remanescentes da indústria, de natureza material e imaterial, aludem a algo positivo que aconteceu para toda a sociedade. Eles representam o progresso econômico e tecnológico, a oportunidade de emprego e o consequente desenvolvimento local.

Nos depoimentos dos residentes o progresso é bastante ressaltado. A infraestrutura urbana é vista como consequência da instalação da Peixe no município, assim, o progresso urbano está ligado à imagem da Fábrica. Aqui confunde-se o desenvolvimento industrial e urbano, tendo a Peixe uma influência direta na formação da identidade do lugar. A Fábrica aparece como sendo um registro da cultura da cidade, e por vezes é referenciada como tendo sido a raiz da identidade local. Curiosamente, os produtos Peixe em si não foram expressivamente reconhecidos, o que leva a crer que o que se consolidou não foi a materialidade, mas a imaterialidade provocada pelo surto industrial.

Enquanto para os agentes que tiveram um contato direto com a Fábrica, a dinâmica do processo fabril era mais ressaltada. Assim, aqui as máquinas já aparecem em movimento,

indicando como era o passo-a-passo do trabalho que se realizava dentro da fábrica. Para eles, o discurso do progresso não é tão presente como nos dos residentes, pois o que aparece como motivo de orgulho são os saberes ali desenvolvidos. Nas memórias dos familiares percebe-se um certo distanciamento do conhecimento do processo produtivo em si, uma vez que elas se restringem, principalmente, às lembranças afetivas dos seus familiares e dos locais de produção. Em seu depoimento, uma das filhas do industrial ressalta bem a dimensão que a Peixe representou para ela, estritamente íntima e pessoal. Nos atributos apresentados a identificação era com a memória do seu pai e não com a Peixe.

Aqui eu me lembro o carrinho, que o escritório de papai era aqui. O carro da Peixe... era assim que sempre andavam, todo de branco, todo mundo andava de linho. Não tem nada a ver com a Peixe, mas é uma coisa minha. É o escritório... a janela e o carro que ele andava. Aqui é um carro, se eu não me engano era Mercury a marca desses carros. Lá em casa tinha um pequeninho assim de metal. [...] para mim esse trechinho é inesquecível. Não tinha nem a pontezinha ainda. Depois fizeram uma pontezinha ali. O escritório do meu pai. O escritório... A janela do escritório do meu pai e o carro que ele andava. (Família de industrial. Entrevista concedida a autora. Recife, abril de 2018)

Nessa categoria, também percebe-se um maior reconhecimento para os produtos Peixe por parte dos ex-operários e ex-funcionários. As latas de doces e de suco de tomate eram cobiçadas por todos, porém segundo os relatos, dentro da fábrica só se comia do doce se fosse roubado.

Uma vez eu tava roubando doce, aí Dr. Moacyr vinha... botava uma lata de doce dentro daqui [indica a barriga] ... eu trabalhava numa fábrica de doce, a gente ia comer prego, é? Roubava doce, botava aqui [indica a barriga], aí Dr. Moacyr me parou:
 - Veio d'aonde?
 - Do almoxarifado...
 - Foi ver o que lá?
 - Fui buscar material lá pra seção que eu trabalho.
 - Trabalha aonde?
 - Trabalho com Seu Abdias no ponto... serviço do ponto. Encarregado da folha de pagamento.
 Aí ele: tá certo, vá simhora, vá simhora
 E eu doido que ele mandasse eu ir me embora, que a lata de doce tava quente, queimando minha barriga...
 [...]
 Só comia doce lá se fosse roubado. (Ex-operário 1 da primeira metade do século XX. Entrevista concedida a autora. Pesqueira, março de 2018).

Assim, começa a perceber-se as relações entre os patrões e o operariado. Ainda que o atributo referente a essas relações não tenha sido tão significativo para esse grupo, ele estava muito

presente nos depoimentos concedidos. As falas refletem que a figura do industrial era bastante respeitada e admirada por todos. No caso específico dos operários, a relação com o dirigente-diretor Dr. Moacyr era bastante conflituosa. Ele era tido pelos operários como um homem rígido e de difícil relação, ao mesmo tempo em que havia um fascínio pelo seu trabalho dentro da fábrica e um sentimento de profundo respeito, decorrente dessas duas nuances: medo e admiração.

Esse é Dr. Moacyr... ‘véi ruim da peste’... agora era trabalhador. Quando ele era gerente [sic] na Peixe, tinha ordem... [...] ele usava um chapéu de cuia na cabeça. Quando a gente tava dentro da Peixe fazendo qualquer coisa errada ou conversando, dizia “oh [gesticula com a mão indicando um chapéu na cabeça]”, era o chapéu de cuia, já sabia que era ele. (Ex-operário 1 da primeira metade do século XX. Entrevista concedida a autora. Pesqueira, março de 2018.)

Enquanto para os operários o industrial era tido como rígido, mas admirável, a família via Dr. Moacyr como um homem que se preocupava com o lado humano dos trabalhadores, contrapondo-se aos demais sócios que viviam no Sul do Brasil e, segundo relatos, não gostavam das assistências sociais promovidas pela gestão dele e ‘só queriam saber do lucro’. Entretanto, as relações conflituosas não se estendiam a todos os membros da família Britto. Jurandyr, irmão de Moacyr, era tido como um homem muito simpático, que gostava de interagir com os operários em tardes de pesca, jogos de futebol e até mesmo ‘farras’.

[sobre Jurandyr de Britto] era da cana, juntava os trabalhadores... saía por aí tomando... ele era da brincadeira, gostava de pescar, juntava os operários e ia pra pescaria. Ele era divertido. Aquele Fausto Freitas, o deputado, era filho dele, por isso que era divertido também. (Ex-operário 2 da primeira metade do século XX. Entrevista concedida a autora. Pesqueira, março de 2018).

A arquitetura ainda aparecia como forma de expressão da estratificação social que ocorria. O casarão que serviu de moradia a Manoel Cândido de Britto (diretor pertencente à segunda geração de industriais) é visto como um referencial arquitetônico e seu estilo imponente remete a algo inacessível: “aqui era onde os ricão morava. Ah, ali ninguém podia nem olhar. Oh riqueza medonha. Eu não participava de nada. Era onde tava a cambada... dos rico. Que era rico mesmo” (Ex-operário da primeira metade do século XX. Entrevista concedida a autora. Pesqueira, março de 2018).

Os industriais ainda exerciam uma forte influência política. No período eleitoral, os seus funcionários eram obrigados a votar nos candidatos indicados por eles e, caso houvesse desobediência, o emprego estava perdido. Em seu depoimento, um dos ex-operários da Peixe relata como ocorria o processo do voto de cabresto. Os caminhões da Peixe buscavam aqueles que trabalhavam na zona rural e trazia direto para as instalações da Fábrica, onde os títulos eram recolhidos para conhecimento do local de votação de cada funcionário.

[sobre eleição] Aí era um curral, aí a Peixe. Juntava os sítio todinho, aí os caminhão ia buscar e jogava aí dentro da Peixe. Você só vota se soubesse [sic], se não tava na rua. Pedia o título, tomava nota, aí se você desse... ele já sabia onde é que iria votar. Era quem comandava, era os Britto mesmo. Tou dizendo a você que era os Britto... (Ex-operário 2 da primeira metade do século XX. Entrevista concedida a autora. Pesqueira, março de 2018).

Outro ex-operário ainda traz mais detalhes sobre o processo de votação. Ele remete ao lugar onde ficavam esperando para ir votar como “prisão dos operários”, era nesse local onde havia a conversa com os proprietários e a indicação do candidato que deveria ser votado pelos operários.

Esse aqui é o desfile do dia 7. Não participava não. Só olhava de longe. Só ia gente mais rico... um povo mais rico. Agora se fosse a prisão dos operários pra votar nos candidatos de Dr. Moacyr, aí eu me lembro... que tinha café lá, tinha... ele prendia a gente dentro do chiqueiro, a gente chamava chiqueiro da Peixe. Ele prendia os operários tudinho... a eleição ia ser amanhã. Aí no dia a gente batia o cartão e não ia trabalhar não, ficava tudo lá... aí ele conversando e pedindo voto e conversando e explicando. Aí dava café a gente, dava almoço, aí depois do café ele soltava a gente pra ir votar. (Ex-operário 1 da primeira metade do século XX. Entrevista concedida a autora. Pesqueira, março de 2018).

Assim, fica evidente a forma como o setor econômico interferia no setor político. Devido ao grande contingente de trabalhadores subordinados aos industriais, tornava-se mais fácil eleger aqueles que fossem atender aos interesses da indústria.

Por parte dos funcionários e familiares dos dirigentes, havia ainda um reconhecimento pelos serviços de assistência aos operários, sendo sempre ressaltados a qualidade do ensino oferecido nas escolas da Peixe, o serviço de atendimento médico e a qualidade das casas das vilas operárias.

Dessa forma, para os agentes envolvidos com a Peixe, o que ficou de reminiscência foi a ação de produzir, os saberes desenvolvidos e as relações de trabalho. Ou seja, aqui a atividade fabril reflete as histórias de vida de cada um e se mistura com a lembrança da matéria prima, do trabalho e da figura do patrão e do pai.

Enquanto para os especialistas, os atributos que indicavam o processo de produção aparecem como sendo parte essencial para se entender o bem. Ou seja, para esses agentes, as ações de produzir eram o coração da indústria. Dessa maneira, as dimensões materiais foram entendidas como sendo a forma de expressão da dimensão imaterial. Ao modo de produção buscou-se assimilar a sua espacialidade: a infraestrutura que integravam o campo e a cidade no processo da industrialização; a disposição da estrutura fabril para receber e transformar os frutos em produtos industrializados. A materialidade também foi vista como forma de expressão da estratificação social que havia dentro do ambiente fabril. Entretanto, os aspectos sociais também foram destacados em sua imaterialidade: a oportunidade de emprego e a inserção do trabalhador na vida social.

Os gestores, por sua vez, demonstraram um reconhecimento da importância da indústria na história do município. Entretanto, apesar deste reconhecimento, em nenhum momento é citado qualquer tipo de ações de gestão e de conservação do bem, que permitam que essas memórias se perpetuem no tempo. Ao passo que, a forma como os visitantes se identificaram com os bens foi determinada por um olhar abrangente que passeia entre a representação do que seria algo bucólico, representativo do local e do trabalho que ali era desenvolvido.

Dessa forma, o grau de identificação segue o acesso ou não a determinado atributo, bem como a sua compreensão. Outro elemento muito forte era o sentimento de orgulho, ou seja, ainda que não houvesse o conhecimento ou alcance a um atributo, havia a empatia pelo que ele representava.

Quanto à valoração dos atributos, os valores atribuídos seguiram um padrão. O valor histórico foi o mais expressivo, entende-se que isso se deu pelo fato de que o valor histórico perpassa por todos os atributos. O valor social foi o segundo deles, seguido pelo arquitetônico e técnico-científico. Porém, vale salientar, que ao agrupar os atributos em categorias de análise, percebe-se um comportamento diferente da valoração. Assim, ao tratar da dimensão tecnológica, o valor reconhecido junto ao histórico foi o técnico-científico; enquanto na dimensão social, foi o valor homônimo; já na dimensão ambiental, o valor arquitetônico. Assim sendo, constata-se que

as variáveis que compõem a valoração de um bem cultural são indicadas pela relação do indivíduo com o objeto e por suas especificidades.

Dito isso, entende-se que cada atributo aqui analisado é parte constituinte de um universo maior representado pelo bem cultural em si – a Fábrica Peixe. A análise individual do reconhecimento e da valoração de cada um deles indica quais são os atributos que expressam os valores dos testemunhos da industrialização que precisam ser mantidos no tempo. A conciliação do entendimento desses valores é a base para a construção das diretrizes de conservação do bem, assim sendo, os gráficos gerados se tornam indicadores das ações a serem realizadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou identificar quais os valores que guiam a proteção dos testemunhos da industrialização, tendo como objeto empírico o conjunto industrial da Fábrica Peixe, sendo ele um exemplar de uma indústria do início do século XX, localizada em Pesqueira, no interior do estado de Pernambuco. Para tanto, destacou-se a necessidade de uma reflexão teórica, com a finalidade de apreender quais olhares devem ser direcionados aos bens industriais, objetivando uma compreensão ampla dos seus significados. À vista disso, foi realizado um aprofundamento teórico e conceitual no campo da teoria dos valores e do patrimônio industrial, o que possibilitou depreender que a compreensão destes bens vai além das edificações e abrange toda uma rede de infraestrutura que tornava possível o funcionamento das indústrias, além dos saberes e dos costumes ali desenvolvidos. O valor foi abordado enquanto uma “categoria analítica central para a determinação da significância” (ZANCHETI e HIDAKA, 2014, p. 07) e se apresentou como sendo uma noção polissêmica e complexa, que comunica quais bens culturais devem ser reconhecidos como patrimoniais. Assim, o valor é capaz de informar uma pluralidade de significados a partir de um único bem, que podem se modificar constantemente, a depender do sujeito e do contexto em que ele está inserido.

Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender quais são os valores mais frequentes no patrimônio cultural e como eles são categorizados pelos teóricos da conservação e pelos documentos doutrinários. A partir dessa revisão bibliográfica, foi possível perceber que os entendimentos trazidos pelos autores tendem a se sobrepor, simultaneamente ao fato de que servem como suporte para novas reflexões. Fundamentando-se nesses entendimentos e nas contribuições trazidas pelos teóricos da conservação do patrimônio industrial quanto aos valores que lhe são pertinentes, esta pesquisa propôs um quadro dos valores em potencial e os seus significados, a saber:

Tabela 20 - Valores e significados pertinentes ao patrimônio industrial

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	
Valores	Significados
Técnico-científico	Processos, métodos, técnicas e saberes desenvolvidos
Histórico	Vestígios do passado dotados de singularidade; Etapas marcantes da evolução da atividade humana; Testemunhos de uma época.
Social	Sentimento identitário; Parte do registro da vida dos homens e mulheres; Laços emocionais da sociedade para com objetos e sítios; Tradição, continuidade, comemoração, sentimento, espiritualidade.
Arquitetônico	Qualidade da arquitetura, designe ou concepção; Aspectos de percepção sensorial; Concepção e evolução de um edifício.

Fonte: Elaboração própria, 2018

Desta forma, o estudo teórico apresenta dois resultados que são partes da contribuição da pesquisa: a identificação dos valores em potencial ao patrimônio industrial e os significados que eles expressam. Entretanto, enfatiza-se aqui que ao tratar-se de valores e significados, não há uma solução que possa ser aceita de modo universal e atemporal. Ainda que a literatura tenha evidenciado que existem princípios e critérios comuns que conformam o patrimônio industrial, a proposição aqui formulada foi apresentada como um ponto de partida para novas reflexões a partir de novos contextos e visões. Para além da literatura, a ferramenta de consulta apontou que em futuras aplicações junto aos bens industriais, os valores cognitivo, de uso, econômico e de existência devem ser considerados. Isto porque o valor de uso e econômico são possíveis valores adquiridos pelo bem ao longo do tempo, podendo ser expressados por processos de revitalizações para inserção de novos usos e capacidade de atrair novos investimentos; enquanto o valor de existência é um valor sobrevivente e representa a continuidade do bem cultural no tempo, o valor cognitivo é um valor que representa um suporte narrativo da memória de um objeto, isto é, é um valor que não pode ser atribuído sem ter vivido ou conhecido o bem.

Outro ponto importante que a pesquisa buscou compreender foi quais são os atributos do patrimônio industrial, ou seja, quais elementos capazes de expressar os valores a ele pertinentes. Dessa maneira, compreendendo os bens industriais como bens complexos, pertencentes a uma grandiosa teia, plural, dinâmica e heterogênea, a pesquisa adotou como procedimentos para identificação dos atributos as dimensões de análises propostas por Casanelles (2007), quais sejam: dimensões de análise tecnológica, social e ambiental.

Este método busca compreender os edifícios fabris articulados com as suas máquinas e o saber-fazer; os papéis dos trabalhadores e dos patrões; e o modo de vida dos que viviam nos

arredores do espaço fabril. Frente a isso, *a priori*, a reflexão teórica aponta para uma lógica de leitura distinta daquelas mais tradicionais, na qual o valor social é evidenciado, mostrando que no processo de significação dos bens industriais não é somente uma questão arquitetônica, aqui é a questão identitária que emerge. É importante frisar que novos filtros de análise podem surgir a depender das especificidades do objeto empírico. Na prática, as informações extraídas com base na aplicação da ferramenta de consulta fortaleceu o que a literatura defende. Ou seja, os atores consultados mostraram em primeiro lugar uma identificação com os atributos que caracterizavam o processo de produção, enquanto a materialidade, representada pelo conjunto arquitetônico fabril ficou em segundo plano.

Ao relacionar a teoria aqui trabalhada com o objeto empírico – o conjunto industrial da Fábrica Peixe, foi possível extrair aspectos relacionados às características do patrimônio industrial dentro do contexto da Peixe. O resultado desse exercício foi a identificação de 13 (treze) atributos, sendo 04 (quatro) relacionados à lógica funcional (dimensão de análise tecnológica); 06 (seis) às implicações da atividade industrial no seu entorno físico (dimensão de análise ambiental); e 03 (três) aos impactos na sociedade (dimensão de análise social), que serviram de base para a aplicação da ferramenta de consulta da significância proposta.

Esta ferramenta de consulta teve como objetivo identificar com quais atributos da Fábrica Peixe os atores sociais mais se identificaram e como eles os valoram, por meio de recursos imagéticos e verbais. A articulação entre esses códigos de pensamento possibilitou a eficácia da pesquisa, a partir do momento em que a imagem articulada aos seus descritores limitava o universo de significados que aquele cenário poderia expressar. Ou seja, a linguagem verbal utilizada ajudava o respondente a compreender o que de fato estava sendo avaliado em cada atributo, ao mesmo tempo em que restringia o avaliador às questões metodológicas, sem que houvesse uma indução nas respostas. O mesmo mecanismo foi utilizado em relação à valoração. Assim, expor os valores e os significados conectados a eles possibilitou uma uniformização dos entendimentos dos dados coletados. Na etapa das falas livres, o respondente poderia expressar de forma espontânea o que a imagem significava para ele, além dos recursos expostos. Portanto, foi constatado que a articulação de códigos de pensamentos enriqueceu e tornou mais precisa a metodologia de trabalho. Ressalta-se ainda que futuras aplicações em novos casos poderão contribuir para o aperfeiçoamento da ferramenta proposta.

Esta ferramenta foi aplicada junto a 35 (trinta e cinco) atores sociais, agrupados em cinco categorias de grupos sociais, a saber: residentes, especialistas, gestores, agentes ligados diretamente à Fábrica e visitantes. Dessa forma, as quatro primeiras categorias representam os atores sociais envolvidos com o bem e a última, a dos visitantes, representa os atores sociais não envolvidos. Percebe-se que o olhar dos atores envolvidos com o bem foi priorizado pela pesquisa, isto se deu por acreditar que é esse o olhar que melhor capta a significância cultural, representando uma leitura de pertencimento. Por isso, é conferido àqueles que têm ou tiveram um contato direto com a Fábrica Peixe um importante papel na preservação da sua memória, sendo indispensável que qualquer intervenção que se pretenda fazer passe por uma verificação junto a eles.

Os resultados qualitativos coletados foram associados a uma escala quantitativa por meio da atribuição de pontuações. Dessa forma, a aplicação da ferramenta resultou em dados numéricos, mesmo ela tratando de assuntos subjetivos, o que tornou possível a construção de quadros e gráficos, produzidos com o intento de tornar palpáveis as relações entre atributos e valores. O resultado disso foram diferentes pontos de vista a respeito de cada atributo, o que evidenciou que o processo da construção da valoração de um bem envolve uma série de fatores, alguns particulares ao objeto, outros ao sujeito.

A análise global dos dados permitiu constatar que os atributos referentes àqueles indicados pela dimensão de análise tecnológica foram priorizados, ocupando os primeiros lugares do *ranking* do grau de identificação; em seguida, estavam os atributos identificados pela dimensão de análise ambiental; e por fim, aqueles reconhecidos pela dimensão de análise social. Contudo, o que chamou a atenção foi que, ao analisar o gráfico dos valores, foi constatado que ele não tinha correspondência com o gráfico do grau de identificação. A partir do confronto entre esses dados, a pesquisa percebeu que ao classificar os atributos pelo grau com que se identificava com ele, o respondente era guiado pela afetividade com os significados transmitidos. Quanto ao valorar, ele procurava estabelecer elos com dados técnicos que eram oferecidos, isto é, com os significados dos valores. Logo, a metodologia aplicada resultou em duas leituras distintas do bem por parte do ator consultado: a leitura de pertencimento, na qual o ator social deixou transparecer a afetividade; e a leitura cognitiva, a qual se aproximou de uma visão técnica.

Quanto à valoração, a aplicação da ferramenta de consulta evidenciou os valores histórico e social. Aqui percebe-se que à frente da questão arquitetônica estava a identidade industrial do local, que ficara conhecido por “cidades das chaminés”. Ao focar nos atributos individualmente,

foi constatado que o valor histórico estava sempre correlacionado a um segundo valor, este, por sua vez, expressava os significados mais específicos do atributo. Então, aos atributos reconhecidos pela dimensão de análise tecnológica, foi atribuído junto ao valor histórico o tecnológico; enquanto aos atributos da dimensão de análise ambiental, era o valor arquitetônico; e da dimensão de análise social, o valor de homônimo. Isto evidencia a importância de uma análise mais recortada de cada parte.

Ainda que seja possível determinar uma certa padronização no comportamento dos respondentes, a valoração não deixa de ser algo particular a cada sujeito. Diante disso, a ferramenta de consulta se mostra versátil quanto às possibilidades de análise dos dados, oferecendo diferentes camadas de leituras, que podem resultar em análises globais ou recortes analíticos, que permitem um olhar mais profundo para cada particularidade do bem. Dessa forma, a ferramenta utilizada se apresenta como suporte para a elaboração de diretrizes de gestão e conservação, podendo os seus resultados serem utilizados como subsídios para a elaboração de futuros dossiês de tombamento da Fábrica Peixe.

Não foi objetivo deste estudo conferir um brilhantismo aos bens industriais, mas indicar que eles possuem suas particularidades, as quais nem sempre correspondem aos parâmetros que a sociedade e os órgãos governamentais tendem a ver como tradicionais – “excepcionalidade” e “monumentalidade” – e que olhar para essas particularidades é essencial no reconhecimento desses bens. Assim, é importante que haja uma consciência do papel atribuído aos remanescentes da industrialização e entender que eles servem de suporte do conhecimento e da memória coletiva. Aparentemente, falta uma discussão mais aprofundada no sentido de compreender o patrimônio industrial como um bem complexo, assim, ao final deste trabalho, espera-se que as considerações realizadas em relação ao reconhecimento dos bens industriais possam contribuir efetivamente com o avanço nas ações de conservação e gestão destes bens culturais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correia de. **A pecuária no agreste de Pernambuco**. Recife: s. ed., 1961.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BERGERON, Louis. L'impact de la modernisation économique et le patrimoine industriel. **In:** Identification and Documentation of Modern Heritage. UNESCO World Heritage Centre, 2003.
- BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. **In:** BAUER, Martin; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático, Petrópolis: Vozes. 2015. p. 189-243.
- CARTA DE BURRA. Austrália, 1980. ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- CAMPAGNOL, Gabriela. **Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial**. São Carlos: 2008.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá; SILVA, Aline de Figuerôa. Caracterização dos Atributos dos Bens Patrimoniais. **In:** Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: CECI, 2012.
- CASANELLES, Eusebi. El patrimonio industrial, un futuro para nuestro pasado. **In:** Arqueologia Industrial: Comité mexicano para la conservación del patrimonio industrial A. C. n. 11, 2003.
- _____. Nuevo concepto de Patrimonio Industrial, evolución de su valoración, significado y rentabilidad en: El contexto internacional. **In:** Bienes culturales: **Revista del Instituto del Patrimonio Histórico Español**. n. 7, 2007.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.
- CAVALCANTI, Bartolomeu. **No tacho, o ponto desandou: História de Pesca de 1930 a 1950**. Recife: Editora Baraúna, 2007.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CORREIA, Telma de Barros. **Art déco e indústria Brasil, décadas de 1930 e 1940**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. v.16. n.2. p. 47-104. jul.- dez. 2008.

DUARTE, Lindoelly. **Conservar ou transformar?** Plano de intervenção para a Fábrica Peixe, localizada em Pesqueira – PE. Caruaru: FAVIP, 2014.

FREIRE, Maria Emília Lopes. **Patrimônio ferroviário: a preservação para além das estações**. Recife: UFPE/MDU, 2018.

GALINDO, Betânia Flávia Cavalcanti. **A cidade das chaminés: história da industrialização de Pesqueira**. Recife: FBV, 2007.

Heritage Convention. 2005. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide77b.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

GASKELL, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. **In: BAUER, Martin; GASKELL, George**. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático, Petrópolis: Vozes. 2015. p. 64-89.

HIDAKA, Lucia. **Indicadores de avaliação do estado de conservação de cidades patrimônio cultural da humanidade: o caso do sítio histórico de Olinda/PE**. Recife: UFPE/MDU, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009**. 5. ed. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356>> . Acesso em: 10 jan. 2017.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Patrimônio industrial: algumas questões em aberto**. USTJ, 2003.

LACERDA, Norma. Valores dos bens patrimoniais. **In: Gestão da conservação: conceitos e métodos**. Olinda, 2012.

LINS, Ana Paula Mota de Bitencourt da Costa. **As Ferrovias Patrimônio Cultural Mundial: Os Estados-partes, a UNESCO e o Valor Universal Excepcional**. Recife: UFPE/MDU, 2015.

CULTURA (UNESCO). **Operational Guidelines for the Implementation of the World**

MACIEL, José de Almeida. **Pesqueira e o antigo termo de Cimbres**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1980

MARTINS, Márcio Bezerra. **Considerações sobre o Patrimônio Industrial: Estudo da Fábrica Peixe, município de Pesqueira – PE**. Recife: UFPE/MDU, 2011.

MASON, Randall. **Assessing the values of cultural heritage**. The Getty Conservation Institute, Los Angeles, 2012.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. **In:** I Seminário Internacional História do Tempo Presente (UDESC), 2011, Florianópolis. Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente.

NEVES, André Lemoine. **Estudo morfológico de cidades do Agreste pernambucano: Séculos XVIII e XIX**. Recife: UFPE/MDU, 2003.

PREITE, Massimo. Ciência, história e comunidade na musealização dos sítios de mineração desativados na Europa. **In:** História representada: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

RAMOS, Ricardo Jorge de Brito. **Reabilitação de Edifícios Industriais como Museu: Museu do Fado**, Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, Museu do Oriente. Lisboa: 2011.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: UCG, 2014.

SAMPAIO, Maria da Luz Braga. **Da fábrica para o museu: identificação, patrimonialização e difusão da cultura técnico-industrial**. Évora: Universidade de Évora, 2015.

SETTE, Hilton. **Pesqueira: Aspectos de Sua Geografia Urbana e de Suas inter-relações Regionais**. Recife: 1956.

SILVA, Paula Maciel. **Conservar, uma questão de decisão: O julgamento da conservação da arquitetura moderna**. Recife: UFPE/MDU, 2012.

SOUZA, Paula Aragão. **Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: A condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris**. Recife: UFPE/MDU, 2013.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). **Carta de NizhnyTagil sobre o Patrimônio Industrial. 2003**. (Versão em português). Disponível em: http://www.ticcih.org/industrial_heritage.htm. Acesso em: 12 jan. 2017.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). **Los principios de Dublín 2011**. (Versão em espanhol). Disponível em: http://www.ticcih.org/industrial_heritage.htm. Acesso em: jan. 2017.

VINÃS, S. M. **Teoría Contemporanea de la Restauración**. Madrid: Síntesis, 2003.

ZANCHETI, Silvio; HIDAKA, Lúcia. **A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna.** Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Textos para Discussão, Série 02: Gestão e restauro. v. 57. Olinda, 2014.

ZANCHETI, Silvio. **A teoria contemporânea da conservação e a arquitetura moderna.** Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Textos para Discussão – Série 02: Gestão e restauro. v. 58. Olinda, 2014.

WILSON, Luís. **Ararobá lendária e eterna.** Recife: CEPE, 1980.